

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS

GIUSEPPE FREITAS DA CUNHA VARASCHIN

O CONTEXTUALISMO DE JOHN SEARLE

Florianópolis,

2014

GIUSEPPE FREITAS DA CUNHA VARASCHIN

O CONTEXTUALISMO DE JOHN SEARLE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Letras - Português, sob a orientação do Prof. Dr. Heronides Moura.

Florianópolis,

2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Varaschin, Giuseppe

O contextualismo de John Searle / Giuseppe Varaschin ;
orientador, Heronides Maurílio de Melo Moura -
Florianópolis, SC, 2014.

124 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Comunicação e Expressão. Graduação em Letras Português.

Inclui referências

1. Letras Português. 2. John R. Searle. 3.
Contextualismo. 4. Filosofia da linguagem. 5. Pragmática.
I. Maurílio de Melo Moura, Heronides . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Letras Português.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE LÍNGUA E LITERATURA VERNÁCULAS



“O CONTEXTUALISMO DE JOHN SEARLE”

GIUSEPPE FREITAS DA CUNHA VARASCHIN

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de

BACHAREL EM LETRAS

e aprovado em sua forma final pelo Curso de Letras - Habilitação Bacharelado em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa da UFSC.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura
Orientador e Presidente da Banca

Prof. Dr. Fábio Luiz Lopes da Silva
Membro Titular

Prof. Dr. Luiz Henrique de Araújo Dutra
Membro Titular

AGRADECIMENTOS

Ao próprio professor Searle, que sempre se mostrou solícito e paciente em responder minhas dúvidas e objeções. Não são todos os pesquisadores que podem agradecer a seu próprio objeto de pesquisa. Felizmente, é esse o meu caso.

Ao professor Heronides pela orientação e pela inspiração de fundo. A tarefa de pesquisa e de escrita de um trabalho como este é, frequentemente, um esforço solitário, mas o senso de orientação e a perspectiva crítica do professor foram companhias imprescindíveis.

Ao professor Luiz Henrique pelas valiosas lições de filosofia da linguagem e de filosofia mente. Sem elas, jamais teria chegado ao tema a que cheguei.

Aos meus pais, que dão um apoio inabalável para tudo o que faço.

À Samanta, companheira de todos os dias, pela inspiração e pelo amor que alimentaram este trabalho.

*Ao tio Jean,
in memoriam.*

A palavra me pesa. O arcabouço da forma,
Pela sua estrutura, é deveras espesso.
A rigidez da regra, o invariável da norma,
Dão, ao tato ocular, a aspereza do gesso.

Martins Fontes

There is nothing you can show on your face that can match the horror of this time. Do not even try. You will only hold yourself up to the scorn of those who have felt things deeply. We have seen newsreels of humans in the extremities of pain and dislocation. Everyone knows you are eating well and are even being paid to stand up there. You are playing to people who have experienced a catastrophe. This should make you very quiet. Speak the words, convey the data, step aside. Everyone knows you are in pain. You cannot tell the audience everything you know about love in every line of love you speak. Step aside and they will know what you know because they know it already.

Leonard Cohen

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar criticamente a modalidade de contextualismo assumida pelo filósofo norte-americano John R. Searle. A motivação inicial para investir em um tema tão inusitado para linguística é o fato de que a obra desse autor tem rendido, nas últimas décadas, algumas apreciações que não a fazem justiça, da parte de alguns linguistas brasileiros. Uma das consequências pretendidas por este estudo, será, pois, a de atentar para a necessidade de reavaliar tais concepções. Contudo, a principal razão de ser desta empreitada é mostrar que o contextualismo dos escritos de Searle apresenta, para qualquer um interessado nos estudos da linguagem, propostas e desafios que merecem ser considerados, como, por exemplo, a posição (talvez excessivamente) radical a que uma utilização irrestrita de alegações de dependência contextual parece conduzir.

Palavras-chave: John R. Searle. Contextualismo. Filosofia da Linguagem. Pragmática.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1- A LEITURA DE SEARLE NO BRASIL	14
1.1- O PRIMEIRO CUIDADO.....	15
1.2- UMA PARTICULARIDADE EMBARAÇOSA.....	18
1.3- A “DOMESTICAÇÃO” DE SEARLE.....	21
1.4- CONCLUSÃO.....	24
2- O CONTEXTUALISMO DEPOIS DE SEARLE	25
2.1- UMA DEFINIÇÃO DO CONTEXTUALISMO.....	26
2.2- RECANATI E A ACESSIBILIDADE DO QUE É DITO.....	29
2.2.1- A SATURAÇÃO.....	31
2.2.2- PREVISÕES EXTRAVAGANTES.....	33
2.2.3- A ACESSIBILIDADE DO QUE É DITO.....	39
2.2.4- O PRINCÍPIO DO ESCOPO.....	42
2.2.5- A MODULAÇÃO.....	45
2.3- A IDENTIFICAÇÃO DA FORMA PROPOSICIONAL.....	50
2.4- CONCLUSÃO.....	56
3- O BACKGROUND DO SIGNIFICADO	58
3.1- O BACKGROUND E A INTENCIONALIDADE.....	59
3.2- O BACKGROUND NÃO É UM CONTEXTO.....	66
3.2.1- SEGUINDO OS FIOS DA REDE.....	70
3.3- A HIPÓTESE DO BACKGROUND E O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO.....	72
3.4- A MUDANÇA CONTEXTUAL E A INCOMPLETUDE DO SIGNIFICADO.....	75
3.5- CONCEBENDO UM CONTEXTUALISMO RADICAL.....	81
3.5.1- UMA AMBIGUIDADE SORRATEIRA.....	83
3.6- RETOMANDO O ARGUMENTO.....	93
3.7- CONTRA O CONTEXTUALISMO MODERADO.....	98
3.8- CONCLUSÃO: AS ALTERNATIVAS.....	110
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
5- REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

Qual a pertinência de um estudo interno à obra de um filósofo para a linguística? A questão, que poderia surgir a algum leitor deste trabalho, merece, desde o princípio, uma resposta convincente. Não porque a validade do que se vai dizer dependa disso, já que se poderia alegar, contra o próprio arroubo que mobiliza a pergunta, que as disciplinas acadêmicas não são delimitadas por muito mais do que a mera conveniência administrativa. Ciência e filosofia não são domínios abstratamente separados, já que se fundem, indissolúvelmente, na unidade do conhecimento humano. Depois dessa frase, um tanto empolada, poder-se-ia elencar a tediosa – e tantas vezes repisada – lista de importantes filósofos que contribuíram positivamente com o que hoje chamamos de ciência¹, acrescentando, talvez, para angariar a simpatia da plateia, os nomes de Austin, Grice e Davidson.

Isso, contudo, seria reiterar uma trivialidade, desrespeitosa à ingenuidade da pergunta. Não me ocuparei, portanto, em repetir o que tantos outros já fizeram em trabalhos deste teor: a quase protocolar justificativa da importância da filosofia para a linguística. A pergunta que fiz não exige de mim uma reflexão nesse sentido. Expressa apenas um estranhamento diante desta quebra de hábito: por que um estudo exegetico de um filósofo em uma área eminentemente empírica? Por que não me ocupei em coletar dados e em modelá-los de acordo com procedimentos já consagrados? Por que não elucidei determinado aspecto da gramática do português e extraí disso considerações sobre o ensino de língua materna e críticas à gramática tradicional? Seriam todos propósitos legítimos e interessantes, além de mais costumeiros em uma pesquisa propriamente científica na área.

Um primeiro – e mais superficial – motivo para a minha escolha é que, segundo um diagnóstico do próprio Searle, “os linguistas passaram a ocupar largos territórios, onde, antes, somente os filósofos trabalhavam, e os escritos de autores como Austin, Grice e outros foram agora assimilados às ferramentas de trabalho do linguista contemporâneo” (1979, p. 162).²

¹ “Descartes, Leibniz e outras figuras importantes certamente se considerariam o que hoje chamamos de ‘cientistas’, e muitos de seus principais trabalhos se enquadram diretamente naquilo que chamamos hoje de ‘ciência’. Nossa distinção entre ciência e filosofia não existia no período dessas investigações clássicas. Essa distinção, e mesmo a terminologia que a acompanha, veio muito mais tarde, e poderíamos perguntar se ela sequer deveria ter sido feita.” (CHOMSKY, 1987, p. 3).

² Também Rajagopalan (2010) enfatiza um ponto semelhante: “A questão pragmática surgiu na linguística em razão do intenso intercâmbio entre ela e a filosofia (...). Tanto é verdade que a linha divisória que separa os linguistas que se interessam pela questão da significação dos filósofos que se interessam pela linguagem está se

Essa “invasão de territórios”, no entanto, não deve ser vista como uma ousadia unilateralmente monopolizada pelos linguistas, pois os filósofos mesmos – especialmente os filósofos da linguagem – vêm propugnando teses que não apenas têm implicações longínquas para o estudo da linguagem (coisa que sempre fizeram), mas que são, em verdade, teses linguísticas formuladas no jargão do linguista. Alguns trabalhos de Grice (1989), Davidson (2001), Bach (1994), Recanati (2010), Soames (1986) e tantos outros são simplesmente indistinguíveis dos trabalhos de muitos semanticistas e pragmaticistas.

O fato de os filósofos da linguagem se aventurarem tão frequentemente na seara dos linguistas e de os linguistas se arriscarem – muitas vezes involuntariamente – no trato de questões de filosofia da linguagem é simplesmente um sintoma de que as fronteiras entre essas duas disciplinas sempre foram vagas. Ambos os lados só têm a ganhar com esse auspicioso – e, hoje, quase incontornável – intercâmbio. O filósofo, por um lado, acaba conhecendo aquilo que, segundo Austin – uma das figuras mais importantes na inauguração desse diálogo –, amiúde falta à filosofia: “a diversão da descoberta, os prazeres da cooperação e a satisfação de chegar ao consenso” (1970, p. 175). Por outro lado, ao linguista é possibilitada uma compreensão mais global de seu objeto de estudo – e da relação do seu objeto com os outros domínios do conhecimento –, que o afasta definitivamente daquela concepção limitada da linguística como uma “ciência classificatória” endossada explicitamente por Hockett em 1942.

Todavia, a motivação principal e mais urgente para um trabalho como este é que, a ser exata, uma hipótese hoje largamente debatida entre os filósofos exigiria uma revisão imediata dos pressupostos e das pretensões da teoria semântica. O linguista não se pode manter impassível a essa discussão. Refiro-me aqui à hipótese do contextualismo. O contextualista sustenta que certos parâmetros contextuais não controláveis semanticamente podem – ou devem – se infiltrar nas condições de verdade da proposição expressa por um enunciado. Ou, em outras palavras, que o nosso conhecimento linguístico (regras lexicais + regras composicionais) não é suficiente para nos informar o que as nossas sentenças querem dizer. E é neste ponto que o nome de Searle adquire certo relevo, pois Searle é, confessadamente, um contextualista (cf. 1979; 1980; 1983; 1991; 1992; 1994). Determinar exatamente qual é a forma de contextualismo assumida por ele e quais as consequências desse tipo de contextualismo para a linguística em geral e para a semântica e a pragmática em particular são

torando cada vez mais tênue, e, no entendimento de muitos acadêmicos, uma barreira puramente institucional.” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 242)

os principais objetivos deste trabalho. E são, evidentemente, objetivos que devem interessar ao linguista.

Entretanto, a opção por Searle, especificamente, quando há tantos outros protagonistas mais autoconscientes e mais ativos no debate em torno do papel do contexto na teoria semântica precisa, ainda assim, ser justificada com mais rigor.

Um primeiro estímulo para essa escolha é o fato de que a linguística, e, sobretudo, a linguística no Brasil, tem uma visão particularmente distorcida da posição de Searle diante dos estudos da linguagem. É o propósito do primeiro capítulo desta monografia discutir precisamente qual é a imagem que Searle tem para os linguistas – em especial para os linguistas brasileiros – e de onde ela procede. Argumentar-se-á que essa leitura de Searle nunca superou, verdadeiramente, o impacto de seu primeiro livro, o *Speech Acts* (Cambridge, 1969), e acabou, com isso, obliterando para si mesma alguns desenvolvimentos posteriores do seu pensamento – os quais são *aparentemente* incompatíveis com sua fase inicial. Se minha interpretação estiver, em linhas gerais, correta, uma consequência incidental deste trabalho será apontar para a necessidade de uma revisão de algumas opiniões comumente difundidas a respeito do filósofo norte-americano.

Outra (e talvez menos paroquial) razão para reparar em Searle é que, independentemente da sua apreciação pública, ele apresenta, em suas discussões sobre a dependência contextual, problemas que os linguistas – e não somente os linguistas “conservadores” em relação à influência do contexto – precisam resolver, embora a solução que ele próprio alega oferecer não vá muito além de dar um nome ao mistério. Searle é uma figura atípica, mesmo entre os ditos contextualistas, e suas reflexões sobre o assunto não se acomodam facilmente a nenhum dos programas de pesquisa associados a essa corrente – como a teoria da relevância de Sperber e Wilson (1995), a teoria da representação do discurso de Kamp (1995), a pragmática vericondicional de Recanati (2010), ou mesmo a vertente antiteórica wittgensteiniana representada por Travis (1989) – embora ele seja citado por todos esses autores como um contextualista exemplar. Parece que os diagnósticos de Dennett e Mulligan, caracterizando Searle como “um filósofo sem programa de pesquisa” (DENNETT, 1997, p. 119) ou como um “filósofo esplendidamente isolado” (MULLIGAN, 2003, p. 180), não foram devidamente assimilados mesmo por aqueles raros filósofos e linguistas que, tendo notícia de um Searle para além dos atos de fala, o enquadram muito docilmente como um defensor da “pragmática radical”, como se sua posição não tivesse idiosincrasias que a colocam em tensão com quase todos os consensos da área. Um outro propósito deste trabalho

será, então, provar que os anticontextualistas – mas talvez principalmente os contextualistas – têm uma lição específica que podem aprender com Searle, e que não podem aprender com nenhum outro autor. Essa lição não tem sido percebida com clareza, mesmo por aqueles que se debruçaram especificamente sobre este aspecto da filosofia de Searle.

Essa constatação conduz-me a uma observação final, que o leitor deve guardar consigo ao longo do exame deste trabalho. A falha em perceber a peculiaridade de Searle em meio aos demais contextualistas foi, a meu ver, devida a uma falta de interesse no que se refere à compreensão de sua obra por si mesma. Todos os autores³ que trataram do seu contextualismo – e não foram tantos – fizeram-no como preâmbulo para as suas próprias considerações sobre o tema. É exatamente isso que não será feito aqui. Meu intuito é quase que exclusivamente hermenêutico. Minha intenção principal não é, pois, discutir se a posição de Searle é verdadeira ou falsa, mas sim *qual é* essa posição, investigando as suas motivações, implicações e dificuldades internas. Ademais, contrastarei com a minha análise algumas das outras interpretações do contextualismo de Searle, pois creio que todas elas – umas mais outras menos – pecaram por atribuir a ele uma postura demasiado unívoca e coerente que não corresponde ao que seus próprios textos nos fornecem. A maior parte dos seus interlocutores buscou ver nele o adversário ideal, cuja opinião só foi concebida para ser superada. No fim das contas, creio ser possível extrair de Searle não exatamente *uma* posição, mas uma série de problemas que nos poderiam conduzir a várias posições incompatíveis entre si. O objetivo final deste trabalho é colocar o leitor nesse impasse que Searle, ainda que sem perceber, preparou para nós.

³ Penso aqui especificamente em Katz (1981), Borg (2004), Recanati (2003; 2004a), Carston (2002), Bartsch (1996), Kissine (2011) e Dascal (2011).

1. A LEITURA DE SEARLE NO BRASIL

A leitura de Searle entre os linguistas brasileiros foi fortemente influenciada pela desconstrução crítica da teoria dos atos de fala empreendida pelo professor de linguística da Unicamp, Rajagopalan, desde os fins da década de 1980. A postura questionadora que ele procurou promover entre os estudiosos da linguagem a respeito da teoria sistematizada por Searle tem um aspecto notoriamente benéfico: libertar o pesquisador de quaisquer escrúpulos em revisar, corrigir ou mesmo em rejeitar uma teoria que é, conforme argumenta Levinson (1983, p. 238), por vezes demasiado rígida e simplificadora. É razoável também o apelo a um retorno às intuições vivas de Austin, em detrimento da teorização, possivelmente “prematura” (URMSON, *apud* RAJAGOPALAN, 2010, p. 106), oferecida pelo filósofo de Berkeley.

Há, de fato, hoje em dia, muitas maneiras de estudar os atos de fala e nem todas elas se pautam pelas diretrizes oferecidas pelo trabalho seminal de Searle (1969).⁴ Como diz Burkhardt na introdução de uma coletânea que reúne artigos sobre o filósofo americano escritos por alguns representantes dessas dissidências: “As obras de Searle têm sido extremamente influentes no mundo inteiro. Suas ideias têm sido adotadas irrefletidamente por epígonos, rejeitadas por céticos e embaralhadas por ecléticos.” (BURKHARDT, 1990, p. 1) Ora, depreende-se a partir disso, que, epígonos à parte, mesmo entre os linguistas, não há qualquer tipo de “subserviência” à “autoridade” de Searle. Pelo contrário, parece haver uma persistente tendência a acentuar as insuficiências de sua teoria, isto é, parece atualmente haver muito mais “críticos” e “ecléticos” do que “epígonos” de Searle, tanto que o próprio Rajagopalan – um exemplo dessa vertente, dentre outros – fala de uma “desilusão com a versão searlina da teoria dos atos de fala” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 105-111).

Creio que essa ânsia – em princípio sadia – de “superar” Searle se manifesta, entre nós, de uma maneira negativa, como uma espécie de hostilidade excessiva e indevida às suas ideias – e mesmo à sua pessoa. Algumas de suas considerações sobre a linguagem são convenientemente (mas, muitas vezes, não corretamente) plasmadas com suas posições políticas conservadoras, de modo que a imagem resultante dessa operação é a de um “reacionário” inveterado, tanto em política quanto em linguística. Searle é visto como um inimigo de todas as novidades teóricas, como um defensor de causas perdidas, chegando a ser caracterizado como “platonista” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 107), “cientificista” (SANTOS,

⁴ Dentre as tendências mais célebres, somente a de Vanderveken (1990), que insere a teoria dos atos de fala dentro do quadro de uma semântica formal, possui o “*imprimatur*” searlino.

2007, p. 57), “formalista” (ALENCAR, 2006, p. 40) e “individualista” (SUGUIMATI, 1989, p. 17).

Não desejo discutir aqui se esses rótulos estão sendo corretamente aplicados a Searle e ao seu projeto filosófico – suspeito, porém, que não estejam, e o restante desse trabalho, na medida em que aborda um aspecto pouco explorado da filosofia do autor, deve suscitar algumas dúvidas a respeito dessas atribuições. O que me interessa, propriamente, é o teor desses comentários, que poderíamos chamar de “acusações”, o aporte textual que é alegado em seu favor e os preconceitos que os fundamentam.

1.1 O PRIMEIRO CUIDADO

O primeiro cuidado que devemos ter com essas leituras acusatórias está em perceber que elas não são análises da *filosofia* de Searle, isto é, discussões aprofundadas sobre suas teses filosóficas, suas influências, suas aplicações, sua coerência interna ou mesmo sobre a adequação empírica da sua teoria. Trata-se, antes, de análises do *discurso*, ou da *retórica* de Searle, que, não raro, recorrem a hipóteses psicológicas e sociológicas para explicitar supostas “motivações ocultas” de seu projeto filosófico. O objetivo não é compreender a filosofia de Searle e aferir o seu valor, mas sim avaliar a maneira como Searle se porta nos debates de que participa. Rajagopalan se mostra bastante consciente a respeito da sua peculiar metodologia:

Esse rumo investigativo terá necessariamente de considerar os aspectos sociais e políticos do modo como o conhecimento é produzido e disseminado na academia. Desse modo, ele será parte de um exercício do que é referido mais como “sociologia do conhecimento” do que como filosofia da ciência (cf. Bloor, 1976; Latour, 1987; Woolgar, 1988). Ocasionalmente, farei também algumas observações acerca das estratégias retóricas usadas por Searle (...) – o que vai aproximar meu trabalho da chamada “retórica da ciência”. (RAJAGOPALAN, 2010, p. 72-73)

Exemplos desse procedimento podem ser colhidos a gosto a partir de toda a literatura sobre o “expurgo” de Austin nas mãos de Searle, a começar pelos trabalhos inaugurais do próprio Rajagopalan. Recolho aqui apenas quatro amostras que deverão dar uma ideia do teor do conjunto.

Rajagopalan e Arrojo (1992) atribuem a Searle um “desejo subliminar” (1992, p. 113) de preservar, a todo custo, uma noção do sentido literal como algo “intrínseco e estável, imune a qualquer interferência externa” (p. 121). O argumento dos autores nesse artigo – que

é o único (em meio a relativamente numerosa bibliografia brasileira sobre “conservadorismo” teórico de Searle) que se confronta com seu contextualismo, tese que, ao menos à primeira vista, não parece ser nada “conservadora” – será examinado mais detidamente no capítulo três; o que convém enfatizar, no momento, é esse recurso à noção psicológica de um “desejo subliminar” para explicar – e, implicitamente, depreciar – a postura de Searle.

Também Rajagopalan (2010), ao comentar a rejeição, por parte de Searle (1979), da hipótese performativa e da abordagem dos atos de fala indiretos a partir dos postulados conversacionais, vê, em certa passagem do texto do filósofo norte-americano, “um inconfundível toque de ciúme e medo” (2010, p. 105). Rajagopalan não discute em nenhum momento (do artigo em questão, ao menos) a validade dos argumentos que Searle apresenta em favor de rejeição dessas abordagens. Ele se limita a diagnosticar, quase como um “psicólogo”, que essa rejeição é motivada por “ciúmes” e pelo “medo” que Searle presumivelmente tem de ver sua teoria saindo de seu controle. Trata-se de deflagrar certa atitude *política* do filósofo americano diante dos debates de que ele participa.

Alencar (2006) é outra que levanta a temática do “medo” ao propor uma análise da “retórica do ‘medo da morte’” na obra de Searle. Segundo ela, são traços característicos da ordem do discurso que ela chama de “medo da morte” os seguintes:

uma concepção estreita de linguagem; a abstração e idealização da realidade linguística; a retórica do formalismo; um ideal de cientificidade e a apresentação da linguagem como meio para representar ou expressar a realidade. (ALENCAR, 2006 p. 45)

Todos esses, segundo ela, estão presentes na obra de Searle. A reivindicação em prol do uso de modelos ideais subscrita por Searle (1969, p. 56) é vista, dessa maneira, como um “sintoma” de uma condição que ela, sem muita justificção, decide chamar de “medo da morte”.

Por fim, Souza (2004), após citar as polêmicas declarações de Searle, em uma entrevista à Folha de São Paulo, a respeito da desconstrução, descreve-as como uma “reação histórica” e se indaga sobre suas possíveis origens: “Estaria Searle ainda ressentido com os embates de *Limited Inc.*?⁵ De qualquer forma, eis aí uma questão altamente curiosa.” (SOUZA, 2004, p. 131-132) A questão, tida, pelo autor, como “altamente curiosa” não é,

⁵ A referência aqui é à coletânea publicada no fim da década de 1980 pelo filósofo Jacques Derrida que resume seu debate com John Searle acerca da interpretação de Austin.

portanto, se os argumentos que Searle apresenta contra a desconstrução, desenvolvidos em diversos momentos (cf. 1977; 1983; 1994; 1995; 2003), são suficientemente fortes ao ponto de justificar uma reprovação tão incisiva, mas sim quais as causas ocultas para o que ele chama de “reação histérica” – e a hipótese aventada é o “ressentimento”⁶.

Cabe, antes de criticar esses autores, ressaltar que não há nada de errado, em princípio, no empreendimento em que eles se envolvem. Isto é, não é ilegítimo explicar psicologicamente e sociologicamente a gênese de certas crenças e opiniões defendidas por filósofos e cientistas: a sociologia da ciência é, afinal de contas, um ramo da sociologia como qualquer outro. É, da mesma forma, perfeitamente possível fazer uma análise do discurso de um autor utilizando-se de atribuições psicológicas, e talvez Searle seja, de fato, um caso de estudo particularmente interessante. Os enganos, portanto, não dizem respeito à proposta em si, mas sim ao modo e aos propósitos pelos quais ela é executada.

Em primeiro lugar, há certa falta de rigor na maneira como esses exercícios de psicologia são aplicados a Searle, o que faz com que boa parte dos comentários que os invocam soem “exagerados” e “hiperbólicos”. As constatações a que os autores chegam parecem fluir mais de uma antipatia prévia em relação ao filósofo do que de alguma técnica de diagnóstico – porque, afinal de contas, trata-se de conclusões sobre sua psicologia – bem fundamentada. O objetivo de traçar um perfil psicológico adequado de Searle a partir de seus escritos é, muitas vezes, abandonado, no afã de depreciar o filósofo mediante a atribuição de sentimentos reprováveis. Talvez seja incorreto interpretar “ao pé da letra” tais qualificações negativas a respeito de Searle – talvez ninguém esteja querendo dizer que Searle seja clinicamente “histérico”, “ressentido”, “medroso” ou “ciumento” – mas, se o sentido pretendido não é o literal, os autores fariam bem em dar notícia disso ao menos em algum momento de suas discussões.

Em segundo lugar, deve-se perceber, com muita clareza, quais são os resultados a que uma análise sócio-psicológica como as supracitadas pode, se for bem feita, chegar. São notáveis as limitações deste tipo de leitura. Sobretudo, não se pode confundir a descrição da gênese psicológica ou sociológica de uma teoria com uma interpretação dessa teoria, e, muito menos, com uma *refutação* dessa teoria – isso seria desabar, sem paraquedas, no tentador abismo da *falácia genética*. Isto é, mesmo que alcancemos atribuições psicológicas corretas a

⁶ A mesma expressão é usada por Rajagopalan (2010, p. 116) para retratar a reação de Searle perante as críticas de Derrida à teoria dos atos de fala. Revela-se aí uma segunda razão, afora a postura política conservadora, para a persistência a esses ataques a Searle: o papel “racionalista” que ele assumiu nas discussões que teve com o filósofo francês Jacques Derrida.

respeito das motivações ocultas de Searle, não teremos, com isso, nem uma refutação, e nem mesmo uma compreensão – em qualquer sentido profundo – da sua filosofia. Em outras palavras ainda: quando os autores que citei respondem à questão “por que motivos sórdidos Searle disse o que disse?”, eles não estão tratando, de maneira alguma, das questões “o que Searle disse de fato?” e “o que Searle disse está correto?”.

Não penso que os autores dessas “leituras acusatórias” estejam, em última instância, cometendo uma falácia genética, porque preocupações exegéticas e filosóficas lhes são, em geral, totalmente alheias. Nenhum deles pretende refutar Searle ao atribuir-lhe certa motivação, pois suas críticas se voltam, na verdade, contra o próprio projeto que envolve “refutações”, “objeções”, “argumentos” e “provas”. A inadequação das teses de Searle não é tanto discutida quanto é *pressuposta* por toda essa empreitada acusatória. E, por isso, um efeito accidental dessa ampla bibliografia é a criação de um ambiente de hostilidade em torno de tudo o que Searle diz, como se ele fosse um autor particularmente “suspeito” – de maneira que qualquer proposta de estudar sua filosofia “em si mesma” é desestimulada. A fim de não nos deixarmos influenciar por este ambiente de antemão enviesado, é prudente ter consciência de que, ainda que tudo o que se tem dito sobre Searle esteja correto, nada disso milita contra suas ideias a respeito da significação, dos atos de fala ou da mente humana.

1.2 UMA PARTICULARIDADE EMBARAÇOSA

Uma particularidade embaraçosa daquelas leituras de Searle que qualifiquei como “acusatórias” é a pobreza de referências ao desenvolvimento filosófico do autor analisado. Não pretendo sugerir, com isso, que seus praticantes desconheçam a filosofia de Searle, e sim que suas críticas, do modo como estão expostas em seus textos, não fazem justiça à complexidade e à ambivalência do pensamento do filósofo norte-americano, que atravessou etapas muito diferentes. Em especial, como o período de intercâmbio mais intenso entre Searle e a linguística ocorreu durante a primeira “fase” da carreira do filósofo, os linguistas, em geral, se contentam em não prestar satisfação àquilo que o filósofo desenvolveu em momentos posteriores. É sintomático que trabalhos como o de Alencar (2006) e de Santos (2007) citem, em suas bibliografias, apenas *Speech Acts* (Cambridge, 1969) e o artigo *Reiterating the Differences*, publicado no primeiro número de *Glyph*, em 1977. Essas duas fontes constituem uma amostra muito pobre, mesmo para quem pretenda somente analisar a

“retórica” ou o “discurso” do autor. O Searle dos linguistas parece ter morrido em meados da década de setenta.⁷

No entanto, Searle continuou (e continua) vivo, e produziu, depois de seus dois livros iniciais, reflexões sobre a mente humana (cf. 1983; 1991; 1992; 1997; 2004) e sobre a natureza das instituições sociais (cf. 1991; 1995; 1998; 2010b) que fundamentam seus trabalhos anteriores acerca dos atos de fala.⁸ De fato, a filosofia anglo-americana como um todo, em uma espécie de reação ao advento das ciências cognitivas, passou por uma mudança de foco, priorizando as reflexões sobre a mente humana, em detrimento da análise da linguagem, tão importante nas obras dos fundadores dessa tradição. Em meio a tal contexto, Searle é mais conhecido, entre os seus colegas de profissão, por ser um defensor de uma concepção “tradicional” – ou mesmo retrógrada (cf. Dennett (1997)) – da intencionalidade e da consciência, e por se opor ao funcionalismo computacionalista das ciências cognitivas. Sua imagem predominante entre os filósofos – hoje mais interessados na mente do que na linguagem (BURGE, 2007, p. 199) – é, pois, a de um estudioso da mente conservador cujos escritos sobre a linguagem são de interesse “secundário”. Searle é visto como um filósofo da mente que estudou a linguagem, e não como um filósofo da linguagem que estudou a mente.

Essa imagem, ainda que parcial, é mais completa – e, especialmente, mais “atualizada” – do que a imagem popular entre os linguistas brasileiros, que parecem ignorar que Searle não sustenta, ainda hoje, as mesmas visões que expusera em 1969. Um fator que poderia tornar permissível essa falta de interesse na obra “posterior” de Searle seria a confirmação de que ela não tem nada a ver com a linguagem, de que Searle simplesmente se “desinteressou” pelo assunto do linguista e resolveu falar de outras coisas, totalmente irrelacionadas aos temas que abordou em *Speech Acts*. Contudo, isso está longe de ser verdade. O seu principal livro sobre a mente humana, o *Intentionality* (Cambridge University Press, 1983), está permeado de observações sobre a linguagem humana: há um capítulo sobre o significado, em que ele modifica sua análise da comunicação proposta em Searle (1969, p. 42-50), há outro capítulo sobre os nomes próprios, em que ele revisita, à luz das discussões sobre o internalismo e o

⁷ Rajagopalan (2010), contudo, não pode ser acusado de ignorar o fato de que a obra de Searle exibe várias tensões possivelmente irreconciliáveis. Mas apesar de reconhecer que “Searle é um filósofo dividido” (2010, p. 118), sua análise não leva essa constatação às últimas consequências como desejo fazer aqui. Particularmente, Rajagopalan não explora suficientemente a “segunda fase” do pensamento de Searle ao ponto de perceber que nela há elementos que aproximam, mais do que nunca, Searle de Austin e de toda uma tradição de pensamento “dissidente” sobre a linguagem, que é um tanto indigesta para o *mainstream* da linguística atual. Cabe dizer, contudo, que essa negligência é razoavelmente compreensível, ao menos nos textos em que ele fala do “expurgo” de Austin, dado que *Speech Acts* foi, precisamente, o instrumento primeiro desse esquecimento.

⁸ Para um esclarecimento do “lugar” ocupado pela filosofia da linguagem no pensamento atual de Searle, nas suas próprias palavras, ver Searle (2010b, cap. 4) e Searle (2012).

externalismo, sua inovadora teoria dos nomes próprios elaborada originalmente em Searle (1958), além de discussões sobre a indexicalidade e sobre os contextos intensionais. Em especial, este livro, em seu capítulo 5, prossegue na formulação da hipótese do Background, que foi inicialmente apresentada em Searle (1979, cap. 5) e pormenorizada em Searle (1980), tratando, explicitamente, do contextualismo linguístico aplicado a temas como o significado literal e a metáfora. Em outras obras, Searle também sugere que sua nova concepção da linguagem como uma extensão da intencionalidade pré-linguística pode lançar luz em outros problemas tradicionais da filosofia, como o da unidade da proposição (cf. Searle (2008)) e o da origem das convenções linguísticas (cf. Searle (2012)).

É bem verdade que, no caso específico da hipótese do Background, trata-se de uma ideia já havia sido formulada em 1977 (no GT sobre os atos de fala do Congresso Internacional de Linguística de Viena), isto é, durante a época apelidada por Rajagopalan (2010) de “o breve romance de Searle com a linguística”. Entretanto, se considerarmos essa hipótese em seu conteúdo – o que é o objetivo específico do capítulo três deste trabalho – é plausível supor que tenha sido ela uma das causas ocultas do divórcio entre Searle e os linguistas. Isso explicaria a quase total ausência de menções à hipótese do Background – e à peculiar modalidade de contextualismo que ela implica – nos trabalhos dos linguistas brasileiros. Também não deixa de ser curioso que o ensaio em que a hipótese do Background recebe seu primeiro “esboço” – o *Literal Meaning* publicado originalmente em 1978 e republicado em Searle (1979) – seja também aquele em que Searle expõe, pela primeira vez, os rudimentos da sua teoria da intencionalidade. Se, conforme argumenta Stroud (1991), a hipótese do Background é um pré-requisito indispensável para teoria searliana da intencionalidade, não nos devemos surpreender com o fato de que nem a primeira e nem a segunda tenham sido bem assimiladas pelos linguistas.

Essa negligência, todavia, não é inócua, especialmente para aqueles que desejam estudar a “domesticação” do pensamento de Austin através de Searle, pois, conforme mostrarei em capítulos subsequentes, o tipo de atitude com que Searle se compromete a partir da sua hipótese do Background – que milita contra certo “modelo de explicitação” (SEARLE, 1992, p. 193) dominante na tradição ocidental – é uma que o aproxima muito mais de Austin do que aquela atitude calcada exclusivamente no Princípio da Expressabilidade, exercida em *Speech Acts*. O Austin de ensaios como *Truth* – no qual é defendida a dependência contextual do predicado de verdade para os enunciados – e *How to Talk* – no qual é descrito o modo como “ajustamos” nossa linguagem limitada à indefinida vastidão do mundo – é, também, de

acordo com Recanati (2004a), um contextualista. Na verdade, podemos compreender o contextualismo endossado por Searle a partir de 1977 como um retorno às ideias de seus progenitores de Oxford e aos demais filósofos da “linguagem ordinária”, afinal de contas, o contextualismo pode ser definido (cf. Recanati (2004a, p. 154)) como a sugestão de que o sentido só emerge a partir dos atos particulares de enunciação. O próprio Searle reconhece, para essa sua tese, entre outros precursores heterodoxos como Heidegger (2002b, p. 213; FAIGENBAUM, 2003, p. 81), Bourdieu (1992, p. 177; 1995, p. 132), Foucault (1992, p. 193) e Nietzsche (1992, p. 177; 1994, p. 666; 1995, p. 132), a inspiração wittgensteiniana – em particular, do Wittgenstein de *Da Certeza* (Edições 70, 2012).

1.3 A “DOMESTICAÇÃO” DE SEARLE

A lista de “precursores” tantas vezes repetida por Searle nas ocasiões em que ele expõe a hipótese do Background evidencia outra deficiência da imagem que os linguistas brasileiros têm a seu respeito. Searle é visto, sobretudo por Rajagopalan (2010), como aquele que expurgou a filosofia de Austin a fim de torná-la “*palatável ao establishment filosófico*” analítico norte-americano (RAJAGOPALAN, 2010, p. 92). Ora, essa acusação pressupõe que Searle é, ele mesmo, sem qualquer sombra de dúvida, *palatável ao establishment filosófico* analítico norte-americano.⁹ O entusiasmo de Searle com a filosofia analítica seria tanto – ele seria tão “fiel às suas tradições” (*id., ibid.*, p. 89) – que teria involuntariamente distorcido as teses do seu antigo mestre a fim de forçá-las a “voltar para o trilho debilitado da principal corrente da filosofia analítica” (*id., ibid.*, p. 90). No entanto, essa imagem de Searle é uma distorção paralela àquela que, segundo Rajagopalan (2010), Searle teria operado sobre Austin, porque procura, a todo custo, enquadrar Searle como um representante fiel de uma corrente filosófica, selecionando aqueles aspectos da sua filosofia que supostamente se coadunam com ela, e ocultando aqueles que, como a hipótese do Background, não se acomodam bem. A começar, a lista de precursores supracitada deveria ser um indício de que uma identificação

⁹ “A intervenção decisiva de Searle teve como principal consequência o efeito de assegurar que Austin permanecesse na respeitável tradição da filosofia analítica como um praticante exemplar – o fenômeno que chamei, em outro lugar, de ‘domesticação’ das suas ideias. [...] A partir da leitura de Searle foi possível *acoplar* toda a investigação austiniana no terreno dos atos de fala ao modelo [...] da gramática gerativo-transformacional.” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 246-247) A associação de Searle com o programa gerativista é ainda mais problemática do que sua associação com a filosofia analítica, conforme argumento em Varaschin (2014).

imediate entre Searle e a tradição analítica é um pouco mais problemática do que se costuma crer.

Os aspectos selecionados para corroborar a identificação de Searle com a filosofia analítica são altamente duvidosos em si mesmos. Para mencionar apenas um exemplo: Alencar (2006) afirma que o uso de uma terminologia “formalista” para descrever a estrutura dos atos de fala – a introdução dos “atos proposicionais” no lugar dos “atos locucionários” defendida em Searle (1968) – caracteriza a inserção do programa searliano na tradição analítica. Desconsiderando o emprego dúbio do termo “formalista” para nomear a opção de Searle, há dois problemas inerentes a essa atribuição: (1) o conceito searliano do “ato proposicional” não é o mesmo que os conceitos (mais tradicionais) de proposição, como aquele delineado por Moore (1953), ou aquele definido por Frege (1956), pois não se refere, como esses, a uma entidade “platônica” supramundana. O ato proposicional é um ato humano cuja realização é regulada e constituída pela obediência às regras da referência e da predicação expostas, respectivamente, nos capítulos 4 e 5 de *Speech Acts*. (2) a crença em proposições como entidades platônicas supramundanas não é uma unanimidade na comunidade analítica. Bourget e Chalmers (2014), em sua cuidadosa pesquisa de opinião realizada nos principais departamentos de filosofia analítica do mundo, relatam que cerca de 60% dos filósofos rejeitam o platonismo, sendo que 38% destes se classificam como nominalistas. Searle de fato está, ao menos no tocante a este ponto, provavelmente em acordo com a opinião dominante entre os filósofos analíticos.¹⁰ Mas não pelos motivos alegados por Alencar (2006).

Além de instanciar um perigoso “viés de confirmação”, o processo que poderíamos chamar, tomando, com certa ironia, o termo emprestado da literatura a respeito de Austin, de “domesticação” de Searle, apresenta outras falhas graves. Uma delas envolve a suposição de que as fronteiras entre o analítico e o continental sejam tão rígidas quanto as fronteiras entre um país e outro. É muito comum aos pesquisadores que não simpatizam com o que se pode, com certa vagueza, chamar de “filosofia analítica” tendam a projetar sobre essa corrente limitações históricas atualmente inaplicáveis. A filosofia analítica, de acordo com Recanati

¹⁰ Na verdade, a discussão explícita do problema dos universais presente em Searle (1969, p. 103-106) chega a uma conclusão um pouco mais complexa, em cujas minúcias não cabe entrar aqui. A ideia geral de Searle é a de que o realismo – posição que ele abona – não precisa se comprometer ontologicamente com entidades “supramundanas” e eternas, mas apenas com o fato de que certos predicados têm significados. Sua conclusão, contudo, preserva a ideia de que “a introdução de universais [...] é tão confusa quanto é desnecessária na análise das expressões predicativas” (SEARLE, 1969, p. 26). O fato de dois atos proposicionais distintos poderem expressar uma mesma proposição não é, para o filósofo, mais misterioso do que o fato de que duas pessoas podem compartilhar uma mesma caminhada (SEARLE, 1983, p. 198).

(2004b), passou, nas últimas décadas, por uma prodigiosa expansão de interesses e perspectivas, de modo que é praticamente impossível identificar a corrente a partir da adoção coletiva de qualquer “tese” ou “questão” filosófica particular. Embora ainda seja, a meu ver, possível falar de uma “filosofia analítica”, em oposição a uma tradição “continental”¹¹, não se deve pensar que essa divisão implique, para qualquer um dos lados, a total ausência de casos intermediários, híbridos e indecidíveis. Também não se deve supor, tomando-a como base, que haja uma descontinuidade radical entre as duas tradições.

Talvez Searle seja, precisamente, um exemplo de continuidade. O depoimento mais contundente a esse respeito vem de uma entrevista concedida por ele mesmo:

Houve uma certa vulgarização da vida intelectual em geral e da filosofia em particular que levou as pessoas a pensarem que as questões importantes são “Em que time ele está jogando? A que partido filosófico ele pertence?”. É típico de leigos, ou de jornalistas, supor que existem esses diferentes “times” filosóficos, e que você joga, ou no time analítico, ou no time fenomenológico. [...] Na minha própria experiência, vejo que trabalho em cima de problemas e acabo encontrando amparo em lugares surpreendentes. No ano passado, fui convidado por Jürgen Habermas [...] para lecionar com ele em Frankfurt. [...] Habermas, eu e Karl-Otto Apel acabamos ministrando juntos um seminário. [...] Se alguém me dissesse, no meio disso, que esses caras eram filósofos continentais e que eu era um filósofo analítico, eu diria: “E daí?”, quer dizer, tínhamos problemas filosóficos, e estávamos trabalhando em cima deles. [...] É claro que há tradições diferentes e diferentes maneiras de fazer filosofia. No entanto, o que descobrimos é que as questões filosóficas realmente profundas passam por cima dessas distinções. Assim, eu sinto que a minha perspectiva é muito mais próxima da de Habermas do que da de Quine, embora Quine e eu pertencamos a uma mesma tradição. Eu me sinto muito mais próximo de Foucault, em vários sentidos, do que de Davidson, embora Davidson seja meu colega de departamento e eu o conheça há trinta anos. (SEARLE *apud* KRAJEWSKI, 1987, p. 74-75)

Na medida em que conseguimos distinguir um filósofo analítico de um não-analítico, a categorização de Searle não é, comparada a outras, uma tarefa tão fácil quanto pensam alguns.¹² Ou seja, mesmo que a leitura “domesticada” de Searle não se fiasse a uma

¹¹ Borradori (2013) chega a falar de um horizonte pós-analítico aberto a partir das obras de Quine e Goodman. Essa abertura teria se efetuado a partir do abandono progressivo das teses características do positivismo lógico do Círculo de Viena – e poderíamos, aí, salientar também a importância de Austin. Contudo, penso, com Recanati (2004b) que, ao menos a partir de um certo *espírito* – a saber, o espírito científico –, é ainda possível distinguir a corrente analítica da continental.

¹² Smith (2003) e Mulligan (2003) sublinham alguns dos traços da filosofia de Searle que a distinguem dos filósofos analíticos mais tradicionais. Aquele, em especial, sugere que o projeto de construir uma “Grande Teoria Filosófica” é um traço que, em vez de aproximar Searle dos analíticos, como alviltram Rajagopalan (2010) e Santos (2007), o afasta da abordagem “atomizada” característica dos filósofos dessa tradição.

concepção demasiado restrita de filosofia analítica – mesmo que reconhecesse o caráter “difuso” dessa tradição – ela erraria em atribuir a Searle um papel de “analítico exemplar”.

1.4 CONCLUSÃO

O objetivo deste capítulo foi limpar o terreno das discussões acerca de Searle e sua obra no Brasil, desfazendo três mal entendidos muito comuns. Primeiramente, propus um exame e uma crítica da metodologia aplicada por aqueles que analisam o “expurgo de Austin nas mãos de Searle”. Em seguida, aleguei que, equívocos metodológicos à parte, o *corpus* searliano que esses pesquisadores levam em conta para erigir suas considerações é injustificavelmente restrito e exclui obras relevantes para os assuntos que eles pretendem discutir. Por fim, argumentei que o mesmo processo de “domesticação” que, segundo esses autores, Searle teria efetuado sobre Austin, estaria sendo efetuado, por eles próprios, sobre Searle. Esse último ponto demandou um breve excursão pelos debates sobre a distinção entre filosofia analítica e continental.

Ao leitor deve estar claro que este foi um capítulo circunstancial, exigido mais pela situação em que se encontram os estudos da obra de Searle no Brasil do que por uma necessidade intrínseca ao argumento principal que pretendo desenvolver nesta monografia. Estou certo de que as polêmicas em que, forçosamente, tive que me envolver aqui poderiam render um tratamento mais cuidadoso e exaustivo. Contudo, insistir nessa direção levaria para longe demais do tema proposto.

Embora não sejam premissas indispensáveis para os temas que se seguirão, as observações anotadas neste capítulo não estão inteiramente desconcatenadas com o restante deste trabalho. Em especial, é possível compreender a interpretação da tese do Background do significado e do contextualismo linguístico que ela implica como um respaldo adicional à desconstrução da imagem de Searle como um filósofo “conservador”. Se os capítulos seguintes forem bem sucedidos, deverão revelar aos linguistas brasileiros um Searle de que, até o presente, se teve pouca notícia.

2. O CONTEXTUALISMO DEPOIS DE SEARLE

O anacronismo pode ser relevado, ou até mesmo pleiteado, se os benefícios heurísticos que ele porventura assegure sobrepujarem aqueles da habitual sequenciação temporal. É esse o caso em questão. A natureza do assunto aqui tratado se presta, ao menos inicialmente, a uma exposição teleológica, em que os desenvolvimentos posteriores da ideia a ser interpretada – a saber, a hipótese do Background do significado (doravante HB) – esclarecem as implicações, os pressupostos e os argumentos em prol dessa ideia. Isso porque os representantes dos desenvolvimentos recentes se mostram mais autoconscientes a respeito de suas próprias posições e estão mais interessados em aprofundar e fundamentar suas ideias do que Searle; eles fornecem, assim, exemplos que podem nos ajudar a aprofundar e fundamentar as ideias do próprio Searle.

Essa ordenação não convencional não deve, entretanto, sugerir que a HB está *subjugada*, de algum modo, às modalidades de contextualismo que lhe seguiram, como se não tivesse nenhuma peculiaridade interessante e não fosse, por si mesma, digna de atenção. A atenção às peculiaridades interessantes da HB será concedida no próximo capítulo; neste capítulo o objetivo será explorar precisamente as formas de contextualismo que foram formuladas depois dos trabalhos seminais de Searle, precisamente porque são essas as formas que, hoje, protagonizam o debate em torno do papel do contexto na teoria linguística. Mais especificamente, tratarei das perspectivas contextualistas consagradas nos trabalhos de Recanati e dos teóricos da relevância, com especial ênfase no primeiro.¹³

Mais do que ensaiar uma exegese das obras desses e de outros pesquisadores importantes, o propósito aqui será fornecer um senso de orientação nos debates contextualistas, para que o esclarecimento subsequente do contextualismo de Searle seja, com o perdão pelo trocadilho, contextualizado. O modo como enquadrarei o debate e as classificações das posições de que farei uso neste e no próximo capítulo se pautarão,

¹³ Borg (2004, p. 49-52) aponta uma outra corrente de pesquisa entre os propugnadores do que ela chama de *pragmática dual* (que é o nome que ela aplica ao contextualismo pelo fato os contextualistas defenderem que processos pragmáticos ocorrem *duas vezes* na interpretação: antes e depois da derivação das condições de verdade): a teoria da representação do discurso de Kamp. Dado que se trata de um programa de pesquisa altamente complexo e, além disso, relativamente isolado do centro do debate contextualista, não tratarei dele aqui. Existe, também, segundo ela, uma outra vertente radical do contextualismo, que rejeita alguns pressupostos comuns à pragmática dual e ao minimalismo (como, por exemplo, a ideia de que os enunciados veiculam conteúdos determinados). De acordo com a autora, essa vertente, de inspiração fortemente wittgensteineana, é representada hoje em dia principalmente por Charles Travis. Como existem notórias semelhanças entre os caminhos que conduzem Searle e Travis ao contextualismo (v. Cappelen & Lepore (2005a, p. 6) e Borg (2004, p.223)), deixarei para o próximo capítulo um comentário a respeito de sua relação com a HB.

respectivamente, na pragmática verocondicional e no exame do espaço lógico das alternativas entre o contextualismo e o literalismo desenvolvidos, sobretudo, por Recanati (2004a; 2010).

Há muitas outras formas de apresentar a discussão em torno do contextualismo – quase tantas quanto há posições a assumir. Cada pesquisador parece categorizar seus oponentes e formular a disputa em seus próprios termos, de acordo com seus próprios interesses de pesquisa. A pretensão de atingir uma substância do embate que subjaza a todas essas exposições particulares seria, em si mesma, digna de um trabalho de dimensões muito mais amplas do que este (como o de Falcato (2011), que, embora louvável, não deixa de ser parcial). Como fator agravante, existe ainda uma vertente de autores (chamados, por Recanati (2004a), de *sincretistas*) que desconsideram que o debate tenha, em si, qualquer substancialidade, pois as supostas alternativas conflitantes seriam, ou apenas variantes notacionais que não acarretam nenhuma diferença empírica, ou teorias diferentes a respeito de coisas diferentes (cf. Bezuidenhout (2009)). O ideal seria remeter o leitor aos textos representativos, como vários daqueles que figuram na bibliografia deste trabalho, e evitar entrar neste debate cuja formulação é, em si mesma, objeto de inúmeros desacordos. Isso, contudo, prejudicaria gravemente a compreensão do próximo capítulo. Feita, portanto, a ressalva de que a simplificação, o esquecimento e a incompletude são praticamente inevitáveis, entro, agora, no contextualismo que veio depois de Searle.

2.1 UMA DEFINIÇÃO DO CONTEXTUALISMO

Antes de mergulharmos nos argumentos contextualistas de Recanati e de Searle, é prudente que tenhamos à mão uma definição relativamente segura do contextualismo, para que saibamos exatamente em favor do quê os filósofos estão argumentando. Talvez essa seja uma ambição irrealizável, posto que a própria delimitação do problema é, amiúde, tomada como objeto de contendas. Creio ser, no entanto, possível fixar, embora provisoriamente, a principal marca que distingue o contextualismo das demais abordagens a respeito da significação.

O contextualismo pode ser definido a partir da rejeição de um pressuposto muito difundido entre os semanticistas. Recanati chama esse pressuposto de “suposição fregeana” (SF) e o caracteriza da seguinte maneira:

“SF: O que uma expressão contribui – quando ela é empregada (juntamente com outras expressões) na realização de um enunciado completo – ao sentido do enunciado é o sentido que ela possui independentemente em virtude das convenções linguísticas.” (RECANATI, 2010, p. 17)

Há, a meu ver, quatro motivos para rejeitar SF (apenas dois deles são mencionados por Recanati (2010)). Cada um desses motivos assinala uma modalidade peculiar de contextualismo. Passemos, de um a um, por todos eles, indo dos mais fracos aos mais fortes – em uma ordem em que o quarto acarreta o terceiro, o terceiro acarreta o segundo e o segundo acarreta o primeiro:

(i) Podemos gerar a *contraditória* de SF, transformando-a em uma proposição existencial negativa: o que uma expressão contribui ao sentido do enunciado (às condições de verdade, à proposição) não precisa ser *sempre* o seu sentido lexicalizado (aquele que ela possui “independentemente em virtude das convenções linguísticas”). Isso não implica dizer que os sentidos que as expressões contribuem *nunca* são os sentidos lexicalizados, nem que *geralmente não o são*. Para validar (i), basta que apresentemos *um único caso* em que a expressão não contribui seu sentido lexicalizado às condições de verdade. Nesse sentido, a modalidade de contextualismo implicada por (i) – que Recanati (2004a, p. 137) chama de “visão da opcionalidade forte” – é a mais modesta de todas. É essa a abordagem que Recanati (2010) adota na sua pragmática verocondicional.

(ii) Podemos gerar a *contrária* de SF, transformando-a em uma proposição universal negativa: o que uma expressão contribui ao sentido do enunciado (às condições de verdade, à proposição) *nunca* é o seu sentido lexicalizado (aquele que ela possui “independentemente em virtude das convenções linguísticas”). O contextualismo que decorre de (ii) é, grosso modo, o que Recanati (2004a, p. 138-140) apelida de “visão da composição pragmática”. De acordo com essa visão, é a composicionalidade que força o ajuste pragmático do sentido lexicalizado das expressões. A motivação por trás dessa rejeição é o entendimento de que os sentidos lexicalizados das expressões de uma sentença nunca se combinam suficientemente bem para atingirem um nível

plenamente proposicional, de modo que o sentido que as expressões contribuem *nunca* poderá ser aquele que elas possuem em virtude das convenções linguísticas.

(iii) Podemos negar uma das pressuposições de SF, a saber, a ideia de que as convenções linguísticas associam *sentidos* às expressões da língua. A rejeição de (iii) sugere, portanto, que os itens lexicais simplesmente não codificam sentidos, isto é, constituintes proposicionais, ou – nos termos de Fodor (1975) – ocorrências de símbolos do mentalês. Em outras palavras: “o significado das palavras e/ou sentenças [...] não é suficiente para garantir sequer uma proposição mínima.” (RECANATI, 2004a, p. 97) O significado puramente linguístico deve ser, de acordo com essa visão, radicalmente divorciado da linguagem do pensamento. É seguindo esse espírito que os Teóricos da Relevância como Carston (1991, p. 47-49) e Sperber & Wilson (1995, p. 257-258) insistem em manter distintas a *semântica linguística* (a semântica das sentenças das línguas naturais) e a *semântica verocondicional* (a semântica das representações conceituais). Vale antecipar que uma grande dose de confusão pode ser evitada se diferenciarmos essas duas formas de semântica. A primeira tem como objeto os *significados*, e a segunda as *condições de verdade*, os *sentidos* e as *proposições*. A principal consequência de (iii) é a de que os significados linguísticos não relacionam a linguagem diretamente com o mundo, porque eles precisam passar por uma série de processos pragmáticos para se tornarem plenamente proposicionais. O módulo linguístico é, nesse sentido, puramente *sintático*, já que apenas traduz as expressões percebidas no ambiente em termos de representações (provavelmente inconscientes) internas à mente que precisam passar pelos mecanismos da inteligência geral para serem conectadas com a realidade “exterior”.¹⁴ É esse tipo de postura que Recanati (2004a, p. 140) chama de “visão do formato inadequado”, pois nela é como se os significados tivessem um formato inadequado para contribuírem com a proposição.

(iv) Por fim, podemos negar outra pressuposição de SF: a ideia de que os próprios enunciados veiculam *sentidos*, condições de verdade ou proposições determinadas.

¹⁴ Essa parece ser, aliás, a posição endossada por Chomsky. Ao menos é essa a hipótese interpretativa que, para mim, melhor dá conta de declarações como a seguinte: “É possível que as línguas naturais tenham apenas uma sintaxe e uma pragmática.” (CHOMSKY, 2000, p. 132)

Essa é, conforme já mencionei, a postura que Borg atribui à Travis, visto que segundo ela, o filósofo inglês nega que “um sentido determinado possa ser recuperado de um determinado ato linguístico” (BORG, 2004, p. 221). O contextualismo que parte de (iv) não diz simplesmente que o significado lexicalizado das expressões não é suficiente para determinar o seu sentido – isto é, a contribuição que elas dão às proposições em que aparecem –, mas sim que não existem propriamente *sentidos* e *proposições*. Essa é, reconhecidamente, a posição a que o filósofo W.V.O. Quine foi conduzido por seu behaviorismo (v. Moura & Varaschin (2013)). O próprio Recanati (2004a), embora não defenda essa posição em seus trabalhos mais recentes – como Recanati (2010) –, se mostra convencido por alguns de seus argumentos. Essa postura implica um ceticismo generalizado a respeito de todos os tipos de *representação*. Apelidarei esta alternativa de visão da *eliminação do sentido*.

2.2 RECANATI E A ACESSIBILIDADE DO QUE É DITO

O ponto de partida das reflexões próprias de Recanati, desde seus primeiros artigos sobre o tema, é o conceito de *o que é dito*, tal qual formulado, de uma maneira desconcertantemente sintética, por Paul Grice (1989). Grice (1989, p. 41) assevera que a “significação total de um enunciado” pode ser dividida de duas maneiras: primeiro, entre aquilo que é dito, no “sentido favorecido”, e aquilo que é implicado, e, em seguida, entre aqueles aspectos que fazem parte da “força convencional” (ou que estão linguisticamente codificados) e aqueles que não fazem. Essa passagem de Grice faz referência a um “sentido favorecido” da frase “o que é dito”, sugerindo, assim, que a expressão não está sendo empregada de maneira informal, mas remete a um uso técnico, interno ao próprio projeto griceano. Se examinarmos o influente *Logic and Conversation*, registro escrito das William James Lectures, proferidas por Grice em 1967, vemos a que se reporta tal sugestão:

No sentido em que estou usando a palavra *dizer*, o que alguém *disse* está intimamente relacionado ao significado convencional das palavras (da sentença) que está usando. Suponha que alguém tenha usado a sentença “He is in the grip of a vice” (“Ele está sob o poder de um vício” ou “Ele está preso pelo torno”). Dado o conhecimento de língua inglesa, mas nenhum conhecimento das circunstâncias da enunciação, sabe-se alguma coisa sobre o que o falante *disse*, admitindo-se que ele estava falando inglês, e falando literalmente. Sabe-se que ele disse, a respeito de alguma pessoa do sexo masculino ou de algum animal X que, ao tempo da enunciação (qualquer que tenha sido este tempo) uma ou outra coisa: 1) ou X era incapaz de livrar-se de

algum traço de mau caráter; 2) ou que alguma parte de X estava presa a um certo tipo de ferramenta ou instrumento [...]. Para uma identificação completa do que o falante *disse*, necessitar-se-ia saber (a) a identidade de X; (b) o tempo da enunciação; e (c) o significado, na ocasião particular da enunciação, da sequência “in the grip of a vice” [uma decisão entre (1) e (2)]. (GRICE, 1989, p. 25)¹⁵

Assim, a noção de “o que é dito”, contrasta, de um lado, com o significado literal convencionalmente associado às expressões, e, de outro, com as implicaturas conversacionais calculadas inferencialmente a partir do que é dito e da suposição que o falante está sendo cooperativo. Há, então, a princípio, três camadas de significação possíveis para uma sentença: (1) o significado convencionalmente associado à sentença pelas regras semânticas da língua; (2) o que é dito por essa sentença em um dado contexto; e, (3) o que o falante quer comunicar, usando essa sentença nesse contexto, a um interlocutor cooperativo.

A questão que imediatamente se levanta, para Recanati, é a de saber com precisão, para retomar a qualificação de Grice, *o quão intimamente* (1) está relacionado com (2). A maneira tradicional de compreender essa qualificação é a de tomá-la no sentido mais forte possível, seguindo dois princípios muito adotados (amiúde tacitamente) pelos semanticistas. O primeiro, que reflete uma mentalidade mais filosófica, é o que Recanati (1991; 2004a) chama de *princípio minimalista*: “o que é dito vai além do significado convencional da sentença (e incorpora elementos contextuais) apenas quando isso é necessário para ‘completar’ o significado da sentença e torná-lo proposicional” (RECANATI, 2004a, p. 7).¹⁶ O segundo, refletindo um ponto de vista mais linguístico, é rotulado por Robyn Carston de *princípio do direcionamento linguístico*: “um aspecto pragmático da significação é parte do que é dito se e somente se sua determinação contextual é acionada pela gramática, isto é, se a própria sentença exibir uma lacuna que deva ser contextualmente preenchida” (CARSTON, 2014, p. 16). Recanati (2004a) chama, indistintamente¹⁷, os propugnadores (em sua maioria

¹⁵ A tradução do trecho é a de Geraldí, publicada em Dascal (1982). Sobre o conceito griceano de “o que é dito”, ver também a discussão detalhada de Levinson (2000, p. 170-198).

¹⁶ Além de descrever as relações permitidas entre (1) a (2), o princípio minimalista é também adotado implicitamente como critério para discriminar os aspectos contextualmente determinados da significação que são partes de (2) daqueles que são partes de (3). É como um critério para traçar a fronteira entre o que é dito e as implicaturas que Recanati (1991) discute e formula o princípio minimalista. De acordo com essa aplicação, toda influência pragmática na significação que não for necessária para a proposicionalidade será uma implicatura. Os critérios explicitamente reconhecidos por Grice – calculabilidade, cancelabilidade, universalidade, etc. – servem para identificar *quaisquer* aspectos pragmáticos ou contextuais da significação (cf. Recanati (1991, p. 116)), e, por isso, só servem de guia para delimitar especificamente as *implicaturas* se supusermos, além disso, que as implicaturas são os *únicos* aspectos pragmáticos que afetam a significação (cf. Carston (1991, p. 37).

¹⁷ Carston (2002, p. 187), na sua discussão desses dois princípios, defende que ambos produzem resultados e predições coincidentes, com exceção dos casos em que temos fragmentos sentenciais como “A Maria comeu” ou “O João está pronto”. Nessas ocorrências o princípio do direcionamento linguístico não exigiria nenhum tipo de

não-declarados) desses princípios de *minimalistas*. A expressão se justifica porque a postura que a define determina que a distância entre (1) e (2) é a mínima possível, e que, portanto, as proposições expressas pelos enunciados são *proposições mínimas*. Nos termos da semântica verocondicional,¹⁸ o minimalismo acarreta que as condições de verdade de um enunciado são igualmente, *condições de verdade mínimas*, ou aquilo que Borg (2004, p. 230-246), por motivos que ficarão mais claros no próximo capítulo, chama de *condições de verdade liberais*.

2.2.1 A SATURAÇÃO

É crucial perceber que os minimalistas não contestam a alegação de que as contribuições do contexto são necessárias, ao menos ocasionalmente, para completar os significados das sentenças e torná-los plenamente proposicionais. Eles não são anticontextualistas nesse sentido, afinal de contas, segundo eles, a proposição *pode* incorporar elementos contextuais – ainda que ela só *possa* incorporá-los quando ela *tiver* que os incorporar para se tornar uma proposição completa. Nem mesmo os minimalistas mais estridentes¹⁹ negam que, por exemplo, a sentença “Eu sou francês” expresse proposições diferentes em contextos diferentes – algumas das quais serão verdadeiras e outras falsas –, e

complementação contextual, ao passo que o princípio minimalista o exigiria, pois o resultado do processamento linguístico dessas sentenças seria meramente fragmentário, e não uma proposição completa. No entanto, segundo Recanati (2002), as informações adicionais requeridas para tornar esses fragmentos plenamente proposicionais podem ser recuperadas a partir das entradas lexicais das palavras “comer” e “pronto”. No primeiro caso, por exemplo, temos um verbo transitivo, em cuja entrada lexical há a informação de que ele exige a presença de dois argumentos. O fato de não haver nada na estrutura superficial da primeira sentença que nos informe que “comer” seleciona um argumento interno não nos deve sugerir que a provisão contextual desse argumento não seja guiada pela gramática. Essa provisão é, precisamente, recuperada a partir do léxico, que é parte da gramática.

¹⁸ O debate contextualista é, em si mesmo, neutro em relação às visões proposicionais ou verocondicionais da significação. Suspeito que a adoção do termo “o que é dito” para designar um nível intermediário entre o significado da sentença e o significado do falante – nível que Dascal (2011, p. 74-75) chama de “significado do enunciado” –, além de conectar as presentes discussões com os primórdios da pragmática pelos trabalhos de Grice, é uma estratégia para evitar com que se mesquem às presentes polêmicas outras polêmicas relacionadas à natureza da significação linguística. Mesmo davidsonianos fervorosos como Cappelen e Lepore (2005a, p. 3) confessam a intenção de tornar suas incursões no debate contextualista imparciais a esse respeito. No decorrer deste trabalho falarei também, com certa indistinção, de condições de verdade, proposições e significados dos enunciados.

¹⁹ “A proposição mínima não pode ser caracterizada de um modo *completamente* independente do contexto de enunciação. O minimalismo semântico reconhece que há um pequeno conjunto de expressões que interagem com os contextos de enunciação de maneiras privilegiadas. Chamamos essas expressões de *expressões genuinamente sensíveis ao contexto*.” (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 143) Vale observar, no entanto, desde já que os minimalistas procuram reduzir a influência contextual ao mínimo possível, restringindo-a às sentenças em que ocorrem elementos de “um pequeno conjunto de expressões” que “esgotam a dimensão da influência contextual no conteúdo semântico” (*id, ibid*, p. 143). Em outras palavras, toda dependência contextual seria uma instância de dêixis.

que essa variação não seja um caso de ambiguidade, mas sim de interferência do contexto nas condições de verdade – nesse caso específico, na atribuição de referência a um dêitico. Isto é, eles concordam que o significado da sentença é, em geral, uma espécie de “esqueleto semântico” (cf. Recanati (2004a, p. 6)), que precisa ser consubstanciado a algum fator contextual para resultar em uma proposição completa com condições de verdade definidas. Entretanto, a única contribuição do contexto que eles admitem é aquela que Recanati (1991; 2004a; 2010) caracteriza como *saturação*:

A saturação é o processo pelo qual o significado da sentença é completado e tornado proposicional através da atribuição contextual de valores semânticos aos constituintes da sentença cujas interpretações são dependentes de contexto (e, possivelmente, através do suprimento contextual de constituintes proposicionais “inarticulados”, se presumirmos, como fazem alguns filósofos, que tais constituintes são às vezes necessários para tornar uma sentença plenamente proposicional). Esse processo ocorre sempre que o significado da sentença incluir algo como uma “lacuna” que precise ser completada, ou uma “variável livre” que requeira uma instanciação contextual. [...] A saturação só ocorre quando o apelo ao contexto é necessário para que o enunciado expresse uma proposição completa. De um ponto de vista semântico, a saturação é um processo contextual *mandatório*. (RECANATI, 2004a, p. 7)

Recanati elenca como exemplos inequívocos de saturação a atribuição de referentes às expressões indexicais, a especificação de relações para genitivos e compostos nominais como “o livro de João” (“*John’s book*”) e “pesadelo de ladrões” (“*burglar nightmare*”), a identificação de classes de comparação para os predicados paramétricos (p. ex., a especificação “para uma criança” em sentenças como “João é alto”) e o fornecimento de argumentos não enunciados (mas exigidos pela estrutura argumental) nos casos de instanciação nula definida (p. ex., como a provisão contextual do complementizador “o bolo” à interpretação de um proferimento como “João comeu”). O que os minimalistas sustentam é que todos os ajustes pragmáticos de sentido que não se enquadrarem nesse modelo – isto é, que não forem absolutamente necessários para a expressão de uma proposição – não fazem parte do que é dito. Nos termos usados por Recanati, isso quer dizer que o único processo pragmático primário (i.e., processo anterior à identificação da proposição) para eles é a saturação. Todos os aspectos da significação que não forem indispensáveis para que uma dada representação seja uma proposição (tenha condições de verdade, possa ser avaliada em termos de verdade ou falsidade, etc.) não fazem parte do que é dito (*id.*, *ibid.*, p. 8). Se adotarmos, adicionalmente, a divisão tripartite dos níveis de significação sugerida por Grice (1989),

concluiremos que qualquer processo pragmático opcional deve ser relegado ao âmbito das implicaturas.²⁰

2.2.2 PREVISÕES EXTRAVAGANTES

Recanati (1991; 2004a; 2010) principia sua argumentação contra o minimalismo observando que as proposições mínimas não são, ao menos em algumas ocasiões, as proposições que, intuitivamente, pensamos expressar com nossos enunciados. Em outras palavras: as proposições mínimas não são, muitas vezes, proposições que estão acessíveis à nossa consciência durante boa parte das nossas interações verbais. Consideremos os seguintes exemplos adaptados de Recanati (2004a, p. 8) e Carston (1991, p. 35):

- (1) Eu já tomei café da manhã.
- (2) Você não vai morrer.
- (3) A mesa está coberta de livros.
- (4) Maria deu a chave para João e ele abriu a porta.

²⁰ É plausível supor que essa maneira de compreender a relação entre as camadas de significação seja um legado do próprio Grice. No trecho supracitado, o filósofo inglês argumenta que, para preencher a lacuna entre o significado da sentença e o que é dito, três subtarefas se fazem necessárias: (1) a atribuição de referência às expressões denotativas; (2) a atribuição de um valor semântico às expressões indexicais, como a indicação de tempo nos verbos; e, por fim, (3), a resolução de ambiguidades lexicais e estruturais. Se presumirmos que Grice, ao expor esses seu argumento, está sendo cooperativo, e que, em especial, está agindo de acordo com a máxima da quantidade tal qual formulada por ele, derivaremos, do fato de que ele mencionou apenas três subtarefas, a implicatura de que há *apenas* essas três subtarefas. Ora, com exceção de (3), os processos citados por Grice são, indiscutivelmente, exemplos de saturação. Na verdade, mesmo a resolução de ambiguidades pode ser pensada como um processo pragmático primário mandatário, haja vista que, sem ela, não chegaríamos a uma (única) representação proposicional. A constatação de que fatores contextuais robustos afetam a desambiguação não é, de modo algum, incompatível com o minimalismo modularista: “O apelo a fatores que vão além as propriedades puramente formais da cadeia tomada como *input* pode ser pensado aqui como ocorrendo *antes* do processamento linguístico propriamente dito. Isto é, embora talvez precisemos recorrer a outros domínios do conhecimento, além do puramente linguístico, para determinar precisamente *qual* é o *input* linguístico, esse recurso inicial não parece ser contraditório com o fato de que, uma vez que o *input* linguístico foi determinado, *então* ele pode ser processado semanticamente, sem recorrer a informações extralinguísticas.” (BORG, 2004, p. 141) Assim, os processos centrais da inteligência já forneceriam ao módulo linguístico um *input* desambiguado para ser processado segundo diretrizes minimalistas (isto é, sem recorrer a informações contextuais exceto quando estas forem necessárias para atingir o nível proposicional mínimo). Borg (2004, p. 142) propõe ainda outra alternativa: é possível que, se os mecanismos da inteligência geral não filtrarem a ambiguidade, o módulo linguístico aceite um *input* ambíguo e devolva à inteligência geral para a interpretação (e seleção) pragmática *duas (ou mais) proposições mínimas semanticamente interpretadas*. Ou seja, no caso da desambiguação, os processos centrais sensíveis ao contexto podem operar antes ou depois da interpretação semântica, sem que precisem se misturar com ela.

Para todas essas sentenças, o princípio minimalista acarreta que o que é *literalmente* dito não é o que é *intuitivamente* dito. A primeira proposição, por exemplo, seria *literalmente* verdadeira mesmo em um caso em que o falante tomou café da manhã uma única vez, 50 anos antes de proferir a sentença que a expressa. A rigor, essa proposição tem a mesma estrutura semântica que o famoso exemplo de Sperber & Wilson (1995, p. 189):

(5) Eu já fui ao Tibete.

Isso porque as proposições mínimas de (1) e (5) dizem apenas que o falante S tomou café da manhã, ou foi ao Tibete, em algum momento t^* anterior a t , sendo t o instante de proferimento do enunciado. A delimitação temporal complementar que ocorre em (1) – e que, em geral, não ocorre em (5) – isto é, ideia de que o falante tomou café da manhã *no mesmo dia* da enunciação, deve, segundo o princípio minimalista, ser tida como algo externo ao que é dito, visto que uma proposição completa pode ser expressa sem essa sugestão; assim seria também de acordo com o princípio do direcionamento linguístico, haja vista que nada nessa sentença nos obriga a inserir na proposição a referência implícita ao dia da enunciação. Portanto, essa referência deve ser tida como uma *implicatura conversacional* calculada a partir de uma aparente violação das máximas da relevância e da quantidade.

Já em (2) temos um caso em que, segundo o princípio minimalista, o que dizemos não é simplesmente diferente do que intuitivamente pensamos dizer, mas é algo que não diríamos de modo algum, visto ser algo patentemente falso. Bach (1994), de quem Recanati extrai esse exemplo, imagina um contexto em que uma mãe profere (2) para seu acalmar seu filho, que chora por causa de um corte no dedo. O que a mãe pretende dizer seria, então

(2*) Você não vai morrer *por causa desse corte*.

Mas a proposição literalmente expressa por essa mãe seria a de que seu filho não vai morrer *tout court*, isto é, a de que ele é uma espécie de ser imortal. A mãe estaria, então, segundo os minimalistas, dizendo algo literalmente (e obviamente) falso para o seu filho. A referência implícita ao corte não corresponde a nada na estrutura da sentença, e não é, tampouco, necessária para torná-la plenamente proposicional. Logo, essa referência deve, novamente, ser uma instância de implicatura conversacional, nesse caso, uma implicatura gerada a partir de uma exploração da máxima da qualidade.

O exemplo (3) é um caso que contém aquilo que Soames (1986) chama de *descrição definida incompleta*. A descrição definida “a mesa” é incompleta porque ela, por si só, não é suficiente para identificar um objeto único no mundo, já que a extensão do predicado “mesa” (que é o único predicado dessa descrição), no nosso modelo de mundo, é um conjunto não-unitário. Ocorre, porém, que, segundo Russell, as condições de verdade das descrições definidas contêm uma afirmação de unicidade. Esse tipo de problema foi, aliás, percebido pelo próprio Searle (1969, p. 83) a partir de um exemplo semelhante.²¹ As condições de verdade do enunciado (3) poderiam ser formuladas, usando o cálculo de predicados de primeira ordem como metalinguagem, da seguinte maneira (sendo $I(M) = x$ é uma mesa e $I(L) = x$ está coberta de livros):

$$(3^*) \exists x[(Mx \wedge \forall y(My \rightarrow x=y)) \wedge Lx]$$

Ou seja, alguém que diz “A mesa está coberta de livros” está, segundo o minimalista, dizendo, literalmente, que existe uma única mesa no universo, e que essa mesa está cheia de livros. De novo, temos aqui um caso em que a proposição prevista pelo princípio minimalista e pelo princípio do direcionamento linguístico não corresponde à proposição que está acessível à nossa consciência, já que aquela, ao contrário desta, é claramente falsa.²² Dado que nem a restrição do domínio do quantificador existencial para incluir apenas os objetos de uma determinada sala e nem a expansão do predicado “mesa” em algo como o conceito *ad hoc* MESA-DA-SALA-515-DO-BLOCO-B-DO-CCE-NA-UFSC²³ são necessárias para que (3) expresse uma proposição mínima completa – a saber, (3*) –, devemos considerar essas

²¹ Searle discute esse problema no contexto da sua formulação do princípio da identificação, que é, para ele, uma condição necessária para a realização da referência. A alternativa que ele propõe em resposta a Russell é que o uso do artigo definido não deve carregar uma afirmação de unicidade, mas apenas “indicar a intenção do falante para se referir a um objeto único”, e a função do predicado descritivo que se segue ao artigo não é a de identificar unicamente um objeto no mundo, e sim “identificar, para o falante, o objeto a que o falante pretende se referir naquele contexto” (SEARLE, 1969, p. 84). Searle pretende, assim, retirar o requisito de unicidade da semântica das descrições para o delegar à pragmática. Essa sua solução pode ser compreendida como uma antecipação do contextualismo que ele viria a assumir, oficialmente, só uma década depois.

²² É necessário, contudo, fazer justiça aos minimalistas e dizer que nem todos aceitam (3*) como as condições de verdade literais da sentença (3). Stanley & Szabo (2000) sustentam que, na forma lógica de (3), há uma variável para um domínio de entidades que precisa ser preenchida para que (3) expresse uma proposição completa. Essa variável não precisa receber o mundo inteiro como domínio – até porque é extremamente difícil dizer o que é o *conjunto de entidades do mundo* sem recorrer a uma espécie de “conjunto universal”, ideia que conduz a contradições insuperáveis (cf. Mortari, (2001, p. 60)). A restrição do domínio do quantificador seria, então, segundo esses autores, um exemplo de saturação (cf. Recanati (2004a, p. 87)). De acordo com Recanati (1991, p. 103-104), se considerarmos que (1) e (2) envolvem quantificação sobre eventos, uma análise semelhante é possível – o que não significa que seja desejável – para esses exemplos também.

²³ As duas análises do fenômeno parece serem empiricamente equivalentes.

possíveis suplementações do significado literal como *posteriores* ao cálculo das condições de verdade, ou seja, como implicaturas.

Já (4) é semelhante a um exemplo discutido pelo próprio Grice (1981, p. 186) a partir de algumas considerações de Strawson (2011). Intuitivamente, pensamos que (4) expressa uma proposição como

(4*) Maria deu a chave para João e [*depois*]_a, [*João*]_b abriu a porta [*com a chave*]_c.

Com exceção da atribuição de referência ao pronome anafórico “ele”, que é uma ocorrência de saturação, nenhum dos enriquecimentos proposicionais marcados acima entre colchetes são consistentes com o princípio minimalista (ou com o princípio do direcionamento linguístico). Tanto a leitura temporal da conjunção “e”²⁴ quanto a especificação do instrumento em (c) teriam, então, que ser consideradas como implicaturas conversacionais. Na verdade, a descrição do acréscimo temporal de (a) como uma implicatura conversacional generalizada projetada a partir da obediência à quarta submáxima do modo (“seja ordenado” (GRICE, 1989, p. 27)) foi a proposta original de Grice (1981) diante dos problemas levantados por Strawson (2011).

A afirmação de que as proposições construídas a partir do princípio minimalista e do princípio do direcionamento linguístico são diferentes daquelas que, intuitivamente, pensamos expressar não é *ainda* uma objeção. Essas considerações só afetam a credibilidade do minimalismo se supusermos, adicionalmente, que temos *algum motivo* para respeitar nossas intuições de falantes. Devemos perceber, no entanto, que isso não é uma exigência comum para uma teoria científica. Os físicos não têm de prestar satisfações à nossa teoria intuitiva

²⁴ Estou supondo aqui que a semântica da conjunção “e” é estritamente verofuncional. Há, à primeira vista, duas reações teóricas possíveis perante a percepção das diferenças entre os operadores da lógica proposicional e os seus análogos nas línguas naturais. Uma delas, que poderíamos chamar de “alternativa semântica”, consiste em postular, para cada interpretação intuitiva que um conectivo de uma língua assume, uma entrada lexical distinta. É neste espírito que alguns manuais tradicionais de lógica ressaltavam – às vezes com um peculiar desdém pela “bagunça” das linguagens naturais – que o símbolo \vee , o operador disjuntivo, não seria equivalente às suas contrapartes naturais, como, por exemplo, o “ou”, pois estas últimas apresentariam uma ambiguidade entre um sentido “inclusivo” e outro “exclusivo”. A alternativa semântica parece pressupor que toda diferença na compreensão de um mesmo item linguístico em ocasiões diferentes deve proceder de uma diferença de significado lexical, configurando assim um caso de ambiguidade. No entanto, essa diferença de compreensão pode convenientemente ser atribuída a outro nível de significação: o nível pragmático. Essa segunda alternativa simplifica imensamente a semântica (já que não viola o princípio da *Navalha de Ockham Modificada* (GRICE, 1989, p. 47)), e, de resto, a dispensa de lidar com certos problemas como o fato de tais acréscimos serem passíveis de ser cancelados (tanto contextualmente quanto explicitamente). Para uma exposição mais completa dos debates em torno da conjunção, v. Carston (1992; 2002, cap. 3). Para uma opinião divergente, que busca restaurar, com bons argumentos, a alternativa semântica, v. Bar-Lev & Paclas (1980).

sobre como o mundo funciona; semelhantemente, os psicólogos que estudam as emoções humanas não precisam dar uma resposta a todas as inquietações presentes nos manuais de autoajuda. Há, em suma, uma visão amplamente aceita da relação entre o conhecimento científico e o senso-comum, chamada por Recanati de “visão anti-preconceito”, que prescreve que “não há nada de sacrossanto nos nossos conceitos ordinários de senso comum. Se uma consideração teórica for consistente com nossas intuições de senso comum, melhor, se não for, pior para o senso comum.” (RECANATI, 1991, p. 115)

Foi pela força do prestígio desse lugar-comum epistemológico que os minimalistas puderam ampliar o domínio das implicaturas (para incluir, por exemplo, a noção de sequenciação temporal em (4)) sem que ninguém protestasse. Existem, porém, diferenças fundamentais entre os aspectos da significação não-articulados dos exemplos (1)-(4) e os casos mais claros e incontroversos de implicaturas:

(5) Eu sou brasileiro.

(5*) É óbvio que sei jogar futebol.

Suponhamos que (5) seja proferida por mim em resposta à pergunta “Você sabe jogar futebol?”. A partir disso, o ouvinte está autorizado, pelas máximas da conversação e pelo seu conhecimento de como as habilidades futebolísticas estão distribuídas entre os habitantes das várias regiões do mundo, a inferir que o que quis comunicar foi algo como a proposição (5*). A acessibilidade à nossa intuição é, precisamente, uma das diferenças entre (1)-(4) e esse novo exemplo (5):

No último exemplo, a implicatura é intuitivamente percebida como externa ao que é dito; ela corresponde a algo que normalmente tomaríamos como tendo sido “implicado”. No[s] caso[s] anterior[es], não somos capazes de distinguir, pré-teoreticamente, entre os dois supostos componentes da significação dos enunciados. (RECANATI, 1991, p. 115)

Essa diferença, segundo Recanati, deveria incitar as seguintes questões: estamos tratando de uma mesma coisa nos dois casos? E, se estamos, “como podemos explicar essa diferença?” (*id, ibid*, p. 115). Ou seja, dada a sua propensão a tratar certos aspectos da significação intuitiva de (1)-(4) como implicaturas conversacionais externas ao que é literalmente dito, “o minimalista precisa explicar por que essas implicaturas, ao contrário dos

casos prototípicos [como (5)], não apresentam a propriedade da ‘acessibilidade’ à consciência.” (RECANATI, 2004a, p. 12) Isso porque, no campo da cognição humana,

nossas intuições não são apenas um primeiro passo rumo à teorização – algo como a escada de Wittgenstein, que pode ser descartada uma vez que tenha sido usada para alcançar um patamar superior – mas sim *parte do assunto da teorização*, e, enquanto tais, não podem ser negligenciadas. (RECANATI, 1991, p. 115)

O minimalista precisa, se seu objetivo for construir uma teoria psicologicamente realista da compreensão verbal, explicar por que a derivação de algumas implicaturas é acessível à consciência e a de outras não, ou, em outras palavras, por que é em apenas alguns casos que a distinção entre o que é dito e o que é implicado corresponde fielmente às nossas intuições.

Recanati (2004a, p. 12) reconhece como o único esforço nessa direção a distinção griceana entre implicaturas conversacionais generalizadas e particularizadas.²⁵ Aquelas, ao contrário destas, “são difíceis de distinguir do conteúdo *semântico* das expressões linguísticas, porque tais implicaturas [estão] rotineiramente associadas a expressões linguísticas em todos os contextos normais.” (LEVINSON, 1983, p. 127) O minimalista poderia alegar que os enriquecimentos em (1)-(4) são, precisamente, exemplos de implicaturas generalizadas, e que tais implicaturas são “geradas e interpretadas de modo inconsciente e automático” (RECANATI, 2004a, p. 12).

Mesmo supondo que a classe das implicaturas conversacionais generalizadas seja passível de ser caracterizada pela geração inconsciente e automática de seus membros,²⁶ (motivo pelo qual, supostamente, nossas intuições a seu respeito seriam “embaralhadas”), há outros problemas em considerar os ajustes de sentido dos exemplos (1)-(4) como implicaturas. O primeiro é que a presunção de que essas supostas implicaturas são calculadas de modo inconsciente com base em um conteúdo dito também inacessível à intuição dos falantes nos afasta muito do panorama teórico delineado por Grice. Quero deixar claro que

²⁵ Recanati (1991, p. 118) cita também a noção de “não-literalidade padronizada”, que cumpriria, no quadro adotado por Bach (1987), um papel semelhante ao das implicaturas conversacionais generalizadas para os neogriceanos. As sentenças (1)-(4) estariam, de acordo com o filósofo americano, *padronizadamente* associadas aos enriquecimentos que citamos, e, por conta dessa espécie de “força do hábito”, nós nem notaríamos mais que tais acréscimos não fazem parte do que é dito. Haveria, nesse sentido, uma semelhança entre (1)-(4) e os casos de atos de fala indiretos padrozinados.

²⁶ O que não é de modo algum evidente, haja vista que, segundo Horn, “a natureza generalizada de uma implicatura não acarreta sua inacessibilidade à consciência – seu caráter críptico. É possível que uma implicatura seja, ao mesmo tempo, generalizada e intuitivamente acessível como uma implicatura distinta do que é dito.” (*apud* RECANATI, 2004a, p. 13) Se as implicaturas generalizadas não forem uniformemente definíveis pela inacessibilidade e pelo fato de não corresponderem às nossas intuições, a diferença entre casos como (1)-(4) e (5) volta a carecer de explicação.

abandonar a chamada “raiz Griceana” (Landman *apud* Recanati, 2010, p. 152), da pragmática pode não ser de todo uma má ideia – e, diante de algumas das aporias já levantadas e outras que se levantarão, chega a ser boa ideia –, mas a abandonar enquanto se continua a usar a terminologia de Grice – sem fazer muito esforço para esclarecer a ressignificação dos seus principais conceitos – é, sem dúvida, um convite à confusão. Especialmente quando os proponentes de tais inversões ocultas nos conceitos de Grice insistem em se qualificar como *neogriceanos*.

2.2.3 A ACESSIBILIDADE DO QUE É DITO

Começemos com o conceito de “o que é dito”. Para Grice (1989) o dito era uma variedade do *significado não-natural*. De acordo com a leitura de Recanati, “uma das características distintivas do significado não-natural, na análise de Grice, é o seu caráter essencialmente manifesto” (RECANATI, 2004a, p. 13). Na visão tradicional, um falante que não-naturalmente-significa pretende tornar manifesta para o interlocutor uma intenção reflexiva que envolve dois níveis: (i) a intenção de informar²⁷ que *P*, para qualquer proposição *P*; e (ii) a intenção de que (i) seja reconhecida. A noção griceana de significação exige, portanto, o *reconhecimento das proposições comunicadas*. Destarte, considerar o que é dito como uma instância de significação-não-natural implica dizer que o que é dito precisa ser *reconhecido* pelos falantes:

A visão de acordo com a qual o “dizer” é uma variedade do significado-não-natural acarreta que o que é dito (bem como o que é significado em geral, incluindo o que é implicado) *precisa* ser acessível – precisa estar aberto aos olhos de todos. Isso é assim porque o significado-não-natural é essencialmente uma questão de reconhecer intenções. De acordo com essa visão, o que é dito ao proferir uma sentença depende (e dificilmente pode ser separado) das intenções publicamente reconhecíveis do falante. (RECANATI, 2004a, p. 14)

Essa concepção da significação sugere, segundo Recanati, um princípio para delimitar o que é dito: o princípio da *acessibilidade*. Sua primeira formulação, que enfoca o ponto de vista da

²⁷ É necessário ressaltar que o artigo original de Grice, publicado em 1948, não fala de uma intenção de *informar que P*, e sim da intenção de provocar uma *crença* de que *P*, para os casos assertivos, e de uma intenção de provocar uma *vontade de fazer P*, para os imperativos. (GRICE, 1989, p. 219-220). Esse ponto foi objeto de muitas objeções a Grice, e, para não evocar desnecessariamente tais debates, adoto aqui a noção (mais neutra) de *intenção informativa*, desenvolvida mais detalhadamente por Sperber & Wilson (1995, p. 54-60).

construção teórica²⁸, é a seguinte: “Ao decidir se um aspecto pragmaticamente determinado da significação do enunciado é parte do que é dito, isto é, ao tomar uma decisão a respeito do que é dito, devemos sempre tentar preservar nossas intuições pré-teóricas.” (RECANATI, 1991, p. 106) A adoção desse princípio não envolve um abandono da celebrada *visão anti-preconceito*, pois ele se fundamenta em uma hipótese cognitiva peculiar a respeito de como os enunciados são interpretados (RECANATI, 1991, p. 116). Esse viés cognitivista fica mais claro na formulação mais recente do princípio:

Os intérpretes normais têm intuições a respeito do conteúdo verocondicional dos enunciados. Na minha concepção, essas intuições correspondem a um certo “nível” do processo de compreensão – um nível a que uma boa teoria da compreensão linguística precisa prestar satisfação. Esse é o nível do que é dito. [...] Em vez de olharmos as coisas pelo lado linguístico e equacionarmos ‘o que é dito’ com a proposição mínima a que chegamos pela saturação, podemos adotar uma postura mais psicológica e equacionar o que é dito com (o conteúdo semântico do) produto consciente da série complexa de processamento que subjaz à compreensão. (RECANATI, 2004a, p. 16)

Se o que é dito, pela própria natureza da significação, precisa estar acessível à consciência, podemos – e devemos – confiar nas nossas intuições a seu respeito para construirmos uma teoria da compreensão verbal.

Já vimos, entretanto, que o princípio minimalista prevê conteúdos ditos que contrastam com nossas intuições. Isso insere o teórico minimalista em um impasse: ou ele se

²⁸ Nos seus primeiros incursos contextualistas, como em Recanati (1991), o filósofo francês argumenta que esse princípio é pressuposto até mesmo pelos minimalistas. O princípio minimalista pode ser formulado como um bicondicional: um aspecto contextualmente determinado da significação é parte do que é dito *se* sua determinação for necessária para que o enunciado expresse uma proposição completa. Segue-se dessa definição que o princípio minimalista só pode ser aplicado se já soubermos, *de antemão*, se o aspecto contextualmente determinado é ou não necessário para a proposicionalidade do enunciado. Recanati extrai disso a seguinte conclusão: “o princípio minimalista, por si só, não pode ser usado para nos dizer se um aspecto contextualmente determinado da significação é parte do que é dito; ele só pode ser usado para esse efeito se uma decisão já tiver sido tomada a respeito das variáveis que precisariam ser contextualmente instanciadas para que o enunciado expresse uma proposição completa.” (RECANATI, 1991, p. 105) A ideia aqui é que mesmo os minimalistas, para aplicarem seu princípio, necessitam de uma identificação prévia, plausivelmente *intuitiva*, do que é dito. Poderíamos elaborar um argumento análogo para o princípio do direcionamento linguístico: esse princípio requer que saibamos, antes da sua aplicação, qual é a estrutura semântica da sentença para, depois, deduzirmos disso a proposição que a sentença expressa. Mas como poderíamos chegar a essa estrutura semântica senão pelos dados imediatos e acessíveis do que é dito? É somente a partir de um tal julgamento prévio, que parte de um dito disponível à consciência, que a teorização semântica pode proceder rumo a uma análise mais abstrata dos aspectos da significação que já estão prescritos no significado da sentença. Nos termos de Ducrot (1987, p. 50-62), o significado da sentença é uma hipótese interna – algo que é postulado para dar conta da base empírica que motiva a construção teórica –, enquanto que o significado do enunciado (o que é dito) é uma hipótese externa, isto é, parte da própria base empírica que a teoria deve explicar. Isso, para Ducrot, implica que é o significado da sentença que pode ser “modificado” e “flexibilizado” conforme as necessidades teóricas do semanticista, e não o significado do enunciado, de cuja intuição aferiremos a adequação empírica da teoria. Essa motivação adicional do princípio da acessibilidade oriunda da suposta precedência dos julgamentos acerca do que é dito sobre a teorização semântica é discutida e rejeitada por Borg (2004, p. 110-131).

apega à análise griceana da significação e abandona o minimalismo, ou ele se esquivava do requerimento da acessibilidade (para poder continuar pensando nos ajustes de (1)-(4) como implicaturas) abjurando da análise griceana da significação. A conjunção entre o minimalismo e uma compreensão pragmática do dito é que não pode ser mantida sem incoerência.²⁹

Ademais, a alternativa pautada pelo princípio da acessibilidade, ao contrário das abordagens minimalistas, harmoniza-se bem com as observações tradicionais a respeito da derivação das implicaturas. Na teoria de Grice, as implicaturas são concebidas como aspectos pragmáticos da significação inferidos a partir do que é dito e da suposição de que o falante está sendo cooperativo. Recanati argumenta que um aspecto essencial dessa teoria “é o fato de que o ouvinte tem de ser capaz de reconhecer o que é dito e de elaborar a conexão entre o que é dito e o que é implicado ao dizê-lo” (RECANATI, 2004a, p. 17). Além de acarretar que o que é dito precisa ser acessível à consciência, essa visão demanda que as implicaturas sejam inferências no *sentido estrito*, nas quais o falante está consciente tanto do que é dito e do que é implicado, quanto de que há uma conexão inferencial entre ambos (cf. Recanati (2010, p. 144). Contudo, considerar o cálculo das implicaturas como estritamente inferencial³⁰ não impede que reconheçamos o seu caráter automático, espontâneo e involuntário. Nem toda derivação de implicaturas é *explícita* – isto é, uma ação voluntária e trabalhosa por parte do ouvinte – mas toda derivação de implicaturas é *consciente* (cf. Recanati (2004a, p. 40-44)).³¹ Por esse critério também, vemos que aqueles acréscimos de (1)-(4) não podem ser tidos como implicaturas, haja vista que em qualquer um deles os falantes não teriam conhecimento algum de terem computado previamente uma proposição mínima e derivado inferencialmente, a partir dela, uma outra proposição. Outrossim, parece que, no caso de uma sentença como (1), é a proposição enriquecida (a saber, “Eu já tomei café da manhã *hoje*”) que serve de *input*

²⁹ Grice, que assumia, simultaneamente, tanto o minimalismo quanto sua análise pragmática da significação, defrontou-se com esse impasse e o caracterizou como um “paradoxo” interno à sua teoria: “Se nós, enquanto falantes, precisamos ter o conhecimento do significado convencional das sentenças que empregamos para extrairmos delas implicaturas [...], como podemos nós, enquanto teóricos, ter dificuldades a respeito desses mesmos casos enquanto decidimos onde começa o significado convencional da sentença e a implicatura começa?” (GRICE, 1989, p. 49) Grice fala aí de um paradoxo em relação à delimitação das fronteiras entre o significado convencional das sentenças e as implicaturas, mas é difícil de compreender essa sua observação dessa maneira. A hipótese interpretativa que me parece mais plausível é a de que Grice está se referindo aí à contradição que se estabelece quando se aceita a conjunção do minimalismo com uma teoria pragmática da significação como a sua. A pergunta, reformulada, seria: como podemos nós, enquanto teóricos, ter alguma dificuldade em delimitar aquilo que, para o falante comum, precisa estar plenamente acessível à consciência e à intuição se ele quiser derivar implicaturas?

³⁰ Segundo Recanati (2004a; 2010) as inferências no sentido estrito precisam satisfazer o que ele chama de *condição de acessibilidade*. Essa condição exige que tanto as proposições envolvidas na inferência quanto conexão inferencial entre elas estejam acessíveis à consciência.

³¹ Argumentar que a produção de implicaturas é inconsciente porque é automática, rápida, espontânea e involuntária é, para Recanati (2004a), simplesmente um *non sequitur*.

para a elaboração de algumas implicaturas (p. ex. “Não estou com fome agora”). Isso é mais um indício para suspeitar que esse constituinte acrescido ao significado literal da sentença se incorpora ao que é dito.

2.2.4 O PRINCÍPIO DO ESCOPO

Mas essa não é a única razão. Mesmo que rejeitemos a análise griceana do significado, e, conseqüentemente, o princípio da acessabilidade, há outro princípio, mencionado por Recanati (1991), que prediz que o termo “implicatura” – mesmo tomado em um sentido compatível com a geração inconsciente – é inaplicável aos ajustes de sentido de (1)-(4). A propriedade essencial das implicaturas, tanto na versão griceana tradicional quanto na sua recente ressignificação, é o seu caráter pós-proposicional, isto é, o fato de que elas são calculadas *depois* e *com base nas* condições de verdade de um enunciado. As implicaturas comporiam, pois, por definição, um nível de significação *separado* das condições de verdade. Note-se que isso não é uma constatação factual, uma “descoberta” sobre o modo de como usamos a linguagem: trata-se apenas uma definição mínima de um conceito, que pode ou não ser útil neste tipo de investigação. Obviamente, se o conceito foi proficuamente formulado e empregado, é porque se constatou que há, de fato, uma camada de significação relevante que apresenta ao menos algumas das propriedades que o definem. O que quero dizer com isso é que o conceito de “implicatura”, mesmo desprovido de alguns traços que inicialmente lhe foram imputados por Grice, motivado pela sua análise do significado, tem como condição de aplicabilidade mínima o caráter pós-proposicional.

No entanto, de acordo com outro princípio bastante confiável para identificar constituintes proposicionais – o *princípio do escopo*, desenvolvido, originalmente, em Cohen (1971) e pormenorizado em Recanati (1991) – os *enriquecimentos* de (1)-(4) figuram como partes das condições de verdade. O princípio é enunciado, por este último autor, da seguinte forma: “um aspecto pragmaticamente determinado da significação é parte do que é dito (e, portanto, não é uma implicatura conversacional) se – e talvez somente se – ele entrar no escopo de operadores lógicos, como a negação e o condicional.” (RECANATI, 1991, p. 114)

Fica claro que os enriquecimentos mencionados de (1)-(4) atendem a essa demanda. Vejamos os seguintes casos, supondo, sempre, os contextos para cada um deles tais quais foram descritos na discussão dos exemplos originais:

(1a) Eu não tomei café da manhã.

(2a) Se você não vai morrer, você pode ficar tranquilo.

(3a) Se a mesa está coberta de livros, ele deve ter estudado muito.

(4a) Não é verdade que a Maria deu a chave para o João e ele abriu a porta.

Em (1a) a negação afeta também a especificação do tempo – a proposição negada é “eu tomei café da manhã hoje” e não “eu tomei café da manhã”. Em (2a), o constituinte oculto “por causa desse corte” faz parte do antecedente do condicional, bem como em (3a) a restrição da extensão do predicado mesa.

Em (4a), a sequenciação temporal que coloca o evento em que a Maria dá a chave para o João *antes* de ele abrir a porta é parte do que é negado pelo operador natural “não é verdade que”. Uma maneira de deixar isso mais claro é pelo seguinte exemplo, que também explora a leitura temporal da conjunção:

(6) Não é verdade que Maria se casou e ficou grávida: o que aconteceu foi que ela ficou grávida e se casou!

Se as condições de verdade desse enunciado tomassem o sentido do “e” como puramente verofuncional – isto é, seu sentido *mínimo* –, seríamos obrigados a considerar (6) como uma autocontradição. A conjunção, no cálculo proposicional clássico, é uma operação *comutativa*, de modo que a mudança da ordem dos constituintes em (6) não resultaria em nenhuma diferença nas condições de verdade. A proposição mínima extraível de (6) tem a seguinte forma lógica (supondo que I(C)= Maria se casou e I(G)= Maria ficou grávida):

$$\neg(C \wedge G) \wedge (G \wedge C)$$

Se construirmos uma tabela de verdade, constatamos que essa fórmula recebe o valor de verdade “falso” em todas as valorações: é, pois, uma contradição.

Todavia, supondo um contexto adequado, dificilmente interpretaríamos (6) dessa maneira. O que geralmente entenderíamos é que alguém que profere essa sentença diz não ser verdade que Maria se casou *antes* de ficar grávida, mas sim que ela ficou grávida e *depois* (e,

possivelmente, por causa disso) se casou. Ora, esta última proposição inclui a especificação temporal no escopo da negação.

Contudo, pode parecer que o princípio do escopo, tal qual formulado acima, seja um pouco arbitrário. Por que as implicaturas não poderiam entrar no escopo de operadores? Não parece haver, *a priori*, nenhuma razão para aceitar essa suposição. É motivado por isso que Recanati (1991; 2010) apresenta um argumento, inspirado em Anscombe & Ducrot, que visa estabelecer com mais firmeza o seu princípio:

- (a) as implicaturas conversacionais são conseqüências pragmáticas de um ato de dizer algo.
- (b) um ato de dizer algo só pode ser realizado por meio de uma enunciação completa, e não por meio de uma cláusula não-asserida, como o antecedente de um condicional.
- (c) logo, nenhuma implicatura pode ser gerada em um nível sublocucionário, i. e., no nível de uma cláusula não asserida, como o antecedente de um condicional.
- (d) dizer que uma implicatura cai no escopo de um operador é dizer que ela é gerada em um nível sublocucionário [...]
- (e) logo, nenhuma implicatura pode cair no escopo de um operador lógico. (RECANATI, 1991, p. 114)

A ideia aqui é a de que só podemos chegar às implicaturas depois do cômputo de um ato de fala completo. Mas os antecedentes de condicionais e as proposições negadas não são nunca atos de fala completos: são partes de um ato de fala – fazem parte do nível “sublocucionário”. Logo, nenhuma implicatura poderia surgir nesses níveis. Mas é precisamente isso que o princípio minimalista preveria para (1a)-(4a). Afinal de contas, as mesmas supostas implicaturas surgem nas versões (1)-(4), nas quais os operadores em questão estão ausentes – o que quer dizer que tais implicaturas surgem *independentemente* de tais operadores, pois o operador tem de agir sobre a proposição *e* a implicatura para gerar a interpretação correta. As implicaturas haveriam de ser, pois, segundo o minimalista, inferidas *antes* de calcularmos o valor de verdade do ato de fala completo. Mas como em (1a)-(4a) os atos de fala completos contêm os operadores, isso obriga o princípio minimalista a dizer que as implicaturas desses exemplos surgem em um nível sublocucionário. O argumento de Recanati nos mostra que, sendo assim, tal princípio deve ser abandonado.

Outro argumento paralelo a esse, aludido em Recanati (2010), seria o seguinte: as implicaturas precisam ser proposições completas – já que são inferências “globais” que tomam uma proposição inteira como *input* e devolvem outra proposição como *output*. Se e as implicaturas putativas de (1)-(4) caem no escopo de operadores, elas não podem ser

proposições completas (em (2), por exemplo, a implicatura é apenas o adjunto “por causa desse corte”): logo, elas devem ser constituintes proposicionais que surgem localmente, ora modificando os sentidos literais de alguma expressão da sentença (como no caso do “e” em (4)), ora acrescentando algum constituinte não-articulado ao sentido literal da sentença como um todo (como no caso do “hoje” em (1)). Isso significa que elas não são, portanto, implicaturas genuínas.

2.2.5 A MODULAÇÃO

Se esses traços que chamei, com certa vagueza até aqui, de “enriquecimentos”, “aspectos não-articulados”, “acréscimos” e de “ajustes de sentido” não podem ser nem implicaturas nem saturações (já que não são necessários para que as sentenças expressem proposições completas), o que eles são? Parece que estamos diante de um fenômeno completamente novo, que não se enquadra em nenhuma das classificações anteriores dos processos de influência do contexto na significação. Antes de dar nome a esse novo membro do rebanho, talvez seja proveitoso elencar suas características distintivas, com base no que pudemos deduzir dos exemplos (1)-(4):

- (i) O contexto (linguístico ou extralinguístico) contribui com algum elemento à interpretação do enunciado. Trata-se, portanto de um processo *pragmático*.³²
- (ii) Essa contribuição do contexto é verocondicionalmente relevante, isto é, ela afeta o que é dito, a proposição expressada pelo enunciado. Trata-se, portanto, de um processo pragmático *primário*, que atua antes da derivação das implicaturas.

³² Uma outra maneira de analisar esses fenômenos seria a de postular um número indefinido de sentidos para cada uma das expressões cujas interpretações estão sujeitas a essa variação contextual. O papel do contexto, nos exemplos (1)-(4) seria, assim, um de desambiguação. Essa alternativa, além de ser desaconselhada pela Navalha de Ockham Modificada, não parece ser empiricamente plausível, como argumenta Recanati: “Para haver [esse] tipo de desambiguação [...] precisaria estar dada [para cada uma das expressões ajustadas] uma lista pré-estabelecida de sentidos, a partir da qual o sentido contextualmente relevante seria selecionado.” (RECANATI, 2004a, p. 134) Segundo o filósofo francês, esses ajustes contextuais do sentido parecem ser muito mais o produto de um processo de “geração” ou de “criação” do que de uma “seleção”. Uma seleção pressuporia, precisamente, uma lista pré-dada de sentidos discretos. Na “geração”, em vez disso, o que temos é um processo produtivo em que “novos sentidos podem ser gerados, de uma maneira criativa. Disso resulta que as palavras podem assumir uma variedade infinita de sentidos possíveis.” (*id.*, *ibid.*, p. 134). Essa maleabilidade dos sentidos pode não ter ficado tão clara a partir dos exemplos dispostos neste capítulo, para os quais estabeleci contextos específicos nos quais apenas *um* sentido está saliente. Um exemplo em que tal característica ficará mais evidente será apresentado na discussão de Searle, no próximo capítulo.

(iii) No entanto, tal contribuição do contexto não é *necessária* para que o enunciado expresse uma proposição. Ou seja, se o elemento contribuído pelo contexto fosse deixado de lado, o enunciado continuaria a expressar uma proposição completa. Trata-se, portanto, de um processo pragmático primário *opcional*, ao contrário da saturação, que é um processo pragmático primário *mandatório* (porque atua somente quando há uma espécie de lacuna no sentido literal da sentença).

(iv) O processo pragmático primário opcional atua *localmente* modificando o sentido de alguma expressão ou constituinte da sentença. Ou seja, esse processo não pressupõe a identificação prévia de uma proposição completa para *depois* suplementá-la com os ajustes adequados (cf. Recanati (2004a, p. 27-29; 2010, p. 43-47) e Carston (2002, p. 70-74)).³³

São essas quatro características que definem o processo que Recanati (2004a; 2010; 2014) chama de *modulação*. A modulação é definida como uma função pragmaticamente selecionada que toma os sentidos lexicais das expressões e constituintes como argumentos e entrega, como valor, um sentido contextualmente ajustado.

Há, de acordo com ele, três espécies principais de modulação: o enriquecimento, o afrouxamento e a transferência semântica (cf. RECANATI, 2004a, p. 23-27). No enriquecimento o sentido que resulta da modulação é mais específico do que o sentido lexical inicial. É esse o processo que ocorre quando temos a formação dos conceitos *ad hoc* – como quando interpretamos, em alguns contextos, o predicado “fumar” em “João fuma” como veiculando o conceito FUMAR-MACONHA (cf. RECANATI, 2014, p. 5). No afrouxamento o que acontece é precisamente o inverso. A extensão do sentido lexical da expressão modulada é, aí, expandida ao invés de restringida. Esse processo foi percebido por Austin na sua discussão sobre a verdade:

É verdadeiro ou falso que Belfast fica ao norte de Londres? Que nossa galáxia tem o formato de um ovo frito? Que Beethoven era um bêbado? Que Wellington venceu a batalha de Waterloo? Há vários *graus e dimensões* de sucesso quando fazemos afirmações: as afirmações se adequam aos fatos de uma maneira mais ou menos frouxa – de diferentes maneiras dependendo da ocasião e dos propósitos. (AUSTIN, 1970, p. 130)

³³ Conforme veremos na discussão de Searle, é essa característica que torna o contextualismo compatível com o princípio da composicionalidade linguística. Nas palavras de Bezuidenhout: “[Essa] construção pragmática do conteúdo atua localmente, no nível das palavras e sintagmas, e não globalmente, no nível das sentenças. No momento em que os mecanismos composicionais estão prontos para amalgamar os elementos para formar um conteúdo proposicional completo, os significados das palavras já foram pragmaticamente modulados, e, portanto, o nível de significado da sentença é evitado.” (BEZUIDENHOUT, 2009, p. 63)

De acordo com outro exemplo célebre do filósofo inglês, o predicado geométrico “ser hexagonal” pode ter suas condições de aplicabilidade afrouxadas, em um contexto suficientemente informal, para que uma sentença como “A França é hexagonal” seja tida como verdadeira. Por fim, na transferência semântica, fenômeno descrito em detalhes por Nunberg (1995), “o produto não é uma versão nem enriquecida nem empobrecida do conceito literalmente codificado pela expressão inicial: é um conceito diferente, que guarda alguma relação sistemática com o original” (RECANATI, 2004a, p. 26). É plausível que seja isso o que sucede no seguinte exemplo citado por Recanati (2010, p. 5):

(I) Tem um leão no meio da praça.

O conceito LEÃO seria, pelo processo da transferência semântica, modulado em algo como o conceito ESTÁTUA-DE-LEÃO, dado um contexto adequado.

Para Recanati, a modulação é essencial para a comunicação humana porque “nós usamos um estoque (mais ou menos) fixo de lexemas para falar sobre uma variedade indefinida de coisas, situações e experiências.” (RECANATI, 2004a, p. 131). Essa é uma das intuições fundamentais que motiva o contextualismo, desde, pelo menos, os trabalhos de Austin:

O mundo real, para as intenções e propósitos dos seres humanos, é indefinidamente variado e nós não temos a capacidade de lidar com um vocabulário indefinidamente vasto. Além disso, em geral, também não fazemos questão de insistir nas mais mínimas diferenças detectáveis entre as coisas, e sim em suas similaridades relativas. E, afinal de contas, em nossa experiência, tanto como indivíduos quanto como uma espécie, não podemos antecipar no nosso vocabulário os caprichos ainda inauditos da natureza. (AUSTIN, 1970, p. 146-147)

Há, entretanto, uma objeção que é comumente levantada contra aqueles que admitem a intrusão de processo pragmáticos opcionais nas condições de verdade.³⁴ Do mesmo modo como ambos os lados da disputa admitem que *alguma* influência do contexto pode ser necessária para que os enunciados expressem proposições (essa influência pode ser apenas a saturação ou pode incluir, como no caso dos contextualistas, a modulação), é ponto pacífico afirmar que um dos fatores que distinguem as condições de verdade das implicaturas é que

³⁴ V. Stanley (2002; 2014).

aquelas, ao contrário destas, são, de algum modo, constrangidas pelo significado literal das expressões da sentença. Como as inferências pragmáticas são holísticas (cf. RECANATI, 2006, p. 451), ou seja, têm acesso potencial a um número ilimitado de informações contextuais, é possível que, ao dizer “Eu sou brasileiro”, o falante esteja implicando que os cangurus têm rabos, ou qualquer outra proposição. O mesmo não ocorre – ou não *deve ocorrer* – com o que é dito. Mas dado que tanto as implicaturas quanto a modulação são processos plenamente pragmáticos, como podemos escapar à conclusão de que a modulação compartilha o mesmo grau incontrolável de variabilidade contextual das implicaturas?

Quando o contextualista afirma que o que é dito está sujeito a profundas influências contextuais opcionais – isto é, à modulação –, ele não pretende transformar as condições de verdade nesse tipo de conteúdo caótico, que pode variar indefinidamente, à maneira de Humpty Dumpty. Isso porque, de acordo com Travis,

o que as palavras significam *de fato* cumpre um papel na determinação das condições em que elas seriam verdadeiras, mas não um papel exaustivo. O significado deixa certo espaço para a variação das condições de verdade de um contexto para o outro. (TRAVIS, 1996, p. 451)

Mas temos aqui, ao menos *prima facie*, um desafio para o contextualista: determinar como dois falantes, partindo de um mesmo significado literal esquemático, convergem em um mesmo conteúdo, ou, de algum outro modo, obtêm um razoável sucesso na comunicação, se não existe qualquer medida pré-estabelecida para o “espaço” de modulação pragmática permitida. Quais os limites da modulação?

A resposta de Recanati (2010) a esse desafio é dupla. Primeiro ele defende que esse problema – que Cappelen & Lepore (2005a) apelidam de “o argumento do milagre da comunicação” – não surge apenas para o contextualista, mas para qualquer um que admita a influência de fatores contextuais amplos (ou intencionais) na comunicação³⁵, isto é,

³⁵ Há aqui duas distinções importantes. A primeira, estabelecida por Bach (*apud* Recanati (2004a, p. 66)) é entre contexto *amplo* e contexto *restrito*. O contexto restrito consiste em uma série de parâmetros objetivos a respeito da situação de fala, que não dependem das intenções ou das crenças dos falantes, e que podem, por isso, receber um tratamento “formal”. A determinação de referência do pronome pessoal “eu”, por exemplo, é um caso típico de saturação para a qual fatores contextuais restritos são suficientes. Por isso, podemos dizer que não é necessário, nesse caso, nenhum apelo à *pragmática*. O contexto amplo, por sua vez, é puramente pragmático, pois requer acesso ao conhecimento compartilhado e às opiniões subjetivas dos falantes a respeito da situação em que se encontram. A segunda distinção, associada – mas não equivalente – à primeira, comentada por Perry (2000, p. 317) e defendida, contra a primeira, por Borg (2004, p. 29-31), é a distinção entre os aspectos intencionais e os aspectos objetivos, ou automáticos do contexto. Os aspectos intencionais são, simplesmente, aqueles que envolvem hipóteses sobre os estados intencionais dos participantes da conversação. Os aspectos objetivos ou automáticos são aqueles que não requerem esse tipo de informação para serem acionados.

basicamente, para todo mundo.³⁶ Quase todos os semanticistas e filósofos da linguagem de hoje admitem a necessidade de recorrer a hipóteses sobre as intenções do falante para determinar a referência dos pronomes demonstrativos, e até mesmo dos dêiticos puros como “agora” e “aqui” (pois “agora” pode se reportar tanto à hora, quanto ao dia, quanto ao ano; bem como “aqui” pode se referir a uma casa, a um bairro, a um país ou mesmo à via láctea). Isto é, mesmo os minimalistas, que admitem que o único processo pragmático primário é a saturação, são obrigados a confessar que o recurso ao contexto amplo ou intencional é necessário para a determinação das proposições, visto que isso é exigido por casos simples e óbvios de saturação, como os demonstrativos. Esse recurso, porém, sempre deixará aberta a possibilidade de incompreensões radicais.

Em seguida, Recanati observa que a constatação de que a comunicação não é – nem para o contextualista, nem para o minimalista – um milagre deve nos instigar a buscar outra explicação (i.e., uma explicação não-semântica) para o fato de que convergimos em conteúdos proposicionais suficientemente semelhantes e estáveis. A orientação que ele sugere como resposta a esse desafio é a seguinte: “essa estabilidade pode ser explicada por razões psicológicas, e não linguísticas” (RECANATI, 2004a, p. 152). Falantes e ouvintes compartilham, em linhas gerais, um mesmo aparato cognitivo (cf. RECANATI, 2010, p. 7), e seria esse aparato cognitivo que garante o sucesso da comunicação.

No entanto, poderíamos nos perguntar exatamente *o que* no aparato cognitivo humano possibilita o sucesso da comunicação entre os falantes. O que faz com que eles confluem em direção a um mesmo conteúdo proposicional? Recanati não oferece nenhuma resposta a essas e outras questões semelhantes. Os princípios e mecanismos que guiam a modulação são, via de regra, apenas insinuados informalmente, sem qualquer justificção ou exposição explícita na sua obra. Ele diz apenas que a modulação é “guiada pelo contexto”, que ocorre para tornar as condições de verdade do enunciado “adequadas” ou “relevantes” à situação em que os falantes se encontram. Em outros momentos, Recanati propõe que esquemas cognitivos e *frames* contextualmente salientes podem ter um papel na seleção da modulação correta (cf. Recanati (2004a, p. 36-37). Mas todas essas observações permanecem assistemáticas, em uma esfera fundamentalmente informal.

O principal mérito do filósofo francês é ter atraído a atenção para o fenômeno da modulação, descrevendo-o e oferecendo argumentos contra aqueles que o buscavam eliminar,

³⁶ Excetuando, aí, talvez, minimalistas radicais como Borg (2004), que temem que tais apelos possam comprometer o entendimento do processamento linguístico como uma operação modular.

reduzindo-o a uma instância de saturação ou de implicatura. Não há, contudo, em Recanati, a pretensão de *explicar* a modulação: de elaborar, com mais vagar, a hipótese cognitiva idealizada em resposta ao argumento do milagre da comunicação. Esse é, precisamente, o mérito e a inovação dos teóricos da relevância, que serão discutidos a seguir.

2.3 A IDENTIFICAÇÃO DA FORMA PROPOSICIONAL

Os teóricos da relevância compreendem o debate em torno da identificação contextual das proposições como uma disputa acerca de quais objetos são representados no *output* do módulo linguístico, ou, mais especificamente, naquilo que Chomsky (2000) chama de *interface conceitual-intencional* (interface C-I).

Os minimalistas, engodados pela secular concepção de que a comunicação só pode ocorrer por meio de um *código*,³⁷ afirmam que esse *output* linguístico, resultado de um processo de *decodificação* de um sinal, seria já uma representação proposicional completa, uma ocorrência de uma sentença no mentalês. Essa sentença capturaria adequadamente as condições de verdade do enunciado. Isso significa, de acordo com alguns, que a interpretação da linguagem humana é uma espécie de implementação cognitiva de uma semântica formal, elaborada aos moldes das construções de modelos para linguagens como a do cálculo de predicados de primeira ordem. O submódulo semântico da linguagem-I geraria, composicionalmente, para todas as sentenças gramaticais de uma determinada língua, um teorema-T com a seguinte forma (sendo S uma sentença da língua e M uma sentença no mentalês):

(T) S é verdadeira sse M

Assim é, essencialmente, a visão de Borg (2004), que propõe essa peculiar *psicologização* da semântica davidsoniana – ao contrário de minimalistas como Cappelen & Lepore (2005a) que

³⁷ O principal objetivo do primeiro capítulo de Sperber & Wilson (1995) é a superação do que eles chamam de *modelo do código* da comunicação em favor de um modelo primariamente *inferencial* de inspiração griceana – no qual a interpretação é definida como o processo de reconhecimento da intenção informativa do falante (cf. Sperber & Wilson (2005, p. 228)). No caso da comunicação verbal, a decodificação cumpre um papel inicial de *input* para os desenvolvimentos inferenciais. Nas palavras dos autores: “As representações semânticas recuperadas pela decodificação são úteis apenas como fontes de hipóteses e evidências para o segundo processo comunicativo: o processo inferencial.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 176) Vê-se aqui já que Sperber & Wilson empregam o termo “inferencial” em um sentido mais amplo do que Recanati (2004a). Para eles, os processos pragmáticos primários *também são inferenciais*.

simplesmente não se mostram interessados em fornecer uma teoria cognitivamente plausível da interpretação linguística. É ao minimalismo cognitivista que os relevantistas procuram contrapor sua teoria.

Para os teóricos da relevância, o *output* do órgão linguístico na interface C-I é a representação de uma forma lógica (LF). Uma LF é simplesmente “uma fórmula bem formada, um conjunto estruturado de constituintes, que pode ser submetido a operações lógicas de acordo com a sua estrutura” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 72). Ou seja, a LF codificada automaticamente a partir de um estímulo linguístico qualquer é uma representação estruturada que contém os conceitos lexicais como nódulos. De acordo com os relevantistas, tal nível de representação – que é, essencialmente, o da representação semântica – não constitui *ainda* uma suposição sobre a intenção informativa do falante, isto é, uma *explicatura*: é no máximo um *esquema* abstrato para tal suposição. Nas palavras de Sperber & Wilson:

[U]m enunciado, como qualquer outro estímulo ostensivo, é uma evidência a respeito da intenção informativa do comunicador. O fato de que tais estímulos ativam certos conceitos, e, no caso dos enunciados, certa forma lógica, é um motivo para presumir que ao menos algumas das suposições que o comunicador pretende tornar manifestas contêm alguns desses conceitos ou essa forma lógica. A forma lógica de um enunciado, em particular, é um *esquema* de suposições. A presença de termos semanticamente incompletos ou manifestamente vagos é uma indicação clara de onde o esquema pode ser enriquecido. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 189)

Ou seja, os relevantistas também sustentam que a representação semântica, ou a LF, precisa, em geral, ser *enriquecida*, ou – para usar o termo mais abrangente proposto por Recanati – *modulada*, para que cheguemos ao que é dito. Nem toda LF é uma *forma proposicional*: uma entidade capaz de ser avaliada em termos de verdade e falsidade (cf. Sperber & Wilson (1995, p. 72)). As representações puramente semânticas podem ser, nesse sentido, incompletas, de modo a requererem uma complementação inferencial para atingirem o nível proposicional característico de uma suposição a respeito da intenção informativa do falante:

As representações semânticas são formas lógicas incompletas, i.e., no máximo representações fragmentárias de pensamentos [...]. Podemos contemplar pensamentos, mas não podemos contemplar representações semânticas de sentenças. As representações semânticas das sentenças são objetos mentais que nunca emergem à consciência. Se elas emergissem, elas seriam totalmente desinteressantes (exceto, é claro, para os semanticistas). As representações semânticas são representadas mentalmente através de um processo automático e inconsciente de decodificação linguística. Elas podem

ser usadas como esquemas de suposições para identificar, primeiro, a forma proposicional, e, em seguida, as explicaturas de um enunciado. São só essas explicaturas que apresentam efeitos contextuais e, portanto, só elas que merecem atenção consciente. (SPERBER; WILSON, 1995, p. 193)

A última parte dessa citação já alude aos princípios pragmático-cognitivos que, segundo os relevantistas, guiam a construção das proposições: os princípios da relevância. A LF precisa ser inferencialmente desenvolvida em uma *explicatura* – e primeiramente, em uma *forma proposicional* (que é simplesmente o nome do tipo mais “básico” de explicatura) – porque o conteúdo linguisticamente codificado, por si só, não é suficientemente *relevante* para merecer nossa atenção consciente.³⁸

A suposição por trás desse comentário é, precisamente, o que Sperber & Wilson chamam de *princípio cognitivo da relevância*: “A cognição humana tende a ser dirigida para a maximização da relevância.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 260). A relevância é calculada, para um dado *input*, em termos dos efeitos cognitivos e do esforço de processamento desse *input*. Um *input*, é, assim, relevante para um indivíduo se o seu processamento produz um efeito cognitivo suficientemente positivo³⁹ a um custo suficientemente baixo de processamento. Quanto maior for o efeito positivo e quanto menor for o esforço de processamento, mais relevante ele será.

Esse princípio implica que, quando um falante produz um estímulo ostensivo, com a intenção de que esse estímulo seja processado pelo ouvinte, ele está *presumindo* que o estímulo é suficientemente relevante para merecer a atenção desse ouvinte. É essa a motivação por trás do *princípio comunicativo da relevância*: “Todo estímulo ostensivo comunica a presunção da sua própria relevância ótima.⁴⁰” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 160)

Já podemos, desde já, entender por que uma LF não é relevante para um indivíduo: em primeiro lugar, porque a maior parte das LF não são plenamente proposicionais, logo, elas não

³⁸ “O fato é que as linguagens externas dos seres humanos não codificam o tipo de informação que nós estamos interessados em comunicar. As representações semânticas linguisticamente codificadas são estruturas mentais abstratas que precisam ser inferencialmente enriquecidas antes que possam representar qualquer coisa interessante.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 174)

³⁹ Os efeitos cognitivos positivos são definidos como “uma diferença vantajosa na representação do mundo do indivíduo” (SPERBER; WILSON, 2005, p. 223). Há, de acordo com Sperber & Wilson, alguns tipos diferentes de efeitos cognitivos positivos, tais quais as implicações contextuais (“uma conclusão dedutível do *input* e do contexto, mas não do *input* nem do contexto isolados” (*id, ibid*, p. 224)), o fortalecimento, o abandono ou a revisão de suposições já disponíveis no ambiente cognitivo do sujeito.

⁴⁰ Um estímulo ostensivo é otimamente relevante quando ele: “(a) é relevante o suficiente para merecer o esforço de processamento do ouvinte” e “(b) é o mais relevante compatível com as habilidades e preferências do comunicador.” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 270)

teriam, por elas mesmas, como gerar efeito cognitivo algum; em segundo lugar, porque – mesmo supondo uma versão mais moderada do contextualismo, tal como a *visão da opcionalidade forte* que expusemos em 2.1 – as LF que alcançam o nível da proposicionalidade, sem nenhuma contribuição inferencial, são representações muito abstratas para garantirem efeitos cognitivos suficientemente positivos e recompensem o esforço dispendido em processá-las. Por conta dessas razões, conseguimos entender por que um falante dificilmente teria a intenção de comunicar uma LF: dado que uma LF dificilmente seria relevante para um indivíduo, um falante racional dificilmente teria a intenção de comunicá-la a um ouvinte. O próprio ato de comunicação pressupõe a relevância do estímulo que o institui.

É partindo dos dois princípios da relevância que podemos ir além do que Recanati propôs e arriscar uma explicação para o sucesso da comunicação humana. O que queremos investigar aqui, nos termos da teoria da relevância, é como os ouvintes, a partir de uma mesma LF linguisticamente codificada, procedem inferencialmente rumo às mesmas formas proposicionais.

Uma retificação inicial deve ser feita em relação ao modo como formulei os objetivos dessa investigação: a comunicação não precisa envolver necessariamente o compartilhamento *exato* das proposições. Para Sperber & Wilson, podemos compreender a comunicação como “uma questão de expansão dos ambientes cognitivos mútuos, e não como uma duplicação de pensamentos” (1995, p. 193). Isso não é, ao contrário do que acusam Cappelen & Lepore (2005a, p. 126-127), uma rendição ao argumento da impossibilidade comunicação. Nas palavras de Recanati, “a vagueza e a incompreensão *são* compatíveis com a ideia de que comunicamos e compartilhamos conteúdos” (RECANATI, 2010, p. 9). Uma conclusão semelhante foi alcançada por Chomsky:

Quanto à comunicação, ela não requer o compartilhamento exato de “significados públicos” mais do que de “pronúncias públicas”. Não precisamos sustentar que os “significados” (ou os “sons”) de um participante sejam descobertos pelo outro. A comunicação é uma questão de grau, em que buscamos uma estimativa justa do que a outra pessoa disse e tem em mente. (CHOMSKY, 1993, p. 21) (v. também Chomsky (2000, p. 30)

Feita a essa ressalva, podemos prosseguir à resposta dada pelos relevantistas ao desafio proposto. Como identificamos, a partir da LF de um enunciado, a sua forma proposicional correta em um contexto?

Os relevantistas preconizam que a interpretação correta de qualquer estímulo ostensivo é a interpretação consistente com o princípio comunicativo da relevância (cf. Sperber & Wilson (1995, cap. 3)). Isso sugere um critério para a identificação da forma proposicional: “a forma proposicional correta é aquela que conduz a uma interpretação geral que é consistente com o princípio [comunicativo] da relevância” (*id, ibid*, p. 184). O ouvinte buscará, então, diante de um estímulo ostensivo (que, enquanto tal, lhe apresenta uma garantia de relevância) uma interpretação que lhe renda efeitos cognitivos positivos para um esforço de processamento relativamente pequeno.

Sendo o enriquecimento – que é, grosso modo, equivalente àquilo que Recanati (2004a; 2010) chama de *modulação* – uma das subtarefas envolvidas na interpretação, podemos responder, com base no que foi dito, à pergunta que coloquei no final da seção anterior: o enriquecimento da LF buscará a aquela forma proposicional cuja interpretação for consistente com o princípio comunicativo da relevância (SPERBER; WILSON, 1995, p. 185). É essa a explicação para o fato de que a modulação, embora seja um processo pragmático, por princípio, *livre*, não sofra, em contextos semelhantes, de grandes variações interpessoais. A explicação psicológica a que Recanati meramente acenou parece ter sido capturada com mais contundência pelos teóricos da relevância. O aparato cognitivo dos seres humanos está voltado à maximização da relevância. A nossa tendência diante de um estímulo verbal é buscar aquele seu enriquecimento que melhor satisfaça essa tendência básica. Seria essa a “explicação psicológica” para o sucesso da comunicação.

Vejamos como isso funciona a partir dos comentários de Sperber & Wilson (1995) ao exemplo (1), discutido na seção anterior e repetido aqui:

(1) Eu já tomei café da manhã.

O que pode ser recuperado desse enunciado, depois da decodificação e da atribuição de referência (isto é, a partir do processamento linguístico e da saturação), é, como já vimos, a proposição de que um falante S tomou café da manhã em qualquer instante anterior ao presente. Essa é a *proposição mínima* de (1). Mas a proposição mínima, nesse caso ao menos, não é suficientemente relevante para que sua recuperação satisfaça o princípio comunicativo da relevância. Ou seja, um ouvinte, diante de (1), não suporia que o falante a estivesse comunicando, porque poucos efeitos cognitivos podem ser extraídos da constatação de que o falante tomou café da manhã em algum momento passado da sua vida. No máximo,

reforçaríamos nossa suposição de que o falante é, ou já foi, uma pessoa com um poder aquisitivo razoável, ao ponto de ter podido desfrutar do luxo de uma refeição matinal uma vez na vida. Mas essa suposição já é, em contextos normais, suficientemente forte, e não precisa de nenhum respaldo adicional. Processar o enunciado (1) apenas para chegar a esse reforço demandaria um custo de processamento totalmente vão.

Se o falante pretende tornar o proferimento de (1) manifestamente relevante, ele deve “desejar tornar manifesto que ele tomou café da manhã num passado recente o suficiente para que isso seja digno de ser mencionado” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 190). Igualmente, um ouvinte que se depara com (1) seguirá o princípio comunicativo da relevância e procurará uma outra interpretação que não a proposição mínima. A interpretação modulada codificada por (1*) é compatível com esse princípio:

(1*) Eu já tomei café da manhã *hoje*.

Essa forma proposicional, em um contexto favorável, pode produzir a implicação contextual (1c):

(1c): Eu não estou com fome e não quero comer biscoitos.

Em um contexto em que, por exemplo, o ouvinte está querendo saber se o falante quer comer um biscoito, a implicação contextual (1c) seria suficiente para garantir (1*) como uma interpretação otimamente relevante de (1), e, portanto, o enriquecimento aí envolvido como um enriquecimento *previsível*, dada a nossa constituição cognitiva.⁴¹

Poderíamos nos perguntar por que um falante que pretenda poupar seus ouvintes de quaisquer esforços desnecessários não profere diretamente (1c), em vez de apelar ao circunlóquio (1). A teoria da relevância oferece uma resposta também a essa indagação. Ao dizer (1), além de simplesmente recusar os biscoitos, o falante dá o *motivo* da sua recusa, sem que, com isso, faça o ouvinte ter que processar uma proposição adicional.

⁴¹ Perceba-se que aí a prospecção de uma implicatura relevante é o que ajuda a selecionar a explicatura. Esse fenômeno de *ajuste mútuo* entre o conteúdo explícito e o implícito guiado pela expectativa de relevância é posto em grande relevo por Sperber & Wilson: “O conteúdo explícito de um enunciado [...] é ajustado de modo a garantir a derivação de implicaturas que justifiquem as expectativas de relevância criadas pelo ato de enunciação.” (SPERBER; WILSON, 2012, p. 42-43)

2.4 CONCLUSÃO

Meu percurso pelo contextualismo poderia, sem dúvida, ter seguido outras rotas, talvez até mais profícuas do que esta pela qual optei. Sobretudo, a opção – cuja motivação única foi o benefício da brevidade – por uma exposição que ressalta a continuidade entre Recanati e os relevantistas pode dar a entender que há, entre eles, uma profunda comunhão de princípios, o que é falso. Não há, entre as teorias desses pesquisadores, uma transição tão “suave” quanto este capítulo certamente deu a entender. Não mencionei – exceto marginalmente – as objeções que Recanati levanta contra a ideia de que a recuperação da forma proposicional a partir da LF é *inferencial*. Nem, tampouco, fiz jus às objeções dos relevantistas a algumas ideias de Recanati, como, por exemplo, sua divisão entre processos pragmáticos primários e secundários – isto é, a ideia de que a constituição da proposição e a derivação de implicaturas são regidas por princípios *distintos* –, e sua afirmação da precedência inferencial do que é dito sobre o que é implicado – a qual, supostamente, o impediria de explicar o fenômeno do *ajuste mútuo*. As diferenças e divergências internas ao contextualismo tiveram de ser, em grande parte, relevadas. O contextualismo apresentado neste capítulo deve ser tido como um *contextualismo prototípico*, precisamente porque a intenção, no capítulo seguinte, será contrastá-lo com as visões mais heterodoxas de Searle.

A pretensão de atingir uma prototipicidade do contextualismo impediu-me de tratar de autores que, embora tão atuantes no debate quanto aqueles cujas teorias expus, não se acomodam tão bem em nenhum dos polos da cisão “minimalismo X contextualismo”, que norteou este capítulo. Penso aqui especificamente em Bach, Levinson, Soames, Geurts e Bezuidenhout. Também não me detive nos detalhes da formulação relevantista de Carston (2002), que aprofunda e aperfeiçoa o modelo desenvolvido por Sperber & Wilson (1995).

Outra exclusão notória que preciso confessar aqui é a dos *opositores* do contextualismo, isto é, daqueles a quem chamei de *minimalistas*. Uma apresentação das diversas variedades de minimalismo – desde o minimalismo formalista de Cappelen & Lepore (2005a) até o minimalismo cognitivista de Borg (2004) – seria extremamente fecunda, mas acabaria por igualar as dimensões deste capítulo às de um livro.

A supressão do minimalismo impediu-me também de elencar as várias objeções desferidas contra o contextualismo. Isso pode provocar, naqueles que desconhecem a amplitude dos debates recentes, a impressão errônea de que a posição detalhada aqui constitui uma espécie de *unanimidade* entre os linguistas e os filósofos da linguagem. É preciso dizer,

contudo, que o contextualismo – mesmo o contextualismo mais “comportado” que minuciei neste capítulo – é uma vertente *dissidente* nos estudos da significação. Algo como o minimalismo é tomado como um pressuposto teórico na semântica, e não é, durante o exercício de boa parte das análises linguísticas rotineiras, jamais posto em questão. E há motivos razoáveis para isso, dado que a adoção do contextualismo envolve, ela própria, algumas dificuldades difíceis de contornar.

Feitas essas ressalvas, não creio que as limitações decorrentes do modo como escolhi introduzir o leitor no contextualismo farão grande dano no capítulo seguinte. O objetivo aqui foi, precisamente, expor, com a maior precisão possível, uma variante do contextualismo que pode soar atraente aos linguistas. O contextualismo de Recanati e dos relevantistas pode, assim, constituir uma mediação proveitosa entre os linguistas interessados na significação e Searle, cujas opiniões, conforme veremos, apontam para uma forma mais radical de dependência contextual.

3. O BACKGROUND DO SIGNIFICADO

Quase todos aqueles que se debruçam com mais zelo sobre as questões que examinei no último capítulo exercitam uma espécie de preâmbulo genealógico que tem por objetivo compor uma história do contextualismo linguístico. O nome de Searle é uma presença recorrente em quase todas essas narrativas (cf. Katz (1981); Carston (2002); Borg (2004); Recanati (2004), Cappelen & Lepore (2005a); Dascal (2011)). Em outros momentos do argumento contextualista, no entanto, Searle é visto, não mais como um precursor, mas sim como um adversário, que propugna teses diametralmente opostas às do contextualismo (cf. Bartsch (1996), Carston (2002); Recanati (2003; 2004), Dascal (2011); Kissine (2011); Sperber & Wilson (1995; 2012, p. 5)). Há, então, de um lado, o provedor de exemplos curiosos em prol da chamada hipótese do Background (HB), que é interpretada (sem grande labor exegético) como uma forma de contextualismo, e, de outro, o propugnador do infame *Princípio da Expressabilidade*⁴², que é, ao lado do *Princípio da Efabilidade* de Katz, tido por alguns como a *negação* mesma do contextualismo. Parece, então, que “a filosofia da linguagem de Searle contém uma tensão entre uma visão minimalista [...] e o que [...] aparenta ser uma defesa virulenta do contextualismo” (KISSINE, 2011, p. 115).

Um dos argumentos iniciais deste capítulo, que é o cerne desta monografia, é o de que essa incompatibilidade é apenas *aparente*. O que nos leva a ver uma tensão entre o contextualismo de Searle e suas visões anteriores a respeito da expressabilidade é o fato de que projetamos muito facilmente sobre ele uma forma prototípica de contextualismo, tal qual a que apresentei no capítulo anterior (doravante chamarei esse contextualismo de CP, abreviação de *contextualismo prototípico*). Uma vez que compreendamos que os argumentos de Searle, embora sejam bastante semelhantes aos dos contextualistas mais moderados⁴³, não o conduzem à posição destes, constataremos que não há incoerência alguma em afirmar, de um lado, que os casos em que o significado da sentença não codifica completamente o significado do falante “[não são] teoricamente essenciais para o estudo da linguagem” (SEARLE, 1969, p. 20), e, de outro, que “o significado da sentença subdetermina *radicalmente* o conteúdo do que é dito” (SEARLE, 1992, p. 181). O princípio da

⁴² Esse princípio foi formulado em Searle (1969). O que ele afirma, grosso modo, é que tudo o que podemos querer dizer pode ser expressado por uma sentença.

⁴³ Recanati mesmo (2010, p. 29-43) se apropria de um dos famosos exemplos de Searle (1980) como argumento em favor da pragmática verocondicional – que é, como vimos, uma das modalidades mais brandas de contextualismo.

expressabilidade é incompatível com o CP, mas não com o contextualismo radical propugnado por Searle.

No entanto, se, logo de início, salvaremos Searle dessa acusação de incoerência mais óbvia através do esclarecimento da sua modalidade de contextualismo, não o poderemos poupar da acusação de que a postura que ele próprio advoga é extremamente instável e, dados alguns pressupostos bastante razoáveis, internamente inconsistente. A incoerência de Searle não é, pois, algo que se estabelece entre a HB e os outros momentos da sua filosofia, e sim algo inerente à HB. Dada essa instabilidade e incoerência, sugerirei, ao fim deste capítulo, algumas alternativas que ele poderia assumir, a fim de cimentar de modo mais rigoroso uma posição nessa disputa. Uma dessas alternativas envolve o abandono do contextualismo e a interpretação da HB como uma espécie de *reductio ad absurdum* dessa maneira de compreender a significação. Isso significa dizer que o percurso que leva à HB pode ser, ao contrário das intenções de Searle, um caminho para *fora* do contextualismo.

O objetivo deste capítulo será detalhar exatamente em que consiste a HB (em especial sua aplicação na semântica), e estabelecer como ela difere das formas de contextualismo discutidas no capítulo anterior. Discorrerei sobre os problemas inerentes à posição de Searle, suas possíveis resoluções, e o impasse que seus argumentos apresentam a todos aqueles que estão interessados no estudo da significação. Durante toda essa trajetória comentarei as diversas interpretações da HB propostas por vários autores.

3.1 O BACKGROUND E A INTENCIONALIDADE

A HB é uma hipótese geral a respeito do funcionamento dos estados intencionais humanos. Searle resume sua ideia da seguinte maneira:

Os fenômenos intencionais, tais como os significados, as compreensões, as interpretações, as crenças, os desejos e as experiências só funcionam diante de um conjunto de capacidades de Background que não são, em si mesmas, intencionais. Outra maneira de formular a tese é dizer que toda representação, seja na linguagem, no pensamento ou na experiência só obtém sucesso em representar dado um conjunto de capacidades não-representacionais. Isto é, no meu jargão técnico, os fenômenos intencionais só determinam *condições de satisfação* relativamente a um conjunto de capacidades que não são em si mesmas intencionais. (SEARLE, 1992, p. 175)

A diferença mais patente entre essa formulação e o CP é a generalização da dependência contextual a *todas* as formas de intencionalidade e representação, e não apenas à

intencionalidade e representação linguísticas. O tipo de subdeterminação que alguns contextualistas⁴⁴ veem no conteúdo semântico é visto, por Searle, em *todos os tipos de conteúdos intencionais e pensamentos*.

Essa extrapolação do contextualismo para além dos limites da interpretação linguística é, concomitantemente, o que permite a Searle compatibilizar a HB com o Princípio da Expressabilidade e a fonte de algumas dificuldades que acometem sua tese (e que não afetam o CP). Passemos averiguá-la com mais atenção.

Há duas tendências aparentemente conflitantes na filosofia da linguagem de Searle. Temos, de um lado, os trabalhos iniciais do filósofo, culminados em *Speech Acts*, que pretendiam operar uma *semantização* da força ilocucionária dos atos de fala; e, de outro, suas reflexões contextualistas, desenvolvidas a partir do final da década de 1970, que tencionavam, para ficar no mesmo jargão, *pragmatizar* o conteúdo proposicional. Lembremos que seu esquema da estrutura fundamental do ato de fala é o seguinte (onde F indica a força ilocucionária e P a proposição):

F(P)

O que Searle, ao longo da sua carreira, buscou afirmar é – em outras palavras – que determinar F pode ser um trabalho para a semântica (pois para cada ato de fala nós podemos ter *indicadores de força ilocucionária* marcados na sintaxe da sentença) e que determinar P é uma tarefa verdadeiramente pragmática, pois nenhuma representação semântica atingiria, por si só (sem o amparo do Background), um nível plenamente proposicional. Em suma, o conteúdo linguístico poderia codificar a força ilocucionária, mas não poderia *jámais* codificar a proposição.

Essa é uma inversão curiosa do que geralmente se pensa a respeito dos atos de fala. Dascal (2011), em sua discussão dos critérios para a demarcação das fronteiras entre semântica e pragmática, aponta que uma das formas mais populares de fazer essa distinção

⁴⁴ Penso aqui, especialmente, não em autores como Recanati (2010) que endossam a *visão da opcionalidade forte*, conforme a caracterizamos no capítulo anterior, mas em contextualistas que negam a existência mesma de proposições mínimas, alegando que toda proposição precisa ser suplementada com informações contextuais, ou, nas palavras de Carston, que “nenhuma sentença codifica completamente o pensamento ou proposição que ela é usada para expressar” (2002, p. 29). Isto é, estou pensando aqui especificamente naqueles que endossam a *visão do formato inadequado* e da *eliminação do sentido*. São a essas posições que Recanati (2004) reserva o nome de *contextualismo*. Neste trabalho adotei uma definição mais ampla, baseada em Recanati (2010), que inclui também sob esse rótulo a *visão da opcionalidade forte*, que, em Recanati (2004a), é chamada de *quase-contextualismo*.

consiste em delegar à semântica o trato com a proposição e à pragmática a seleção do valor correto de F em cada contexto.

É para se opor a essa opinião dominante – e, sobretudo, para fundamentar sua assimilação do estudo das forças ilocucionárias ao estudo da *langue* saussureana – que Searle formula o Princípio da Expressabilidade (PE). Reavivemos o modo como Searle o desenvolve:

O ato de fala realizado ao proferir uma sentença é geralmente determinado em função do significado da sentença. O significado da sentença não determina sempre com exclusividade qual ato de fala pode ser realizado em um dado proferimento da sentença, pois um falante pode querer dizer mais do que ele de fato diz, mas, por princípio, é sempre possível ao falante dizer exatamente o que ele quer dizer. Portanto, é sempre possível que cada ato de fala que alguém comete ou poderia cometer seja determinado, com exclusividade, por uma sentença (ou um conjunto de sentenças) [...]. E, por essas razões, o estudo dos significados das sentenças não é, em princípio distinto do estudo dos atos de fala. Interpretados da maneira correta, eles formam um único estudo. Já que cada sentença gramatical pode, em virtude do seu significado, ser utilizada para cometer um ato de fala (ou uma série de atos de fala), e já que cada ato de fala pode, por princípio, receber uma formulação exata em uma sentença ou em um conjunto de sentenças [...], então o estudo dos significados das sentenças e o estudo dos atos de fala não são dois estudos diferentes, mas um único estudo de dois pontos de vista distintos. (SEARLE, 1969, p. 18)

A ideia aqui, em termos simples, é que todo pensamento pode ser expressado por alguma sentença. Essa afirmação, por si só, não é incompatível com nenhuma forma de contextualismo, pois, como percebe Carston (2002), tudo depende do que se quer dizer por *expressar*. Para o contextualista, bem pode ser o caso que todo pensamento possa ser *expressado* por uma sentença se, por “expressado”, quisermos dizer *comunicado*. De fato, as sentenças, usadas *em contexto*, podem comunicar qualquer pensamento ou proposição. A esse tipo de expressabilidade Recanati (2003) dá o nome de *expressabilidade local*. A rigor, tudo o que essa leitura do princípio afirma é que não há nada que não possamos dizer *diretamente*, sem precisar recorrer a implicaturas, metáforas e outros tipos de discurso elusivo. Nos termos do capítulo anterior, diríamos: tudo o que pode ser implicado (pós-proposicionalmente) pode também ser dito explicitamente.

Mas essa leitura mais “fraca” do princípio não é suficiente para o propósito de Searle de fundamentar a assimilação do estudo da força ilocucionária à semântica linguística. Isso porque, como vimos no capítulo anterior, o conteúdo do que é explicitamente dito não é monopolizado pela determinação semântica. O que Searle precisa dizer aqui não é que todo

pensamento pode ser *comunicado* por meios linguísticos, e sim que todo pensamento pode ser *codificado* em uma sentença. Essa versão mais potente do PE é claramente incompatível com quase todas as variedades de contextualismo que elenquei no capítulo anterior. O que ela diz é que a distância entre o significado linguístico da sentença e o conteúdo do ato de fala pode ser sempre superada, ou, nos termos de Searle, que tal distância “não é teoricamente essencial para o estudo da comunicação linguística” (SEARLE, 1969, p. 20). Isso se parece com a negação pura e simples das variedades de contextualismo que chamei de *visão da composição pragmática* e de *visão do formato inadequado*.

Searle sugere uma formulação simbólica do PE, que adaptarei aqui para desfazer a ambiguidade do termo “expressar” em prol da versão mais potente do princípio. É só dela que falarei daqui em diante (onde x_f é uma variável polissortida para um falante, y_p para um pensamento e z_e para uma expressão; e onde $I(M)=x$ quer dizer y e $I(E)=x$ codifica y):

PE: $\forall x_f \forall y_p (M_{x_f} y_p \rightarrow \diamond \exists z_e E z_e y_p)$

De acordo com a minha interpretação – que exporei em maiores minudências no decorrer deste capítulo – a modalidade de contextualismo assumida por Searle é precisamente uma forma de *visão do formato inadequado*, pois ele afirma, em seus escritos sobre o tema, que haverá sempre uma defasagem insuperável entre a semântica da sentença e as condições de verdade que interpretamos a partir dela. *Prima facie* essa alegação aparenta ser incompatível com o PE.

Mas ela não *precisa* ser incompatível. Se supusermos, como Searle o faz, que *o próprio conteúdo do pensamento* não possui condições de verdade definidas independentemente de um Background, então não há problema nenhum em afirmar que as sentenças podem codificá-lo com perfeição. Aceitar a generalização da subdeterminação para todos estados intencionais coloca os significados linguísticos e os pensamentos em um mesmo plano, um plano de coisas cujas condições de verdade não podem ser determinadas senão diante de um Background. Tanto a intencionalidade quanto a significação resultam igualmente *subdeterminadas e lacunosas*.

O PE, como eu o estou interpretando, não afirma que toda *proposição* pode ser codificada linguisticamente (o que seria negar o contextualismo), mas sim que todo

pensamento (i.e. todo estado intencional⁴⁵) o pode. Portanto, continua sendo o caso que sentenças, com seus conteúdos semânticos, não podem codificar proposições, mas isso não significa que elas não possam codificar pensamentos. Nas palavras de Recanati, que foi quem primeiro percebeu essa singular compatibilização:⁴⁶

Há um sentido em que pode bem haver um ajuste perfeito entre o significado da sentença (que só determina condições de satisfação diante de um Background de suposições) e o que o falante quer dizer ao proferir a sentença (já que as *próprias* intenções de significação do falante são igualmente relativas ao Background). Em outras palavras, uma sentença pode ser explícita, no sentido em que ela corresponde exatamente ao que o falante quer dizer, sem deixar de subdeterminar as condições de satisfação do ato de fala. Nessa visão, o conteúdo do ato de fala *é* o conteúdo da sentença: *ambos* subdeterminam as condições de satisfação. (RECANATI, 2003, p. 200)

Resta, no entanto, indagar se a equivalência (significado da sentença = conteúdo do ato de fala = conteúdo da intenção de significação) requerida para tornar a HB coerente com o PE é, em si mesma, defensável.

Quando pressionado para dar razões para a generalização da atuação do Background a *todos* os estados intencionais, Searle geralmente apela ao exemplo da percepção, que, junto com a intenção-em-ação, seria “uma forma primária de intencionalidade” (SEARLE, 1980, p. 231):

É possível que a dependência contextual dos conteúdos perceptivos seja ainda mais marcante do que a dos conteúdos semânticos. Suponhamos que eu esteja em pé diante de uma casa enquanto olho para ela. Ao fazer isso, terei uma experiência visual com certo conteúdo intencional, i.e., certas condições de satisfação. Mas imaginemos que, como parte das minhas suposições de Background, eu presuma que eu estou em um *set* de filmagem em Hollywood, no qual todos os edifícios são apenas fachadas de papel machê. Essa suposição não me daria apenas diferentes condições de satisfação: ela alteraria a aparência mesma da fachada da casa [...]. (*id, ibid*, p. 231-232)

Creio, no entanto, que tal exemplo seja, bem como o da interpretação linguística, extremamente faccioso, pois ele não estabelece nada para além da paróquia dos *outputs* modulares. O que quero dizer com isso é que tanto as experiências visuais quanto os significados linguísticos são produtos de típicos *sistemas de input* (i.e. de *módulos cognitivos*,

⁴⁵ Searle define a intencionalidade do seguinte modo: “a intencionalidade é aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (1983, p. 1).

⁴⁶ Searle (1979, p. 134) antecipa que sua HB possa parecer problemática em face do PE, mas não vai muito além de asseverar, nominalmente, que ambas não são incompatíveis.

na perspectiva de Fodor (1980)). Ora, é de conhecimento comum que os sistemas de input, por serem informacionalmente encapsulados (isto é, por não terem acesso a informações de outros domínios), exibem *outputs* extremamente pobres (FODOR, 1980, p. 86-98). Por isso, é natural que tanto as experiências visuais quanto os significados, enquanto *outputs* de tais sistemas, não sejam auto-interpretáveis e precisem de algum tipo de “suplementação” contextual. Poderíamos, inclusive, aventar que a *subdeterminação* que Searle atribui, indistintamente, a *todos os estados intencionais*, só se aplica, em verdade, àqueles que são produtos de módulos, pois tais produtos precisariam ser enriquecidos informacionalmente pelos processos cognitivos centrais para “conectar” devidamente a representação com o mundo (para adquirir *condições de satisfação*).

Para todos os outros tipos de estados intencionais, como bem notou Bartsch (1994), a separação entre conteúdo e condições de satisfação soa extremamente artificial. Ao explorar um exemplo fornecido por Searle (que discutirei ainda neste capítulo), ela diz: “quando eu tenho a intenção de cortar um pedaço de bolo da maneira usual como fazemos na nossa cultura, essa maneira usual não é somente parte das condições de satisfação da minha intenção, mas também [...] do conteúdo da minha intenção” (BARTSCH, 1994, p. 2).⁴⁷ O mesmo tipo de inseparabilidade, segundo Recanati (2003), se aplica ao conteúdo dos atos de fala e ao conteúdo das intenções de significação: “A sentença, com seu significado, pode ser facilmente separada das condições de verdade que ela, em um contexto, determina. Isso não é o caso com os estados intencionais (e os atos de fala) e seus conteúdos.” (p. 204) Isso porque:

Simplesmente não podemos, manipulando o Background, mudar as condições de satisfação de um ato de fala ou de um estado intencional deixando seu conteúdo intacto. O conteúdo do ato de fala (ou do estado intencional) não apresenta a “indeterminação” que acomete o significado da sentença, e que torna possível o fato de tal significado permanecer constante mesmo quando variam suas condições de satisfação. (p. 202)

Ou seja, no caso do significado, se alterarmos o Background, alteramos as condições de verdade enquanto mantemos um mesmo significado, mas, no caso do conteúdo de um outro estado intencional (ou de um ato de fala), se alterarmos as condições de satisfação,

⁴⁷ A autora, contudo, também não sustenta a distinção entre *outputs* modulares e não-modulares, e acaba incidindo no erro oposto ao de Searle: para ela, *nenhuma representação* possui condições de satisfação distintas do conteúdo. Isso a leva a concluir que, porque a interpretação de uma palavra pode variar indefinidamente de acordo com o contexto, não existe um significado linguístico único, comum a todas as interpretações. É precisamente para esses casos de extrema variação contextual da interpretação que a distinção entre conteúdo e condições de satisfação se faz necessária.

estamos alterando o próprio conteúdo. Isso é natural pois, como já insinuei, apenas os *outputs* modulares têm suas condições de verdade, por assim dizer, *externas* ao seu conteúdo. Aos demais tipos de representações (conteúdos de atos de fala, de intenções de informação, de crenças, de desejos, etc.) a separação entre conteúdo e interpretação simplesmente não se aplica.⁴⁸

Outro problema com a generalização da subdeterminação a todos os estados intencionais é que ela torna difícil de explicar *de onde* os enunciados adquirem suas condições de verdade definidas. Em outras palavras: onde estão *implementadas* as condições de verdade? Como nós temos acesso a elas? A visão de Searle nos impede de dizer que tais condições estejam implementadas nos estados intencionais, porque os estados intencionais não possuem, *em si mesmos*, condições de verdade definidas. Mas como o falante poderia saber quais são as condições de verdade dos enunciados com que ele se depara sem *representá-las* sob a forma de algum estado intencional? Essa complicação produz, em diversos momentos da exposição de Searle, caracterizações enganosas. Quando ele diz que “há uma *subdeterminação* radical do que é dito pelo significado literal da sentença” (SEARLE, 1995, p. 131), ele está pressupondo que *o que é dito* possui condições de verdade independentemente do Background. Disso teríamos concluir que *o que é dito* não é um estado intencional. Mas então o que seria esse dito?

A confusão agrava-se ainda mais quando Searle atesta coisas como “a compreensão é mais do que a apreensão do significado, pois, falando em termos gerais, aquilo que se entende vai além do significado” (SEARLE, 1983, p. 146). Se é na compreensão que o significado exhibe condições de verdade, a própria compreensão tem de exhibir condições de verdade precisas. Mas a compreensão do significado não se daria em um estado intencional? Se fosse assim, Searle admitira que pelo menos um tal estado teria condições de satisfação independentemente do Background. Isso implicaria abandonar a hipótese de estender a subdeterminação a *todas* as formas de intencionalidade. Mas, se Searle quiser – e ele parece querer – manter a extensão da subdeterminação a qualquer tipo de intencionalidade, ele precisa sustentar que mesmo a compreensão ou interpretação também não determinam

⁴⁸ É paradoxal que o próprio Searle (cf. RECANATI, 2003, p. 203) afirme, recorrentemente, a inseparabilidade entre os estados intencionais suas condições de satisfação. Uma maneira de compatibilizar isso com seu contextualismo, que sugere uma separação radical entre significado e condições de verdade, seria reivindicar o caráter *não-intencional* da significação. No entanto, essa solução bateria de frente com sua afirmação insistente de que o significado é uma forma de intencionalidade derivada.

condições de verdade precisas sem um Background. Nesse caso, ficamos sem uma explicação sobre como temos acesso às condições de verdade dos enunciados que proferimos e ouvimos.

Suporei, a fim de poder prosseguir a outros aspectos da discussão da HB, que uma resposta poderia ser dada a esse meu questionamento – embora seja difícil imaginar que forma essa resposta poderia assumir.

3.2 O BACKGROUND NÃO É UM CONTEXTO

Uma distinção que se impõe aqui – que é raramente percebida pelos comentadores do filósofo⁴⁹ – é que Searle não fala genericamente de dependência no *contexto*, e sim de dependência no *Background*. O Background é um tipo muito peculiar de contexto, dado que ele é um contexto não-representacional e pré-intencional. O contexto é geralmente definido, na linguística, como uma espécie de *conhecimento compartilhado* entre interlocutores, ou, mais tecnicamente, como “um conjunto de proposições assumidas como verdadeiras pelos participantes de um discurso, num certo ponto do discurso” (McCawley *apud* Moura, 2013, p. 44). Essas proposições não se restringem, obviamente, apenas àquilo que foi explicitamente mencionado em instantes anteriores da conversa, mas também às suposições que os participantes da conversação dividem em virtude de estarem situados em um mesmo ambiente físico (recebendo, portanto, estímulos sensoriais similares) e de pertencerem a culturas suficientemente semelhantes. Ainda assim, tal contexto é pensado como um conjunto de *proposições mentalmente assumidas como verdadeiras*. Essa definição de contexto, ao falar de *proposições* assumidas e de *conhecimentos* e *suposições* compartilhadas, está adotando um vocabulário representacional que é incompatível com o modo como Searle descreve o Background:

[N]ão está claro que “suposições” seja a palavra correta para descrever o que faz com que a significação e a compreensão sejam possíveis, já que esse termo implica que essas suposições todas têm conteúdos proposicionais, e que todas elas são representações. Mas não podemos, do fato de que qualquer elemento do Background pode ser formulado como se fosse uma representação, derivar que, anteriormente a essa formulação, esse elemento existia e funcionava como uma representação. [...] As condições que tornam a representação possível não precisam ser, elas mesmas, representações – embora cada uma delas possa ser representada ou formulada como uma representação. (SEARLE, 1980, p. 228)

⁴⁹ Carston (2002, p. 66-67) parece ser a única a ter percebido a o caráter idiossincrático que diferencia Background dos tipos de contexto geralmente invocados pelos contextualistas.

Searle mesmo confessa (e procura explicar) a tendência a recair na linguagem intencionalista para descrever o Background. A respeito da sua própria caracterização do Background como um conjunto de “suposições” ou “pressuposições” (empregada recorrentemente em Searle (1979), mas também em Searle (1980, p. 227) e Searle (2010a, p. 324))) ele diz:

[E]sses termos estão literalmente errados, porque eles implicam o aparato das representações, com seus conteúdos proposicionais, relações lógicas, valores de verdade, direções de ajuste, etc.; e é por isso que eu geralmente antepoño a eles a expressão aparentemente paradoxal “pré-intencional”, já que o sentido pretendido de “suposição” e “pressuposição” aí não é representacional. (SEARLE, 1983, p. 156)

Mais adiante no mesmo trecho Searle arrisca uma explicação para essa dificuldade em caracterizar o Background. De acordo com o filósofo, a principal função da nossa mente é representar o mundo. Em decorrência disso, nós “possuímos um vocabulário relativamente rico para descrever essas representações” (*id, ibid*, p. 156): diferenciamos as crenças das lembranças, os desejos das intenções, as percepções das interpretações. No entanto, quando o assunto é refletir a respeito das condições que possibilitam essas representações, nossa mente se encontra desamparada: “bem como a linguagem não está bem equipada para falar de si mesma, nossa mente não está bem equipada para refletir sobre si” (*id, ibid*, p. 156). Conseqüentemente, quando contrariamos essa nossa inclinação natural e tentamos investigar o funcionamento da mente, só nos resta o vocabulário intencionalista de primeira-ordem. Falar do Background é, portanto, uma espécie de batalha com a linguagem ordinária que só pode ser vencida através do uso de “metáforas, oximoros e neologismos puros e simples” (*id, ibid*, p. 157).

Um problema com essa explicação, de acordo com a crítica de Stroud (1991, p. 251), é que nem mesmo uma linguagem técnica, não-ordinária, parece passível de ser desenvolvida para descrever o tipo de fenômeno vislumbrado por Searle. Ademais, os recursos estilísticos que ele propõe como solução para esse imbróglio frequentemente resultam, não em “paradoxos aparentes”, mas em simples contradições. Talvez isso seja uma indicação de que Searle está impondo exigências inconsistentes ao seu conceito. Em especial, parece haver uma tensão entre uma aparente *necessidade* de falar do Background como se ele fosse intencional – caso o contrário seu caráter “mental” (cf. Searle (1983, p. 153-154)) não estaria assegurado

e sua função explanatória na teoria da intencionalidade não seria cumprida – e a exigência de que ele seja pré-intencional, para que ele possa explicar a existência dos estados intencionais em conjunto (STROUD, 1991, p. 252-253).

Embora igualmente grave, não é essa a acusação de inconsistência em que quero investir neste trabalho. Não me estenderei aqui a respeito do estatuto ontológico do Background.⁵⁰ No decorrer da minha argumentação, eu simplesmente pressuporei que o problema apontado por Stroud foi resolvido em Searle (1992, cap. 8), com a assimilação do Background às capacidades neurofisiológicas capazes de causar estados intencionais.

Além disso, a solução putativa de Searle pode ser incorporada à interpretação da HB vislumbrada por Carston (2002, p. 67-68). A linguista sugere uma assimilação do conceito de Background ao conceito de *ambiente cognitivo* desenvolvido por Sperber & Wilson (1995, p. 38-46). Tal aproximação, a meu ver, deveria ser extremamente desejável para Searle, já que o conceito de *ambiente cognitivo*, ao contrário do de Background, é bastante claro e bem definido. Um ambiente cognitivo é simplesmente o conjunto de suposições que um indivíduo pode representar para si como verdadeiras ou provavelmente verdadeiras: o conjunto das suas *suposições manifestas* (SPERBER; WILSON, 1995, p. 39). Não temos aí apenas o conjunto das crenças do indivíduo, mas de tudo que é pressuposto, acarretado ou que pode ser de algum outro modo *inferido* das suas crenças. Essa definição do Background como um conjunto de suposições, ao contrário das anteriores, não é problemática, porque não afirma que essas suposições precisam estar, em todos os momentos, sendo *representadas* conscientemente ou inconscientemente. O único requisito é que elas *possam* ser representadas, em qualquer momento: trata-se, assim como a noção searliana de inconsciente (cf. Searle (1992, cap. 7)), de uma noção *disposicional*. Em termos que evocam essa discussão de Searle (1992, p. 160), é dizer que se exige apenas que o indivíduo possua uma estrutura neurofisiológica capaz de representar todas essas suposições conscientemente. O ambiente cognitivo, ou Background, é o conjunto de suposições que um indivíduo é capaz (em virtude da sua constituição cerebral) de representar para si em um dado momento. A HB envolve dizer que, sem um tal conjunto, nenhuma representação poderia ocorrer.

É necessário, contudo, fazer algumas ressalvas para garantir que essa assimilação de conceitos não trairá a ideia original de Searle. A primeira delas surge da observação de que o ambiente cognitivo, ao contrário do Background, sempre *inclui* os estados intencionais conscientes do indivíduo em qualquer instante, já que “todas as suposições atuais de um

⁵⁰ Para uma discussão mais aprofundada do tema, ver Ross (2005).

indivíduo estão manifestas para ele” (SPERBER; WILSON, 1995, p. 40). Aquilo que *está sendo* representado, por definição, *pode ser* representado. O possível sempre abarca o atual. A noção de ambiente cognitivo (isto é, a noção de suposições *possivelmente* representáveis) é, por isso, mais ampla do que a de Background. A fim de ajustar esse desacordo, poderíamos, simplesmente, acrescentar à nossa redefinição a seguinte cláusula: o Background é o subconjunto do ambiente cognitivo de um indivíduo que exclui suas suposições atuais, i.e., aquelas que estão sendo representadas. Assim, o Background revelar-se-ia como algo eminentemente *dinâmico*, pois o que não está sendo representado em um dado instante pode vir a ser representado em outro; bem como aquilo que está sendo representado pode deixar de sê-lo. Isso significa que as suposições podem sair e entrar do Background, a depender da condição de elas estarem sendo representadas ou não.

Alguns exemplos de elementos do Background citados por Searle (1983; 1992), como a nossas suposições acerca da solidez dos objetos e do fato de que as pessoas comem com a boca e andam com as pernas parecem se enquadrar bem no modelo que delineei. Mas outras, como as habilidades que subjazem às nossas intenções de realizar atividades físicas (cf. Searle (1983, p. 150-153)), dificilmente podem ser compreendidas como *suposições*, ainda que meramente disposicionais. Tal dificuldade é percebida, mas imediatamente resolvida, por Carston:

Algumas das capacidades, como o *know-how*, o *savoir-faire* a que Searle se refere, não parecem ser apropriadamente pensáveis como um conjunto de *suposições*. No entanto, não vejo nenhum problema desnorteante em estendermos o conceito de *manifestidade* (*manifestness*) a um leque mais amplo de estruturas de tipo disposicional, como procedimentos e esquemas de ação e de processamento; estes parecem ser mais adequadas a capturar os aspectos do Background sobre como comer, andar e se comportar [...] do que as suposições. (CARSTON, 2002, p. 69)

Poderíamos, assim, falar do Background como o conjunto de estados intencionais (e não apenas suposições ou estados intencionais com a direção de ajuste mente-mundo) que podem ser representados – mas que não *estão sendo representados* – para um indivíduo em um dado momento. O Background seria, portanto, na perspectiva mais recente de Searle (1992), simplesmente o mesmo que o *inconsciente*. O inconsciente, para o filósofo americano, não consiste em um conjunto de pensamentos desprovidos da propriedade de consciência, mas sim em *características objetivas do cérebro capazes de causar pensamentos conscientes*. Não há muito problema em falar de elementos do Background como “proposições”, “suposições”

ou “representações” desde que compreendamos que essas atribuições são meramente disposicionais, sendo equivalentes a atribuições de “proposições”, “suposições” ou “representações” inconscientes.⁵¹ O que diferencia os elementos do Background dos demais aspectos “inconscientes” da arquitetura cerebral – o que os torna propriamente *mentais* – é sua capacidade de se converterem em representações conscientes.⁵²

Não acredito, realmente, que essa solução contorne, de um modo definitivo, o problema apontado por Stroud ou que satisfaça integralmente as intenções de Searle. Todavia, assumo-a como adequada simplesmente para poder alcançar, sem me perder demais em discussões paralelas, o ponto em que quero chegar. Ciente de todos os problemas aí implicados, vou tratar o Background como aquele conjunto de capacidades cerebrais capazes de causar representações que possibilita a existência de todas as representações. Ainda que essa caracterização seja, em última instância, falsa, o que precisa, neste momento, ficar claro é que, mesmo não tendo certeza a respeito do que o Background *é*, sabemos muito bem, por várias afirmações de Searle, o que ele *não é*: um conjunto de estados intencionais, proposições ou representações ocorrentes. E neste sentido ele figura como algo muito diferente do *contexto* dos linguistas.⁵³

3.2.1 SEGUINDO OS FIOS DA REDE

Mas, afora a necessidade compatibilizar uma nova ideia com elementos anteriores da sua filosofia, por que Searle exhibe tanta contumácia em asseverar que o Background não pode ser pura e simplesmente um conjunto de proposições mentalmente representadas? Por que insistir no caráter não-representacional do Background? As formas mais tradicionais de holismo semântico, como as de Quine e Davidson, presumem essa possibilidade. Searle mostra que se supusermos que algo como a visão desses filósofos é o correto (isto é, que para o funcionamento de cada estado intencional seja suficiente uma rede holística de outros estados intencionais) nos depararemos com o perigo de um regresso ao infinito vicioso.

⁵¹ O erro das caracterizações linguísticas de contexto seria, segundo essa interpretação, a incapacidade de perceberem a natureza *disposicional* das proposições compartilhadas: elas parecem compreender a mente como um inventário de estados mentais, alguns dos quais são conscientes, e outros inconscientes, mas todos *representacionais* no mesmo sentido.

⁵² Para uma explicação mais pormenorizada do conceito searliano de inconsciente, ver Varascin (2014).

⁵³ Mesmo os analistas do discurso de viés foucauldiano tendem a considerar, com base no conceito de *formação discursiva* (cf. Foucault (2012)), a condição que possibilita a formação e a interpretação dos discursos como um *conjunto de regras*. Isso, segundo Searle (1992, p. 193), evidencia uma compreensão errônea dos fenômenos que ela atribui ao Background, já que as *regras* são, bem como as suposições, representações.

Pegemos um exemplo de um estado intencional relativamente simples (ou talvez nem tanto), extraído de Searle (1983, p. 141-142): a intenção de se tornar presidente da república. Para formar a intenção de ser presidente do Brasil, por exemplo, o indivíduo precisa acreditar que o Brasil é uma república presidencialista, que eleições ocorrem periodicamente e em algum lugar suficientemente próximo à superfície da Terra, que as pessoas votam enquanto estão acordadas, que o universo não vai explodir no segundo em que o último voto for computado, que o mundo exterior existe, e assim por diante. Esse indivíduo, em situações normais, também teria que possuir uma série de desejos, sem os quais sua intenção de se tornar presidente beiraria ao ininteligível, como o desejo de ser escolhido como candidato de um partido, o desejo de receber votos, o de ser eleito, o de continuar a respirar depois de se eleger, o de tomar posse, e etc. Seu estado intencional só tem as condições de satisfação que tem em meio a essa rede de outros estados. Se alterássemos ou suprimíssemos algumas dessas crenças e desejos, a intenção de se tornar presidente seria interpretada de uma maneira totalmente diferente: ela determina *outras* condições de satisfação.

Acontece que o “e assim por diante” e o “etc” do exemplo anterior parecem ser inelimináveis. Por mais que suplementemos a rede holística com mais e mais suposições, persiste a forte impressão de que a lista de proposições não acabará nunca.⁵⁴ Além disso, em certo sentido, a lista nem sequer começa, porque cada um dos estados intencionais que citamos precisaria de toda uma rede de outros estados intencionais para ser interpretado (cf. Searle (1979, p. 126; 1980, p. 228; 1983, p. 152; 1992, p. 176-177; 2010a, p. 332)). Nenhum dos elementos da rede que possibilita a interpretação pode ser aplicado e se interpretar a si próprio, isolado de uma rede de outros estados intencionais. O fato é que *toda* representação – e, conseqüentemente, a rede holística de estados intencionais como um todo – pressupõe um Background, e, portanto, “o Background não pode consistir, ele próprio, de representações sem gerar um regresso ao infinito” (SEARLE, 1983, p. 148): “a rede inteira carece de um Background” (*id*, 1992, p. 176). Ainda que nem todo regresso ao infinito seja vicioso, sabemos que esse o é, porque “as capacidades intelectuais humanas são finitas” (*id*, 1983, p. 148), isto é, o processo de formulação da intenção de se tornar presidente tem um início e um término, envolvendo um tempo finito. Uma série infinita de proposições não poderia ser processada, por um agente humano, em qualquer intervalo temporal finito. Qualquer teoria

⁵⁴ Além disso, quanto mais progredimos, mais fica difícil saber como esses estados intencionais se individualizam. Não sabemos, por exemplo, como e o que contar como crenças separadas. Temos duas crenças separadas, uma na existência do mundo exterior, e outra na existência das outras mentes? Ou temos uma única crença que implica essas duas? (cf. Searle (1983, p. 142)

que implique isso deve ser, pois, rejeitada *in limine*. Segundo Stroud (1991, p. 246-247), é pela contundência desse argumento do regresso ao infinito, cuja origem remonta à Wittgenstein, que a HB adquire sua plausibilidade.

3.3 A HIPÓTESE DO BACKGROUND E O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO

Examinamos, até este ponto, o conteúdo geral da HB e algumas características mais perceptíveis que a distinguem do CP e de outras formas mais brandas de contextualismo. Um leitor não familiarizado com a obra de Searle poderia se perguntar, a esta altura, o que essa hipótese radical a respeito da subdeterminação dos pensamentos tem a ver com o contextualismo linguístico, que é, afinal de contas, apenas uma hipótese sobre a subdeterminação dos significados. Os pensamentos são estados intencionais internos à mente, e os significados, seja lá qual for exatamente sua natureza, parecem pertencer a uma ordem pública e acessível a todos. Não se trata aí de duas visões totalmente diferentes, ou até mesmo independentes, a respeito de fenômenos igualmente diferentes e independentes?

Não para Searle que considera que “o significado literal de uma sentença é uma forma de intencionalidade convencionalizada” (SEARLE, 1979, p. 131). Em outros momentos ele descreve o significado como uma forma de intencionalidade *derivada*, oriunda da imposição de condições de satisfação sobre um objeto físico cuja produção foi a realização das condições de satisfação de um ato anterior (cf. Searle (1983, cap. 6)). A dependência no Background é algo que afeta as representações em geral, e a significação linguística é uma modalidade de representação entre outras:

[A]s características que citamos [a dependência no Background] não se aplicam apenas aos conteúdos semânticos, mas às representações de um modo geral; em particular, trata-se de características dos estados intencionais, e já que o significado é sempre uma forma derivada de intencionalidade, a sua dependência contextual é ineliminável. (SEARLE, 1980, p. 231)

Se tentássemos romper o lastro entre o significado e o Background, teríamos que romper as ligações entre o significado e a intencionalidade:

[O] significado depende do contexto do mesmo modo como as formas de intencionalidade não-convencionais, e não há como eliminar essa dependência do significado no contexto sem romper suas conexões com as outras formas de intencionalidade, e, assim, eliminar totalmente a intencionalidade do significado. (SEARLE, 1979, p. 135)

Uma indagação interessante que poderíamos trazer à tona é a de se esse rompimento é sequer possível. Mesmo que concedamos que a *aplicação* do significado (isto é, sua capacidade de ser compreendido, de determinar condições de verdade, de produzir acarretamentos, etc.) depende do Background e do contexto, o que devemos dizer a respeito do próprio significado? Em outras palavras, o que depende do Background é o significado ou a sua interpretação? A formulação searliana da HB parece, como reparou Carston (2002, p. 66), oscilar entre essas duas afirmações, especialmente porque o termo “significado” pode ser usado para se referir tanto às representações linguísticas convencionalmente atreladas às expressões quanto ao resultado do processo contextual de interpretação dessas representações. A equivocação entre o “significado” e a “compreensão do significado” parece ter origens remotas na obra de Searle. Já em *Speech Acts* podemos observar a formulação do seguinte postulado: “Compreender uma sentença é saber o seu significado.” (SEARLE, 1969, p. 48). Ora, a manutenção dessa equivalência impede que Searle veja como distintas duas coisas que seus argumentos contextualistas sugerem que devem ser separadas. Searle aparenta, em momentos posteriores da sua carreira, não estar mais comprometido com essa asserção, mas a sua “lembrança” ainda provoca alguns embaraços, como o uso ambíguo dos termos “significado” e “semântica”. Recanati (2003, p. 195-196) repara em outras instâncias dessa ambiguidade, em conexão com a distinção vaga entre “significado da sentença” e “significado do falante” frequentemente invocada por Searle.⁵⁵ Voltaremos a esse tema mais adiante no exame dos argumentos de Searle, mas o que convém sublinhar aqui é que se o que é dependente de contexto for, não o significado em si, mas sua aplicação, ficará estabelecido, segundo o raciocínio do próprio Searle, que o significado *não é* uma forma de intencionalidade, já que *toda* intencionalidade deve depender do contexto. Essa não é, certamente, uma posição que Searle está disposto a acolher, já que a tese central inaugurada em *Intentionality* (Cambridge University Press, 1983) é a de que o significado linguístico é redutível às formas de intencionalidade pré-linguísticas – ou, em uma formulação mais recente, de que podemos tratar a significação “como uma extensão de formas de intencionalidade biologicamente mais fundamentais” (SEARLE, 2012, p. 18).

⁵⁵ Em Searle (1968) a distinção parece tomar o significado da sentença como sendo exclusivamente a representação linguística convencional, enquanto que em Searle (1979), mais especificamente, no seu ensaio sobre os atos de fala indiretos, ela parece tomar o mesmo significado da sentença como se referindo ao que é dito por um falante em um determinado contexto – isto é, à *aplicação* daquilo que ele anteriormente chamava de significado.

Defensores do CP também sustentam, baseados em Grice, uma teoria intencionalista do significado – e não somente do significado do falante, mas também do significado das sentenças. A tendência do CP seria a de concordar, em linhas gerais, com a caracterização searlina do significado da sentença como uma espécie de intenção de significação cristalizada pelo uso – como uma forma de *intencionalidade derivada*. A primazia do significado do falante sobre o significado da sentença é explicitamente defendida por Recanati (1989) – com argumentos que lembram muito aqueles de Ducrot (1987). Saber como, para os adeptos do CP, esse nível de significação mais abstrato preserva o caráter intencional da fonte de onde proveio não é algo tão crucial quanto o é para Searle, pois eles não aderem à generalização da dependência contextual à intencionalidade em geral. Para eles, constatar a independência do significado em relação ao Background não é um dilema teórico grave, pois eles já sustentam isso para *outras* formas de intencionalidade.

Em meio a todas as diferenças de enfoque e de proposições, há uma semelhança instigante entre Searle e os teóricos do CP: as justificativas expandidas para a adoção do contextualismo. Os argumentos que o filósofo americano invoca para fundamentar a HB são estruturalmente idênticos àqueles utilizados pelos linguistas e filósofos mais moderados que defendem o CP. Isso deve fomentar a suspeita de que uma das partes não está extraindo a conclusão correta do seu raciocínio. Como podem os mesmos argumentos conduzirem a posições tão diferentes? Das duas uma: ou Searle está exagerando em sua conclusão, ou os contextualistas mais comportados estão buscando uma “sobriedade” teórica insustentável, dados os seus pressupostos.

É digno de nota que, apesar de a HB fazer referência à cognição humana como um todo, os argumentos que a sustentam são quase que exclusivamente linguísticos. Searle (1983), na verdade, alega não possuir nenhum “argumento demonstrativo” (p. 144) que prove a necessidade do Background, mas apenas um “conjunto de investigações independentes” (p. 145), que o conduziram à HB. A hesitação em chamar essas investigações de “argumentos” é um indício de que talvez as conclusões que Searle esteja extraindo delas extrapolem aquilo que elas próprias autorizam.⁵⁶ Tais investigações envolvem: (i) a compreensão do significado

⁵⁶ Aliás, certa expressão de insegurança em relação aos resultados obtidos – tão alheia aos momentos mais “triumfalistas” da obra de Searle – é uma constante nas discussões sobre o Background: “Um dos capítulos mais mal entendidos do *Intentionality* é aquele chamado ‘O Background’. Eu devo ser parcialmente responsável por isso porque eu não me expressei de modo suficientemente claro. [...] Procuro dar uma série de razões para essa afirmação [da HB] e explorar suas consequências, mas acho que toda a discussão é ainda muito insatisfatória.” (SEARLE, 1991, p. 289)

literal; (ii) a compreensão das metáforas⁵⁷ e (iii) as habilidades físicas. Conquanto Searle cite, nesse momento, três linhas paralelas que aparentam – de uma maneira um pouco obscura – convergir em direção à HB, ele parece considerar que o caso mais forte e contundente é (i), que é o único que ele desenvolve com mais detalhes em escritos subsequentes (chegando até, como em Searle (1995, p. 130), a caracterizá-lo como um *argumento*, terminologia que adotarei doravante). Nas suas palavras:

A maneira mais simples de ver que a representação pressupõe um Background não representacional é examinar a compreensão das sentenças. A beleza de começar com as sentenças está no fato de que elas são objetos sintáticos bem definidos, e as lições aprendidas a partir delas podem ser aplicadas a todos os fenômenos intencionais. (SEARLE, 1992, p. 178)

3.4 A MUDANÇA CONTEXTUAL E A INCOMPLETUDE DO SIGNIFICADO

Mas como Searle tenciona chegar à HB a partir do exame da compreensão das sentenças? De acordo com os minimalistas Cappelen & Lepore (2005a; 2005b), toda metodologia contextualista se assenta sobre apenas *dois* tipos de argumentos linguísticos: argumentos de mudança de contexto (AMCs) e argumentos de incompletude (AIs). Apresentarei, primeiramente, uma caracterização de cada um deles, e, em seguida, mostrarei o modo como eles aparecem no caso de Searle em prol da HB. O que pretendo enfatizar neste momento, portanto, é que, ao menos na sua etapa argumentativa, a HB é muito semelhante às outras formas de contextualismo (embora haja uma peculiaridade digna de nota no modo radical como Searle aplica os argumentos).

Cappelen & Lepore oferecem a seguinte narrativa para ilustrar a elaboração dos argumentos de mudança de contexto (AMCs):

Alguém envolvido no empreendimento de investigar a sensibilidade ao contexto *contempla* e *imagina* certos usos linguísticos em contextos *diferentes* daquele em que se encontra. Essa pessoa está, afinal de contas, interessada em estudar a maneira pela qual o conteúdo é influenciado pela

⁵⁷ Não examinarei as motivações (que não são claras) para incluir a compreensão de metáforas entre um dos fatores que convida à postulação do Background, mas suspeito que boa parte delas tenham sido resolvidas pela teoria da origem experiencial e corporal das nossas metáforas exposta em Lakoff & Johnson (2003). Um dos exemplos de Searle é a metáfora AFEIÇÃO EMOCIONAL É CALOR. Ainda que essa metáfora, como bem percebe o filósofo, não se baseie em nenhuma semelhança imagética, ela possui claramente uma base experiencial. A ideia aqui é que, desde muito cedo na infância, os seres humanos estabelecem correlações neuronais muito fortes entre experiências emocionais positivas e um aumento da temperatura corporal provocada pela proximidade do corpo de outra pessoa. Tal correlação seria uma explicação para a compreensão dessa metáfora, e também para o seu caráter praticamente universal.

variação do contexto de enunciação, e, em particular, ela está interessada em suscitar intuições sobre se *o que é dito* [...] ou as *condições de verdade* de um *enunciado* variam com alguma sistematicidade de acordo com o contexto. Para fazer isso, ela imagina uma série de enunciações, e_1 - e_n , de uma mesma sentença S. Os dados resultantes consistem nos relatos das suas intuições e das intuições da audiência a respeito dos conteúdos de e_1 - e_n . (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 10)

Os AMCs procuram, assim, estabelecer que pode haver variação nas condições de verdade de uma mesma sentença (com um mesmo conteúdo semântico) em contextos diferentes: isto é, que uma mudança no contexto pode acarretar uma mudança nas condições de verdade intuitivamente atribuídas a uma sentença sem que essa mudança seja uma ocorrência de desambiguação ou da saturação de dêiticos explícitos. Isso significa que, uma mesma sentença usada com o mesmo significado pode, em um contexto, ser verdadeira, e, em outro, ser falsa. Duas enunciações de uma mesma sentença podem ter valores de verdade diferentes, sem que a explicação para isso seja uma mudança nos fatos objetivos do mundo, e sim uma mudança no contexto, que, de alguma maneira, intervém nas condições de verdade.

A análise dos exemplos (1)-(4) apresentada no capítulo anterior faz um uso implícito desse tipo de raciocínio. Retomemos, novamente, o exemplo (2):

(2) Você não vai morrer.

Mesmo supondo que um mesmo referente fosse atribuído ao pronome “você” em todos os contextos, poderíamos observar que, em alguns deles, (2) seria verdadeira, e, em outros, (2) seria falsa. Imaginemos, de um lado, um contexto₁ em que (2) é proferida por uma mãe diante do filho choroso que acaba de cortar o dedo e, de outro, um contexto₂ em que (2) é enunciada por um professor de biologia, para o mesmo rapaz que cortou o dedo, em meio a uma discussão sobre a possibilidade da imortalidade física. Não hesitaríamos em dizer que (2) é verdadeira no contexto₁ e falsa no contexto₂. Ao menos é isso que nossas intuições nos impelem a afirmar, e Recanati nos deu boas razões para as respeitar. É por isso que supusemos, no capítulo anterior, que deve haver algo mais nas condições da verdade da enunciação dessa sentença no contexto₁ do que simplesmente a afirmação de que a criança não vai morrer em nenhum momento do futuro.

A estratégia aqui envolve o recurso ao que Travis (1989) chamou de *pares contrastantes*: pares de interpretações distintas (ou de condições de verdade distintas) para duas enunciações diferentes de uma mesma sentença. Como o único fator que muda de uma

enunciação para a outra é o contexto (lembre-se que estamos postulando um mesmo significado e um mesmo conjunto de referentes), a explicação mais plausível para a variação das condições de verdade é a hipótese de que elas são, em parte, determinadas pelo contexto.

Pegemos um outro exemplo, este extraído de Bezuidenhout (2002, p. 107), para ilustrar a generalidade da aplicação dos AMCs:

(7) Esta maçã é vermelha.

Suponhamos que (7) foi enunciada no contexto₁, em que temos uma mãe confusa, diante de uma maçã verde, colhida no dia anterior em um passeio pela fazenda de seu pai, ensinando ao seu filho as diferentes cores que as maçãs apresentam. Concebamos, ademais, um contexto₂, bem menos acessível e óbvio do que o contexto₁, em que (7) é proferida (pela mesma mãe, diante do mesmo filho e da mesma maçã) com a intenção de diagnosticar se uma determinada maçã está infectada por uma espécie de fungo que mancha a sua parte interior de vermelho, deixando a casca intacta. Imaginemos também que no contexto₂ a mãe tem boas razões para supor que a maçã em questão está infectada pelo fungo, pois ela sabe que tal problema vem afetando recorrentemente as macieiras da fazenda de seu pai.

Ora, temos certeza de que (7) é falsa no contexto₁, mas é bem provável que ela seja verdadeira no contexto₂. As condições de verdade para cada enunciação dessa sentença são diferentes. No contexto₁ as condições de verdade de (7) fazem uma referência implícita à cor da *casca* da maçã, e, no contexto₂, a referência é ao *interior* da maçã, independentemente de sua casca. Igualmente, uma caneta azul pode ser uma caneta de *tinta* azul, ou uma caneta feita de um *material* de cor azul.

Esses tipos de argumentos são extremamente rotineiros nas discussões contextualistas, como relatam, com um tom jocoso, Cappelen & Lepore:

A literatura está infestada de histórias sobre pessoas que, por várias razões e em situações diversas, proferem as mesmas sentenças para diferentes audiências imaginadas nos mesmos ambientes compartilhados. Nós, enquanto leitores, somos convidados a nos envolvermos com essas histórias, e a reflexão sobre as nossas intuições deve nos convencer da verdade do contextualismo. (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 87)

Há, no entanto, de acordo com os autores, um segundo argumento empregado para consolidar o contextualismo: o argumento de incompletude (AI). A ideia aqui é que não

somente as condições de verdade de uma sentença podem variar de acordo com o contexto, mas que a sentença simplesmente *não determina* condições de verdade independentemente de um contexto. O significado linguístico *não é suficiente* para atingir um conteúdo verocondicional. Esse argumento também faz um apelo à intuição, mas, neste caso, trata-se de uma intuição metafísica a respeito da existência ou não de certas proposições ou condições de verdade. Cappelen & Lepore (2005a) chamam essas intuições de *intuições de incompletude*.

Pegemos um exemplo, adaptado de Bach (1994), para ilustrar esse ponto:

(8) João está pronto.

Embora a sentença (8) não exiba nenhuma instância canônica de dêixis (excetuando a desinência modo-temporal do verbo) é razoável pensar que ela não codifica uma proposição completa: é possível que ela configure um caso de *subdeterminação semântica*. É isso o que nossas *intuições de incompletude* nos informam. A proposição “João está pronto” simplesmente não existe. Nunca é o caso que alguém esteja *pura e simplesmente pronto* – sempre estamos prontos *para alguma coisa*. Se essa “alguma coisa” não for suprida pelo contexto, a sentença (8) não será associada a uma proposição e não poderá receber um valor de verdade. A representação que ela codifica em virtude do seu significado linguístico é, no máximo, uma função proposicional que precisa ser saturada contextualmente (com alguma informação sobre o objeto da prontidão de João) para atingir a proposicionalidade. Obviamente, se aquilo que é acrescentado à proposição depende do contexto, e se os contextos variam, podemos elaborar AMCs em cima de (8), mostrando que essa mesma sentença pode codificar proposições diferentes em várias situações.⁵⁸

A forma desses argumentos é, em geral, a seguinte:

Considere a suposta proposição P, que alguma sentença S codifica semanticamente. Intuitivamente, sabemos que o mundo não pode ser P *simpliciter*. O mundo não é nem P nem não-P. Não existe uma coisa como P sendo o caso *simpliciter*. E, portanto, não existe tal proposição. (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 11)

⁵⁸ “Não há nenhuma proposição ali se você não acrescentar algo; mas há claramente uma proposição ali, e, ademais, uma proposição diferente em cada contexto. Isso é uma razão para pensar que a sentença em questão é sensível ao contexto.” (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 60) Esse casamento entre os AMCs e os AIs é bastante recorrente entre os contextualistas. Um argumento pode apoiar o outro, e vice e versa. É por esse motivo que alguns autores, como o próprio Searle, não os vêem como *dois* argumentos diferentes.

O poder de persuasão desse argumento vem, em parte, da suposição de que, se uma expressão linguística é sensível ao contexto, ela simplesmente não determina conteúdo algum independentemente do contexto.⁵⁹ A ideia aqui é que a *sensibilidade ao contexto* é coextensiva à *dependência contextual*. Poderíamos chamar essa suposição, por motivos que ficarão claros, de Suposição Indexicalista:

Suposição Indexicalista: Toda expressão cujo conteúdo varia de contexto para contexto é semanticamente incompleta e, conseqüentemente, *precisa* de um contexto para ser interpretada (i.e., para ter um conteúdo). Em outras palavras: sempre que houver variação contextual da proposição, haverá uma subdeterminação semântica (uma espécie de *lacuna conceitual*) que *exige* a suplementação contextual do significado codificado da sentença. Isso significa que todo AMC acarreta um AI.

É preciso, entretanto, perceber que essa suposição, ainda que aparentemente natural, não estava envolvida nos AMCs. Tanto não estava envolvida que é, de fato, rejeitada por alguns teóricos que lançam mão de AMCs para estabelecer variantes mais brandas do contextualismo, como Recanati. De acordo com o a Suposição Indexicalista, se as condições de verdade de (2) variam de contexto para contexto, isso é um indício de que (2) é semanticamente incompleta e de que não atinge, por si só, um nível plenamente proposicional. Já vimos, todavia, que, para Recanati, o problema não é que (2) não codifique uma proposição completa independentemente do contexto, e sim que a proposição contextualmente independente que ela *de fato* codifica não é aquela que representamos mentalmente para nós mesmos. A generalização da Suposição Indexicalista e do AI para todos os fenômenos linguísticos *nega* que existam proposições mínimas e condições de verdade liberais, enquanto que Recanati apenas nega que essas noções tenham alguma relevância cognitiva (isto é, que correspondam a alguma etapa do processamento linguístico). Os AMCs respaldam uma hipótese psicológica, enquanto que os AIs fundam uma tese metafísica.

Note-se também que, se combinarmos (como sugere a Suposição Indexicalista) os AMCs com os AIs, não estamos mais autorizados a tratar as contribuições do contexto como

⁵⁹ “Se uma sentença for realmente sensível ao contexto, não apenas o que ela diz ou expressa pode variar de acordo com várias enunciações, mas também não faz sentido algum perguntar sobre o que ela diz, ou expressa, independentemente de um contexto.” (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 30)

casos de *modulação*. Isso porque os AIs alegam que a contribuição do contexto é *necessária* para que a sentença expresse uma proposição. O caráter mandatório de um processo pragmático primário é, precisamente, o que caracteriza a saturação, em oposição à modulação. Aos olhos de Recanati, um usuário assíduo dos AIs estaria simplesmente procurando conceber todos os casos de influência contextual a partir do modelo restrito dos dêiticos. É este o ponto em que “o indexicalismo e o contextualismo se encontram” (RECANATI, 2004a, p. 95):

[O] contextualismo pode ser interpretado como uma forma extrema de indexicalismo que generaliza a sensibilidade ao contexto de modo a descartar as sentenças eternas não meramente *de facto*, mas *de jure*. Não é simplesmente que haja expressões cujos significado são esquemáticos e envolvem variáveis contextuais: é o próprio *significado linguístico em geral* que padeceria de uma forma de subdeterminação que o torna incapaz de carregar qualquer conteúdo fora de um background contextual rico. Devido a essa subdeterminação, alguma forma de enriquecimento ou elaboração contextual se torna mandatória para que a sentença expresse uma proposição definida. A razão pela qual o contextualismo e o indexicalismo ficam tão próximos é precisamente porque a distinção entre processos pragmáticos primários mandatórios e opcionais se torna um tanto turva. (RECANATI, 2004a, p. 96-97)

Uma aplicação generalizada dos AIs motiva uma visão da linguagem humana segundo a qual toda a palavra é uma espécie de dêitico que requer uma instanciação contextual para que adquira um sentido fregeano completo. O significado linguístico poderia, assim, ser caracterizado, na terminologia de Kaplan (1991), como uma *função caráter* de contextos em conteúdos. O curioso é que esse quadro, que parece ser um corolário da generalização dos AIs, preserva de uma maneira singular a tese da composicionalidade: o significado do todo é *ainda* apenas uma função do significado das partes e da maneira como elas são combinadas. A única diferença é que o significado das partes mínimas não é mais dado simplesmente por regras lexicais como a seguinte (onde “I” é uma função interpretação, “e” é uma expressão pertencente à linguagem, e “d” é uma denotação qualquer):

$I(e)=d$

Isso porque a extensão da expressão “e” não pode ser calculada diretamente, sem a intermediação do contexto. Podemos reformular, para esse novo quadro que se delineia, uma espécie de regra lexical sensível ao contexto:

$$I(e)_c=f(c)$$

O significado constante (o “caráter”) de uma expressão “e” determinaria, em um contexto “c”, uma função f que toma como argumento o contexto “c”. Só depois da atribuição de um valor à variável “c” da função, poder-se-ia dizer que temos um *conteúdo*, isto é, uma genuína contribuição proposicional. Isso implica dizer que, sem o contexto, o significado lexical nunca atinge o nível do *sentido* fregeano pleno, precisamente porque a aplicação da função interpretação em uma expressão não devolve senão uma outra função, que precisa ser contextualmente saturada. Recanati (2010, p. 39) alega que essa visão é compatível com o postulado composicional (segundo o qual o significado do todo é *exclusivamente* determinado pelo significado das partes e da maneira como elas são combinadas) porque não há aí a “intrusão” de qualquer elemento na proposição que não seja retratável ao significado literal ou ao desenvolvimento pragmático de *uma expressão em particular*. Bem como na abordagem da *opcionalidade forte*, em que há modulação, preserva-se o caráter *local* dos processos pragmáticos.

Essa nova compreensão da composicionalidade é chamada, por Jackendoff (1997, p. 49-55), de *composicionalidade enriquecida*. De acordo com ele, devemos abandonar a suposição de que a composição semântica é um processo que ocorre *antes* dos procedimentos pragmáticos, pois as funções pragmáticas atuam sobre os conteúdos semânticos dos itens lexicais individualmente e, nesse sentido, enriquecem um processo composicional que, de outro modo, teria que rodar apenas sobre os significados convencionalizados das expressões (e devolveria, provavelmente, um produto subproposicional).

São essas, essencialmente, as linhas gerais em que se poderia formalizar a *visão do formato inadequado* caracterizada no capítulo anterior. É esta, também, a visão a que os argumentos de Searle, segundo minha interpretação, parecem favorecer. Resta, entretanto, esquadrihar se essa é uma postura coerente e defensável.

3.5 CONCEBENDO UM CONTEXTUALISMO RADICAL

Sempre que confrontado com a necessidade de fundamentar sua extravagante HB, Searle elabora reformulações do seguinte enunciado:

O mesmo significado literal determinará diferentes condições de satisfação (por exemplo, diferentes condições de verdade) relativamente a diferentes suposições de Background, e alguns significados literais não determinarão condições de verdade algumas por conta da ausência de suposições de Background adequadas. (SEARLE, 1992, p. 178) (v. também Searle (1980, p. 227; 1983, p. 145; 1994, p. 640; 2010a, p. 325-327))

Podemos extrair desse trecho duas afirmações distintas, cada uma da qual corresponde, com exatidão, às conclusões dos dois tipos de argumentos contextualistas dissecados por Cappelen & Lepore (2005a; 2005b). A primeira (“O mesmo significado literal determinará diferentes condições de satisfação [...] relativamente a diferentes suposições de Background”) configura uma adoção dos AMCs, ao passo que a segunda (“alguns significados literais não determinarão condições de verdade algumas por conta da ausência de suposições de Background adequadas”) assinala o a aplicação de um AI. Searle é, pois, um daqueles contextualistas que, ao contrário de Recanati, combinam AMCs com AIs (o que é um indício de uma aceitação tácita da *Suposição Indexicalista*). Vejamos em detalhes o itinerário que encaminha o filósofo a cada uma dessas afirmações a partir do exemplo, dado em Searle (1980), das leituras do verbo “cortar”.⁶⁰

Searle (1980) pede que consideremos os seguintes enunciados⁶¹, inicialmente de acordo com suas interpretações em contextos prototípicos:

1. Guilherme cortou a grama
2. O barbeiro cortou o cabelo de Tomás.
3. Sandra cortou o bolo.
4. Eu cortei minha pele.
5. O costureiro cortou o tecido.
-
6. O presidente cortou os salários dos empregados.
7. A CELESC cortou a luz durante a noite.
8. O motorista cortou o caminho para chegar mais rápido.
9. O editor cortou o vídeo em duas partes.

⁶⁰ Searle (1983) trabalha, seguindo exatamente o mesmo argumento, com o exemplo do verbo “abrir”. Recanati (2004a, p. 133), por sua vez, ao elaborar um raciocínio semelhante, cita o verbo “pegar”. Como me parece mais plausível que alguém empenhado em rejeitar a HB alegue que esses dois últimos verbos são genuinamente polissêmicos ou inerentemente vagos, opto aqui pelo exemplo do “cortar”. Ademais, “cortar” apresenta usos metafóricos cristalizados que também são úteis na exposição do argumento.

⁶¹ Tive que adaptar alguns por conta de algumas diferenças interlinguísticas irrelevantes a esta discussão.

10. O Estado cortou o ponto dos professores em greve.

Uma primeira diferença entre os enunciados de 1-5 e os de 6-10 é que só aqueles, ao contrário destes, merecem indiscutivelmente o título de “literais”. Não há nada de metafórico ou de figurativo na compreensão do verbo “cortar” em 1-5, ao passo que em 6-10 é ao menos plausível crer que tal item seja interpretado metaforicamente – ainda que as metáforas em questão já estejam, de certo modo, “congeladas” ou “mortas” pelo uso amudado a que são submetidas. Além disso, segundo Searle, nós nos sentimos inclinados a dizer que alguém que compreende o verbo “cortar” em 1-5 – ainda que não o entenda em 6-10 – sabe o sentido literal de “cortar”, e que uma pessoa que não o compreende em 1-5 não teria como compreender o sentido de 6-10 (1980, p. 221-222). Há, pois, uma motivação intuitiva em favor da repartição entre literalidade e figuratividade (e da primazia daquela sobre esta) que surge quando nos deparamos com exemplos como os de 1-10.

Um suporte adicional para mostrar que os usos de 1-5 são literais, e que, além disso, configuram instâncias *de um mesmo* uso literal, é que podemos aplicar a eles certos “critérios padronizados de univocidade” (2010a, p. 325) como a redução de conjunção em 11:

11. A General Electric acaba de inventar um dispositivo mecânico capaz de cortar grama, cabelo, bolos, peles e tecido.

Se acrescentássemos à enumeração acima os complementos “salários, luz, caminhos e vídeos” a frase se tornaria, nas palavras de Searle, apenas uma “piada sem graça” (2010a, p. 325). Isso apoia a ideia de que os usos de 1-5 compartilham algo (que não está presente nos 6-10) que podemos, convenientemente, chamar de significado literal.

Convém, neste momento, interromper por um instante o curso do argumento de Searle para afastar algumas incompreensões recorrentes associadas à noção de significado literal na obra de Searle.

3.5.1 UMA AMBIGUIDADE SORRATEIRA

Temos segundo o filósofo de Berkeley, boas razões para sustentar a distinção entre usos literais e metafóricos. Logo, podemos, de antemão, perceber que sua variedade de contextualismo não pretende dissolver essa secular bifurcação, como ele mesmo admite: “a

distinção entre o sentido literal da sentença e o sentido metafórico ou irônico da enunciação permanece intacta” (1979, p. 133). Resta contudo saber *o que* exatamente se quer dizer por *sentido* ou *significado literal*.

A qualificação acima segundo a qual o significado literal estaria no nível da *sentença* é sugestiva.⁶² Parece que o que Searle está afirmando é que o verbo “cortar” em 1-5 está sendo usado em conformidade com o seu significado linguístico lexicalizado.

É curioso que o critério empregado por Searle para estabelecer a igualdade de significado literal entre 1-5 seja exatamente o mesmo critério de que Cappelen & Lepore (2005a) fazem uso para desqualificar os argumentos contextualistas que buscam estabelecer a influência do contexto sobre as condições de verdade. Segundo os autores, expressões *genuinamente* sensíveis ao contexto deveriam bloquear descrições coletivas como 11.

Se um predicado “V” é sensível ao contexto (i.e. se ele muda seu valor semântico de acordo com o contexto de uso), então não podemos, só com base em um conhecimento de que há um contexto em que “A faz V” é verdadeira e outro em que “B faz V” é verdadeira, inferir que há um contexto em que V pode ser usado para descrever o que A e B fizeram. Em resumo, do fato de que haja contextos em que “A faz V” e “V faz B” são verdadeiros, não se segue que o enunciado “Tanto A quanto B fazem V” seja verdadeiro em algum contexto. Isso é assim porque o valor semântico de “V” nesta última sentença é determinado por um contexto, e não temos garantia alguma de que esse valor semântico, seja lá qual for, capture [...] os valores semânticos de “V” naqueles contextos de enunciação em que eles foram usados isoladamente. (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 99)

Embora aparentemente confuso, o que Cappelen & Lepore estão a afirmar é precisamente que, sempre que pudermos construir uma redução de conjunção para um determinado predicado, teremos uma prova de que tal predicado não é sensível ao contexto. A redução da conjunção em 11 seria, para eles, a despeito das intenções de Searle, um argumento *contra* o contextualismo, pois estabelece que o verbo “cortar” tem o mesmo valor semântico em todos os contextos, já que tanto o bolo, quanto a pele, quanto a grama podem ser cortados *no mesmo sentido*.

Searle concordaria que o verbo cortar apresenta o mesmo valor semântico em todos esses contextos – é plausivelmente isso que ele quer afirmar quando diz que o verbo apresenta

⁶² Essa caracterização se repete em vários momentos na obra de Searle: “é crucial distinguir entre o que uma sentença significa, isto é, entre o significado literal, e o que um falante significa ao enunciar uma sentença.” (SEARLE, 1994, p. 645).

*o mesmo significado literal*⁶³ – mas ele não vê isso como uma ameaça ao contextualismo. Para ele o contextualismo envolve, precisamente, dizer que o mesmo conteúdo semântico pode determinar condições de verdade diferentes em contextos diversos. Parece que o que está em jogo aqui é uma confusão terminológica a respeito da relação entre o contextualismo e a semântica que precisa, de uma vez por todas, ser esclarecida.

Searle (1980) caracteriza a teoria semântica tradicional a partir da adesão a dois “axiomas” cujas origens ele localiza em Frege. O primeiro deles é o axioma da composicionalidade: “o significado literal de uma sentença é determinado inteiramente pelos significados das suas partes e pela maneira como elas estão combinadas sintaticamente na sentença” (p. 223). Esse primeiro axioma pressupõe que “a noção de significado literal de um enunciado é uma noção independente do contexto”, o que é, segundo a formulação de outros autores – como Katz (1981), a quem Searle não faz referência –, o mesmo que dizer que o significado literal é o significado que a sentença tem no “contexto nulo” ou no “contexto zero”. Já o segundo axioma é a ideia de que “o significado de uma sentença determina as condições de verdade dessa sentença” (p. 223).⁶⁴

O contextualismo, para Searle, é a afirmação de que a conjunção desses dois axiomas não pode ser verdadeira. Isso, no entanto, deixa em aberto para o contextualista escolher qual desses axiomas rejeitar: o primeiro, o segundo ou ambos. A conjunção de ambos será falsa em todos esses casos. Cappelen & Lepore e outros minimalistas parecem não conseguir conceber que esses dois axiomas podem ser legitimamente separados, pois eles partem do postulado terminológico de que o significado simplesmente é condições de verdade. Daí que eles interpretem, retroativamente, todo contextualismo como uma afirmação de que *o conteúdo semântico pode variar contextualmente*. Do fato de que o contextualista afirma uma variação contextual das condições de verdade eles deduzem, imediatamente, por conta de sua adesão *a priori* ao segundo axioma, que o contextualismo afirma a variação contextual do significado linguístico. Mas essa não é, necessariamente, a posição do contextualista, que pode, em vez de rejeitar o primeiro axioma, rejeitar apenas o segundo. É desse mesmo tipo de confusão que

⁶³ Searle fala explicitamente de “um mesmo conteúdo semântico” (1980, p. 226) presente em todas as ocorrências 1-5. Em Searle (2010a) há também a referência a um “mesmo conteúdo semântico [...] que no entanto recebe uma interpretação diversa em cada caso” (p. 325).

⁶⁴ É o que Recanati (2003) chama de *visão da determinação*. Uma teoria semântica para uma linguagem é, de acordo com essa teoria, simplesmente um sistema formal de que estabelece equivalências entre sentenças gramaticais e condições de verdade formuladas em uma metalinguagem qualquer. De acordo com essa visão não haveria nenhuma diferença essencial entre as línguas naturais e as linguagens formais (cf. RECANATI, 2004a, p. 84). A sensibilidade ao contexto seria algo meramente acessório, pois toda sentença sensível ao contexto poderia ser reformulada em termos de uma sentença eterna, cujas condições de verdade seriam dadas, de um modo independente do contexto, através das regras lexicais e composicionais da língua em questão.

surtem reações alarmistas a respeito de uma *intrusão* pragmática no conteúdo semântico, ou de uma *dissolução* das fronteiras entre semântica e pragmática.⁶⁵ Todas essas caracterizações do contextualismo decorrem de certa limitação interna à visão minimalista, e são, em consequência, excessivamente parciais. Em especial, tal retrato não se aplica a Searle, que confessa, explicitamente, que a tese que ele rejeita é a *segunda* e não a primeira: “[o] axioma, em resumo, que precisamos abandonar é aquele que diz que o significado literal de uma sentença determina um conjunto de condições de verdade.” (1980, p. 227) O abono à noção de significado literal independente de contexto fica claro no seguinte trecho:

[O] princípio da composicionalidade e a noção de significado literal são absolutamente essenciais para qualquer teoria coerente a respeito da linguagem. No entanto, embora necessários para uma teoria sobre a linguagem, vimos que eles não são suficientes. Precisamos, adicionalmente, postular um Background não-representacional. (SEARLE, 1992, p. 180)

O que Searle rejeita em seu contextualismo, portanto, é a ideia de que a composicionalidade e o significado sejam *suficientes* para explicar como extraímos condições de verdade de enunciados.

Insinua-se aí, como já fiz notar em momentos anteriores, uma ambiguidade perigosa dos termos “significado” e “semântica” entre: (i) um nível de representações linguísticas resultantes de um processo de decodificação presumivelmente modular e inconsciente – aquele que Carston (1991) chama de *semântica linguística* – e (ii) um nível possivelmente consciente de interpretações (isto é, de “proposições” ou “condições de verdade”, ao nível das sentenças, e de “sentidos” ou “conteúdos”, ao nível dos constituintes subsentenciais) – aquele que Carston (1991) chama de *semântica verocondicional*. Essa é, aliás, uma das “ambiguidades perigosas” citadas por Bach (2005) no apêndice de um interessante artigo sobre o contextualismo. Quase todos os contextualistas (e nisso se reúnem Searle, Recanati e os relevantistas) empregam o termo semântica de acordo com o sentido (i). Os minimalistas estão, em geral, pouco propensos a reparar nessa distinção, por conta da sua adesão incondicional à visão da determinação das condições de verdade pelo significado.

Uma exceção a essa tendência é Borg. A pesquisadora parece ter notado, ainda que com certo desconforto, esse uso alternativo do termo “semântica” e “significado” em conexão com a teoria da relevância:

⁶⁵ “Nenhum dos times da disputa está propondo apagar de vez a distinção entre semântica e pragmática. Ninguém está negando que haja uma noção coerente de significado da sentença para línguas naturais que possa ser estuada pelo semanticista formal.” (BEZUIDENHOUT, 2009, p. 64)

Um ponto que é importante notar a respeito da teoria da relevância de Sperber e Wilson é uso não-convencional (de um ponto de vista filosófico ao menos) do termo “semântica”. Eles restringem esse termo *apenas* ao *output* do processo de decodificação formal, a despeito do fato de que este item seja pouco semelhante àquilo que o semanticista formal prevê quando fala de “conteúdo semântico”. Isso porque, para os relevantistas, esse nível de representação é radicalmente incompleto e subdetermina aquilo que poderíamos pensar como o significado literal de uma ocorrência sentencial. (BORG, 2004, p. 43)

No final desse trecho ressurge, tacitamente, a alegação de que o contextualista advoga a variação contextual do significado literal (pois a “representação semântica”, por si, seria insuficiente para o alcançar). No entanto, contextualistas como Searle, Recanati e os relevantistas simplesmente igualam a representação semântica incompleta ao significado literal. O que varia contextualmente, para eles, são as *condições de verdade* ou as *proposições*. Para trabalhar com outras terminologias, elaboradas por autores que também perceberam essa distinção, podemos dizer que o contextualismo afirma a variação do *sentido* – o produto do “componente retórico” situacional – e não da *significação* – o produto do “componente linguístico” – (cf. DUCROT, 1987, p. 57); e que defende a dependência contextual do *significado do enunciado* – objeto da “pragmática semântica” –, e não do *significado da frase* – objeto da “semântica pura” – (cf. DASCAL, 2011, p. 72-76).⁶⁶

Esse uso supostamente “alternativo” do termo “semântico” para designar apenas o nível pré-proposicional de decodificação pode, ainda de acordo com Borg, dar a impressão de que não há nenhuma discordância entre contextualistas e minimalistas, o que é falso:

Esse uso do termo “semântico” para designar as formas lógicas incompletas pode obscurecer a área genuína de discordância entre o semanticista formal e o defensor da teoria da relevância, porque faz parecer [...] que o conteúdo semântico continua inalterado no quadro relevantista, isto é, que ele continua sendo o resultado de um processo de decodificação anterior à interpretação

⁶⁶ Correspondendo a cada um desses sentidos dos termos “significado” e “semântico” há duas compreensões da composicionalidade que são compatíveis com o quadro contextualista. Há uma composicionalidade no nível pragmático-verocondicional, que é a que vimos na seção anterior e que Jackendoff chama de *composicionalidade enriquecida*. Mas há também uma composicionalidade trivial no nível do significado puramente linguístico: “que a composicionalidade seja preservada nesse nível é talvez trivialmente verdadeiro. A representação semântica (a forma lógica) de uma sentença não pode senão se conformar ao princípio da composicionalidade, já que ela é exclusivamente o produto da semântica linguística de cada palavra e morfema que a compõe e das relações semânticas impostas pelas relações sintáticas da sentença, e nada mais. Isso é simplesmente um reflexo da modularidade do processamento linguístico.” (CARSTON, 2002, p. 72) Devemos, no entanto, ter em mente que, devido ao caráter *local* dos processos pragmáticos: “essa entidade ‘semântica’ pode não ser nunca mentalmente representada [...]. No momento em que a última palavra de um enunciado é processada, as partes anteriores da cadeia já podem estar afundadas no corpo pragmaticamente suprido de um pensamento plenamente proposicional” (*id, ibid*, p. 72).

pragmática. Todavia, se mantivermos claro que pelo termo “semântico” queremos falar [...] de um nível de conteúdo que é proposicional ou avaliável em termos de verdade e falsidade [...] então fica evidente que a teoria da relevância e a semântica formal *são* fundamentalmente opostas, já que os relevantistas afirmam que esse tipo de conteúdo não pode ser alcançado sem algum tipo de [...] processamento pragmático, enquanto que as teorias formais, obviamente, afirmam que esse nível de conteúdo é alcançado exclusivamente por meio da sensibilidade às características formais das expressões envolvidas [...]. (BORG, 2004, p. 44)

A opção minimalista por reservar o termo “semântico” às condições de verdade é, enquanto uma mera escolha terminológica, irreparável. Podemos chamar as coisas do que quisermos, desde que os outros nos compreendam e de que isso não cause nenhuma confusão. Uma opção para *não adotar* essa escolha é o fato de que ela obscurece a distinção importante entre o *significado da sentença* e a *proposição expressa pela sentença*. Retomemos o exemplo (5) do capítulo anterior:

(5) Eu sou brasileiro.

É transparente que, embora haja um significado constante comum a todos os proferimentos de (5), cada enunciação dessa sentença por um indivíduo diferente será a expressão de uma proposição distinta. O minimalista está dando um mesmo nome a essas duas coisas: tanto a proposição quanto o que há de constante a todas as ocorrências estão sendo chamados de *significado*.

Isso tampouco seria um grande problema se não provocasse algumas confusões a respeito da tese contextualista. Do fato de que o contextualista nega a existência de um significado₁ (*no sentido verocondicional*) livre de contribuições contextuais robustas, não podemos deduzir que ele nega a existência do significado₂ (*no sentido linguístico*). A negação das *proposições mínimas* (correspondentes ao significado₁) não envolve, necessariamente, uma negação do significado₂. O próprio Searle, em suas formulações iniciais da HB, parece ter sido enganado pela ambiguidade do termo “significado” quando formula seu contextualismo da seguinte maneira⁶⁷:

⁶⁷ As origens dessa confusão, como já observei, remontam à *Speech Acts*, onde Searle estabelece uma equivalência entre a *compreensão do significado* e o *conhecimento do significado*. Segundo ele as duas noções estão “muito intimamente conectadas” (SEARLE, 1969, p. 47). Saber *o quão* intimamente elas estão conectadas é o dilema que instaura os debates contextualismo X minimalismo. Em 1969 Searle parecia ver essa diferença como algo dispensável afinal de contas ele estabelecera uma equivalência entre ambas as noções – e é por isso

Quero desafiar [...] a visão segundo a qual o significado literal de uma sentença pode ser compreendido como o significado que ela tem independentemente de qualquer contexto. [...] A concepção que atacarei é algumas vezes expressa pela afirmação de que o significado literal de uma sentença é o significado que ela tem num “contexto zero” ou “contexto nulo”. (SEARLE, 1979, p. 117)

No seu primeiro artigo sobre o tema, Searle tende a falar do contextualismo como uma tese a respeito da relatividade do *significado literal* (SEARLE, 1979, p. 132). Mas mesmo aí, em muitos momentos, ele fala da relatividade da *aplicação* do significado literal.⁶⁸ Uma tese não é equivalente à outra, exceto sob a suposição de que o *a visão da determinação das condições de verdade pelo significado* é verdadeira. E é precisamente essa a tese que vai ser rejeitada a partir de Searle (1980).

Alguns comentaristas, no entanto, não perceberam essa dualidade e se deixaram confundir pelas afirmações ambíguas (ou até mesmo contraditórias) de Searle. É esta a fonte das principais incompreensões em relação à HB na literatura.

Katz (1981) interpreta a tese de Searle como uma tentativa de refutar “a visão segundo a qual as sentenças das línguas naturais têm um significado independentemente dos contextos sociais em que são proferidas” (KATZ, 1981, p. 203). Essa formulação padece da mesma ambiguidade da de Searle, pois tudo depende do que se quer dizer por “significado”. Logo adiante, Katz esclarece que ele está falando do significado em um sentido “que pode ser explicado gramaticalmente como uma função composicional dos significados das palavras que o compõe e da estrutura sintática” (*id, ibid*, p. 203). De acordo com ele, portanto, Searle estaria negando a existência do significado linguístico da sentença, o que já vimos ser falso. Baseando-se na equivalência “significado = condições de verdade”, ele sugere, como uma espécie de *reductio ad absurdum* da teoria de Searle, o exemplo de que certas sentenças “mudariam de significado [...] com o progresso tecnológico” (*id, ibid*, p. 222). Ora, esse mesmo argumento é usado por Searle para *rejeitar* a assimilação dos elementos do

que alguns o consideram, nessa fase da sua carreira, como minimalista. O que Searle dirá, de um modo confuso a partir de 1977, mas de maneira clara a partir de 1980, é que o *conhecimento do significado* não é de modo algum suficiente para nos dar a *compreensão do significado*. Precisamos postular um Background para dar conta dessa lacuna. Ele, contudo, continua usando o termo *semântica* para designar *condições de verdade* e *interpretação* nas suas formulações do argumento da sala chinesa, quando sublinha a distinção entre *sintaxe* e *semântica* (cf. SEARLE, 2004, p. 101).

⁶⁸ “A tese que venho propondo é que para um grande número de sentenças o falante [...] só consegue aplicar o significado literal da sentença diante de um Background de outras suposições.” (SEARLE, 1979, p. 134) Vale ressaltar que por *aplicação* Searle quer falar especificamente da conexão entre o significado e “as condições de verdade, os acarretamentos, a compreensão e uma série de outras noções” (*id, ibid*, p. 132).

Background ao significado literal. A suposição acerca da solidez dos objetos, por exemplo parece ajudar a determinar as condições de verdade das sentenças com o verbo cortar, pois nós geralmente interpretamos o objeto cortante como algo sólido, mas “se essa suposição fizesse parte do significado literal, a introdução de dispositivos de corte à *laser* teria ocasionado uma mudança no significado da palavra, e isso não ocorreu” (SEARLE, 1992, p. 183). Isso é mais um indício em favor da interpretação da HB segundo a qual Searle pretende *preservar* um nível de significação puramente linguístico e invariável, separado do nosso conhecimento de mundo.⁶⁹ Toda a longa e de resto cuidadosa “refutação” de Searle empreendida por Katz se assenta sobre a errônea atribuição de equivalência entre significado e condições de verdade. Mesmo diante de abundantes formulações que sugeriram uma leitura diversa, Katz se apegue à interpretação de Searle como alguém que nega o significado da sentença.

É digno de nota que Katz chega a resvalar na interpretação correta quando cita uma passagem em que Searle “concede que sentenças [...] podem ter um significado livre de contexto cuja *aplicação* requer certas suposições”, mas ele a dispensa explicando-a como uma suposta “fraseologia infeliz” (KATZ, 1981, p. 227), insinuando que Searle estivesse apenas se expressando mal. O mais provável é que só inicialmente – em Searle (1979) – o filósofo tenha encontrado dificuldades em manter separadas a rejeição do significado da sentença e a rejeição da visão da determinação das condições de verdade pelo significado, mas que tenha, por fim – a partir de Searle (1980) –, optado por adotar apenas esta última rejeição. Isso não o deixou imune a certos vestígios da posição anterior, em especial, a alegação de que sua tese milita contra a noção de “significado livre de contexto”. Para mim, são estas as verdadeiras “fraseologias infelizes”, e não aquelas em que Searle fala da *aplicação* de um significado literal livre de contexto.

Outro autor que parece ter se desorientado com a ambivalência no modo de expressão de Searle foi Dascal (2011). Bem como Katz, o filósofo brasileiro interpreta a HB como uma afirmação de que “não existe um ‘sentido literal’ que seja invariante contextualmente” (DASCAL, 2011, p. 68), isto é, como a negação da existência de um nível de significado da sentença livre de contexto (*id, ibid*, p. 74). O mais singular na argumentação de Dascal é que ele próprio propõe uma divisão tripartite dos níveis de significação que combina

⁶⁹ Logo, Searle pode, a despeito de suas próprias declarações, (cf. SEARLE, 1979, p. 134), preservar uma distinção rigorosa entre *conhecimento linguístico* e *conhecimento de mundo*, e, conseqüentemente, adotar uma concepção *modular* a respeito da competência linguística. A derivação dos significados linguísticos atende, segundo a sua HB, ao critério do encapsulamento informacional (v. Fodor (1980)).

perfeitamente bem com a exegese de Searle que estou aventando aqui. Dascal não pode ser acusado de não ter percebido a ambiguidade do termo “significado”, pois ele próprio busca a univocidade traçando uma distinção entre o “significado da sentença” e o “significado do enunciado”, ambos os quais seriam distintos ainda do “significado do falante”, que é plenamente pragmático. Ele chega a exibir, com ares de inovação teórica, precisamente aquilo que, segundo penso, é o núcleo mesmo da HB: “o significado da sentença não é mais responsável pela especificação completa das condições de verdade e de outros aspectos do significado do enunciado” (*id, ibid*, p. 74). O que é ainda mais espantoso é que ele admite que é justamente esse nível intermediário do significado do enunciado que está sujeito ao tipo de dependência no Background relatada por Searle: “não há necessidade de sobrecarregar a semântica ‘pura’ com a especificação do fundo ‘comum’ (*Background*) que, de qualquer modo, é *sempre* requisitado na determinação do significado do enunciado.” (*id, ibid*, p. 75)

Ora, Searle insiste, vez após vez, que os elementos do Background *não podem ser assimilados* ao significado ou ao conteúdo semântico (da sentença): “se tentássemos assimilar o Background ao conteúdo semântico da sentença, nunca saberíamos quando parar, porque cada conteúdo semântico que produzimos requereria mais do Background para sua interpretação.” (SEARLE, 1983, p. 148) Searle não está, portanto, propondo sobrecarregar a semântica “pura” com esses fatores contextuais. Muito pelo contrário: ele está dizendo que uma semântica assim configurada seria impossível. A proposta de Dascal resulta, assim, exatamente idêntica à de Searle.⁷⁰

Por fim, os últimos autores que gostaria de comentar aqui em conexão com a interpretação da HB como a negação do significado literal independente de contexto são Rajagopalan & Arrojo (1992). Desconcertados com o primeiro artigo de Searle sobre o tema, eles também incorrem no mesmo equívoco que acometera Katz e Dascal. Consoante a leitura dos linguistas brasileiros, “todos os exemplos discutidos por Searle levam exatamente à conclusão de que o significado se encontra inextricavelmente atrelado ao contexto em que é produzido e recebido” (RAJAGOPALAN; ARROJO, 1992, p. 119). Novamente, se o que os

⁷⁰A única diferença é que Dascal parece querer preservar uma relativa modularidade aos procedimentos que constituem o significado do enunciado – a “pragmática semântica” seria “subcomponente” do “módulo da língua” (DASCAL, 2011, p. 82). Searle não mobiliza, talvez por sua antipatia congênita aos modelos cognitivistas, o vocabulário modularista em sua argumentação, mas podemos, a partir das suas observações, ver como essa colocação de Dascal é incoerente. A constituição do significado do enunciado não é menos pragmática do que a derivação de implicaturas, pois ambas podem recorrer a um conjunto potencialmente infinito de informações contextuais de toda sorte. Para extrair as condições de verdade de *qualquer* sentença precisamos, segundo Searle, ter um acesso virtual a *todo* o Background. Por isso, a identificação das proposições é um processo tão pragmático, e, portanto, tão não não-modular quanto o cálculo das implicaturas.

autores querem dizer por significado aqui é o significado linguístico constante, essa interpretação é falsa.

Ao que parece, a interpretação de Rajagopalan & Arrojo segue precisamente essa orientação, pois eles veem, em Searle, uma pretensa rejeição à noção de “significado literal absoluto” (i.e., ao significado constante da sentença). De fato, o que venho argumentando aqui é que não há tal rejeição. O que Searle rejeita é, a rigor, a ideia de que as sentenças – com seus significados linguísticos estáveis – determinem condições de verdade independentemente do Background. Os linguistas brasileiros, aliás, fazem bem em notar como seria incoerente a acolhida mútua de uma teoria que nega a existência absoluta dos significados literais e da afirmação de que o significado literal tem um modo de existência relativo:

A noção tradicional de sentido literal, ou seja, do sentido primeiro da “letra”, da palavra, da sentença, somente pode ser proposta em oposição a um outro sentido, que seria indireto, secundário, variável segundo o contexto ou o intérprete. (RAJAGOPALAN; ARROJO, 1992, p. 119)

É precisamente a esse movimento incoerente que Searle (1979) precisou apelar enquanto ele ainda empregava ambigualmente os termos “significado” e “semântica”: “Não estou negando que as sentenças tenham significados literais. Os significados literais, embora relativos, continuam sendo significados literais.” (SEARLE, 1979, p. 132).

Rajagopalan & Arrojo percebem corretamente que

[a] proposta de [...] relativizar o sentido "literal" sem abrir mão dessa "literalidade", cria uma noção de significado que apresenta como única serventia teórica a preservação de um conceito tradicional embalado num invólucro supostamente "inovador". Afinal, de que nos serve a noção de sentido literal "relativo" se, por definição, o literal é exatamente o não-relativo, o estável, o invariável? (RAJAGOPALAN; ARROJO, 1992, p. 119).

O problema é que, como fica claro nas formulações mais recentes da HB, essa *não é* a verdadeira proposta de Searle. Sua verdadeira proposta é uma forma de contextualismo aos moldes da *visão do formato inadequado*, descrita por Recanati (2004a). Essa visão envolve a afirmação de que o significado literal constante *existe*, mas que ele não é suficiente para determinar o *sentido* de uma expressão, isto é, no caso de uma sentença declarativa completa, suas condições de verdade.

Talvez um dos motivos para esse constante desalinhamento, além das próprias declarações incoerentes de Searle, seja o fato de que ele, ao contrário de teóricos mais cuidadosos como Recanati e Sperber & Wilson, não esteja interessado em caracterizar com precisão o *significado linguístico*. Sua filosofia não tem à mão o vocabulário cognitivista de Sperber & Wilson (1995), por exemplo, que falam de *formas lógicas incompletas*, ou o zelo terminológico de Recanati (2010) que distingue entre o *significado de ocasião* e o *significado permanente*. Podemos, entretanto, depreender do seu próprio argumento que *não é o significado literal* (no sentido favorecido) que depende do Background, e sim sua *interpretação* em termos proposicionais ou verocondicionais. A redução da conjunção do exemplo 11 acima é apenas um dos argumentos para constatar que a *igualdade de significado* não implica *igualdade de conteúdo* (i.e., igualdade daquilo que as expressões contribuem para as condições de verdade dos enunciados em que se encontram).

3.6 RETOMANDO O ARGUMENTO

Dado o primeiro passo do argumento, que é a constatação de que as ocorrências do verbo “cortar” em 1-5 exibem um mesmo significado literal, Searle passa, efetivamente, à sua primeira proposição contextualista: “[o verbo] determina diferentes condições de verdade para cada sentença diferente.” (SEARLE, 1980, p. 222-223).

Temos em mãos um tipo peculiar de AMC que não se aplica inicialmente a uma sentença, mas a uma expressão. O ponto aqui é que a mesma expressão, com um mesmo significado literal, pode determinar diferentes conteúdos ou assumir diferentes *sentidos* de acordo com cada contexto.⁷¹ O fato de Searle selecionar o exemplo da variação contextual do conteúdo de uma expressão se coaduna bem com o postulado de que os ajustes dos sentidos incitados pelo contexto são *locais*, isto é, operam sobre cada expressão individualmente (o

⁷¹ Deve-se afastar aqui uma confusão terminológica relativamente comum. Não é correto dizer que “diferentes ocorrências (*tokens*) de um mesmo tipo (*type*) expressam diferentes *Sinne*” (LECLERC, 2009, p. 249). Essa não é uma formulação feliz do contextualismo ou, nos termos de Leclerc, do fenômeno da “plasticidade do sentido”. Segundo Searle, “é um erro categorial supor que a emissão de uma ocorrência e a ocorrência sejam idênticas, e é um erro (derivado do primeiro) supor que, nos casos em que o sentido do enunciado difere do significado da sentença, a ocorrência adquira um significado diferente do significado do tipo” (1979, p. 119). Para validar sua posição, Searle mostra que ocorrências e enunciados são individuados de modo distinto: podemos ter um mesmo enunciado sendo produzido com diferentes ocorrências (como no caso da publicação de uma declaração em um jornal) e uma mesma ocorrência sendo empregada para realizar diferentes enunciados (como no caso em que alguém usa uma mesma placa de “PARE” em várias ocasiões). Isso nos sugere que a distinção sentença/enunciado não é paralela à distinção tipo/ocorrência. Palavras dele: “todo enunciado de fato envolve a produção ou o uso de uma ocorrência, mas quando o sentido do enunciado difere do significado da sentença, a ocorrência não muda de sentido.” (SEARLE, 1979, p. 120)

que, como já vimos, é um requisito para preservar o caráter composicional da forma proposicional).

A fim de fundamentar a alegação de que o verbo “cortar” assume diferentes sentidos em cada contexto prototípico de proferimento das sentenças 1-5 Searle faz, bem como diagnosticaram Cappelen & Lepore, um apelo tácito (e, no seu caso, sem uma justificação em hipóteses cognitivas) à intuição dos falantes sobre a variação contextual:

Uma maneira de ver isso é imaginar o que constitui uma obediência à ordem de cortar alguma coisa. Se alguém me pede para cortar a grama e eu corro e esfaqueio-a com uma faca, ou se me falarem para cortar o bolo e eu passar por cima dele com um cortador de grama, em cada caso, eu terei falhado em obedecer à ordem. Não seriam essas as coisas que o falante quis dizer na sua enunciação literal e séria da sentença. (SEARLE, 1980, p. 223)

O importante a perceber nesses exemplos é que as diferentes *maneiras de cortar* penetram nas condições de verdade de cada um dos enunciados 1-5. Essa constatação não fora claramente percebida por Searle (1979), que alegava, sob o efeito da confusão da ambiguidade do termo ‘significado’, que não podemos tratar as suposições de Background como parte das condições de verdade da sentença. Seu exemplo na ocasião era a sentença “O gato está no tapete”. De acordo com o filósofo, não poderíamos tratar a suposição de que o gato e o tapete estão em um campo gravitacional como parte das condições de verdade do enunciado (SEARLE, 1979, p. 122-123). Ora, se esse enunciado for passível de ser considerado falso em um contexto devido ao não cumprimento dessa suposição, devemos sim argumentar que tal suposição entra nas condições de verdade, caso contrário, não teríamos como explicar essa diferença no valor de verdade atribuído. É exatamente isso o que ocorre com o exemplo do “cortar”, como Searle percebeu. Se a suposição de que cortamos a grama com um cortador de grama e não com uma faca não for cumprida em um contexto em que ela é prevista, a sentença será tida como falsa. Uma vez que Searle (1980) passou a distinguir claramente o significado do conteúdo verocondicional, ele não relutou em dizer, no caso do “cortar”, que as suposições de Background contribuem com as condições de verdade.⁷²

⁷² O mesmo tipo de raciocínio contextualista pode ser deduzido de Searle (1969) com base em sua crítica à análise Russell e de Searle (1979) a partir de sua discussão dos usos referenciais e atributivos das descrições definidas. Como se trata aqui de argumentos paralelos cujo alcance é menos claramente amplo, desenvolvê-los concisamente nesta nota de rodapé. Quanto ao primeiro caso, já o discuti no capítulo anterior na nota 22, e cabe só rememorar-lo aqui. Para Searle, a implicação de unicidade das descrições definidas não vem da semântica dessas construções, e sim da sua função pragmática de indicar, para um ouvinte, a intenção do falante de indetificar um objeto no mundo. Mesmo quando a expressão descritiva não é suficiente por si para identificar um único objeto, uma descrição “secundária” que determina tal objeto unicamente é “pressuposta” e ajuda na

Searle imagina três respostas possíveis a esse seu exemplo da parte de quem quisesse salvar a conjunção do axioma da composicionalidade com o axioma da determinação das condições de verdade pelo significado.

A primeira seria alegar, simplesmente, a ambiguidade do verbo “cortar”. Segundo ele, essa resposta não é boa, porque vemos claramente que os exemplos 1-5 compartilham um conteúdo semântico comum, e que são muito distintos dos casos genuínos de ambiguidade, como, por exemplo, a do substantivo “banco”. Embora seja “enganador” colocar as coisas desse modo, o que há em comum entre as ocorrências em 1-5, e que presumivelmente constitui parte do conteúdo puramente semântico de “cortar”, é a ideia de “separação física por meio da pressão de algum instrumento mais ou menos afiado” (SEARLE, 1980, p. 224). Em um vocabulário mais familiar aos linguistas, parece que na interpretação de todos os exemplos são preservados os elementos nucleares do *frame* CORTAR: um AGENTE que corta um ITEM em PEDAÇOS empregando um INSTRUMENTO. O fato de que podemos elaborar reduções de conjunção como 11 é um suporte adicional à hipótese da univocidade do verbo “cortar”. Poderíamos acrescentar à resposta de Searle a observação de Recanati (2004a) segundo a qual o que observamos nesses casos é muito mais uma *criação* ou *geração* de sentidos novos do que uma *seleção* de sentidos pré-existentes. Isso porque se o falante tivesse que armazenar, em entradas lexicais distintas, cada um dos sentidos possíveis que o verbo “cortar” pode assumir em diferentes contextos, estaríamos postulando um dicionário mental excessivamente extenso, psicologicamente oneroso e possivelmente impossível de ser aprendido. É esse, igualmente, o espírito que anima o Princípio da Navalha de Ockham Modificada de Grice (1989).

A segunda tréplica, tida por Searle como “engenhosa”, (*ibid*, p. 224) à conclusão contextualista, vem de uma sugestão do linguista Edward Keenan. De acordo com essa

determinação das condições de verdade. Se não admitíssemos que tal descrição secundária é o que entra nas condições de verdade, seríamos obrigados a considerar sentenças do tipo “A mesa está cheia de livros” como literalmente falsas, pois há mais de uma mesa no universo. Essa análise é uma variante notacional daquela em termos de *conceitos ad hoc* mencionada no capítulo anterior. Do mesmo modo, nos usos referenciais das descrições definidas, embora a expressão descritiva possa ser *falsa* a respeito do objeto referido, o enunciado em que ela ocorre pode ser verdadeiro porque a expressão descritiva literalmente falsa é *contextualmente enriquecida* em uma descrição verdadeira. Quando uma descrição é usada referencialmente é o “aspecto primário” pelo qual o objeto é *verdadeiramente* identificado que contribui com as condições de verdade da sentença, embora esse aspecto não seja explicitamente articulado na própria sentença. Temos aí uma genuína contribuição do contexto nas condições de verdade que não é ocasionada por nenhuma lacuna na sentença e por nenhum tipo de “ambiguidade” inerente à semântica das descrições. É o contexto que força o ajuste do sentido. (Vale, contudo, destacar que a analogia que Searle faz entre o “aspecto primário” das descrições e o “ato ilocucionário primário” realizado nos atos de fala indireto é falha, pois só naquele primeiro caso a interpretação contextual influi nas condições de verdade e na proposição. Os atos ilocucionários primários são simplesmente implicaturas, e, portanto, pós-proposicionais.)

sugestão, o significado lexical constante do predicado “cortar” seria uma função do tipo CORTAR COMO X cujo valor seria determinado a partir do argumento interno associado ao verbo em cada sentença – “grama”, “bolo”, “cabelo”, “tecido”, etc. O significado de cada expressão em si, de fato, não determinaria diretamente um conteúdo comum a todas as enunciações, mas, tomado no contexto da frase em que se encontra, esse conteúdo já estaria dado: não haveria nenhum tipo de subdeterminação semântica a partir nível intermediário da projeção do VP “Guilherme cortar a grama”, por exemplo (essa indeterminação estaria restrita ao nível mínimo, preenchido pelo próprio item lexical). Trata-se aqui de uma modalidade extremamente amenizada de contextualismo, que trabalha apenas com o contexto *linguístico* da frase, pois tal contexto linguístico seria suficiente para prover um argumento à função associada linguisticamente ao verbo “cortar”. Os sentidos do verbo “cortar” seriam apenas os valores possíveis dessa função. Na formulação de Recanati: “A contribuição semântica do verbo “cortar” não é diretamente o processo de cortar a grama, mas sim algo mais abstrato, a saber, uma função, que determina esse processo como valor para um dado argumento (a grama).” (RECANATI, 2010, p. 34)

Esse tipo de atuação contexto *linguístico* é chamada, pelo mesmo Recanati (2010), de *influência lateral*, pois consiste na contribuição de um item que está “ao lado” a um item que está sendo interpretado – nesse caso, um argumento interno que auxilia na interpretação do verbo que o subcategoriza. É curioso que esse tipo de *flexibilidade semântica* já era concedido por Searle (1969) às interpretações das expressões predicativas em conexão com os marcadores de força ilocucionária. Para ele, o marcador de força ilocucionária “ajustaria” o modo como os conceitos são predicados dos sujeitos das proposições. Dada uma proposição esquemática como “F (você^R sair^P)” em que os diferentes valores de F assinalam as diferentes forças ilocucionárias, Searle afirma que

o termo F opera no termo predicativo P determinado o modo pelo qual ele se relaciona ao objeto referido pelo termo referencial R: se a sentença for interrogativa, seu caráter interrogativo (seu F) determina que a força do enunciado é a de perguntar se o predicado P é verdadeiro do objeto referido pelo sujeito R. Se a sentença for imperativa, seu indicador de força ilocucionária imperativa F determina que o objeto referido pelo termo R deve fazer o ato especificado pelo termo P, e assim por diante (SEARLE, 1969, p. 122)

Isso nos mostra que mesmo o Searle de 1969 não aceitava plenamente aquilo que Cohen (1986) chamou de leitura “isolamentista” do princípio da composicionalidade⁷³, pois admitia que o processamento de uma expressão predicativa dependia de outros elementos do contexto linguístico, a saber, do indicador de força ilocucionária. Searle (1969) já era, ao menos nesse sentido consideravelmente “amortecido”, um contextualista.

No entanto, essa ideia de que o conteúdo de uma expressão mais simples pode ser herdado do conteúdo de outras expressões que ocorrem no mesmo discurso não é suficiente para lidar com os exemplos 1-5, porque, mesmo que mantenhamos o ambiente linguístico fixo, as condições de verdade atribuídas às ocorrências do verbo “cortar” podem variar. Se desejarmos continuar adotando uma análise funcional do predicado, devemos dizer que o domínio da função CORTAR COMO X não é determinado exclusivamente pelo contexto linguístico. O contexto em sentido mais amplo – o Background – pode se sobrepor à interpretação favorecida pelas outras expressões da frase e atribuir outros valores à variável X. Searle argumenta do seguinte modo:

É fácil imaginar circunstâncias em que o verbo “cortar” em “cortou a grama” teria a mesma interpretação que tem em “cortar o bolo”, mesmo que nenhum dos conteúdos semânticos das palavras fosse alterado. Suponhamos que eu e você administremos uma plantação de grama para vender faixas de grama a pessoas que desejam um gramado em pouco tempo. [...] Digamos que eu lhe peça “Corte meio acre de grama para esse cliente”; eu posso não lhe estar pedindo para *aparar* a grama, e sim para *fatiá-la* em tiras, do mesmo modo como você cortaria um bolo ou um pedaço de pão. [...] Ou, analogamente, suponhamos que nós administremos uma confeitaria onde, devido ao alto poder do fermento que usamos, os bolos cresçam incontrolavelmente rumo ao teto. Posso berrar para você “Continue cortando esses bolos”, não querendo dizer para você fatiá-los, mas sim para que você continue aparando seus topos. (SEARLE, 1980, p. 224-225)

“Cortar a grama”, em um dos exemplos acima, não significaria CORTAR COMO GRAMA, como sugeriria a análise em termos de influência lateral. Isso nos prova que a variável da função CORTAR COMO X não precisa ser determinada pelo objeto linguístico do verbo ou

⁷³ “De acordo com a teoria isolamentista, o significado de qualquer palavra que ocorre em uma sentença em particular estaria isolado contra a interferência dos significados das outras expressões da mesma sentença. Nessa visão, a composição [semântica] de uma sentença se assemelha à construção de uma parede a partir de tijolos de formatos diferentes. O resultado dependeria das propriedades das partes e do padrão pelo qual elas são combinadas. Mas, do mesmo modo como cada tijolo tem exatamente o mesmo formato em qualquer parede onde for colocado, cada sentido concencional de uma palavra ou frase seria exatamente o mesmo em cada sentença [...] em que ocorre.” (COHEN, 1986, p. 223) O oposto da teoria isolamentista é dado pela teoria *interacionista* segundo a qual “em algumas sentenças de algumas línguas o sentido de uma palavra em uma sentença pode ser determinado, em parte, pelo contexto verbal da palavra nessa sentença” (*id, ibid*, p. 223). A metáfora usada aqui é a de uma parede construída a partir de sacos de terra, cujos formatos se “ajustariam” (embora não com total maleabilidade) ao local onde eles se situam.

por qualquer outro item da sentença. O modo de cortar é determinado pelo Background, isto é, por tudo aquilo que sabemos na situação em que estamos proferindo o enunciado. Note-se que uma mesma frase com um mesmo conteúdo semântico, p. ex. “Guilherme cortou a grama”, pode ser verdadeira em um contexto como o da plantação de grama, e falsa em um contexto mais habitual, como o da avaliação dos serviços de um jardineiro. Temos aí um típico AMC construído com base em um *par contrastante*.

Por fim, a terceira resposta que Searle imagina para sua análise contextualista dos exemplos 1-5 é a alegação de que há uma espécie de *vagueza* inerente ao verbo “cortar” e a outras expressões semelhantes. Como é essa a resposta que está, a meu ver, associada ao CP de Recanati e dos relevantistas, creio que a devemos examinar (e avaliar criticamente) com mais vagar em uma seção separada.

3.7 CONTRA O CONTEXTUALISMO MODERADO

De acordo com essa terceira resposta, o predicado “cortar” estaria convencionalmente associado a um sentido, mas esse sentido seria excessivamente vago e esquemático para corresponder aos conteúdos que os falantes usualmente desejariam empregar. Searle formula essa alternativa do seguinte modo:

[O] verbo “cortar” é vago, e os contextos [...] das sentenças 1-5 possibilitam ao ouvinte inferir o que o falante quis dizer, ainda que o significado do falante não tenha sido precisamente expressado pelo significado literal da sentença proferida. (SEARLE, 1980, p. 225)

Uma evidência adicional em favor disso é que, para muitos dos exemplos, há verbos mais precisos que codificariam com mais exatidão o que o falante quis dizer. Searle cita os seguintes: aparar, apunhalar, fatiar e segar. O significado linguístico seria, pois, suficiente em si mesmo para atingir um nível plenamente proposicional, mas essa proposição mínima (no caso, algo como “Guilherme efetuou uma separação na grama utilizando um instrumento mais ou menos afiado”), resultado do processamento puramente linguístico, não corresponderia ao significado pretendido pelo falante (algo como “Guilherme aparou a grama”). Nas palavras de Searle: “De acordo com essa explicação, os exemplos seriam casos usuais da diferença entre significados da sentença menos precisos e significados dos enunciados dos falantes mais precisos.” (*ibid*, p. 225)

Convém perceber aqui que, se interpretarmos a expressão “significado do enunciado do falante” como equivalente às condições de verdade, à proposição ou à forma proposicional⁷⁴, essa alternativa mencionada por Searle se converte na *visão da opcionalidade forte* (também chamada de “quase-contextualismo”) defendida por Recanati (2010) e descrita por mim no capítulo anterior. Ao contrário do que ocorrera com as outras duas objeções, Searle se mostra, de certo modo, abalado em face da força de persuasão dessa resposta. O autor confessa: “Essa explicação apresenta um alto grau de plausibilidade, e mesmo alguma verdade, mas eu não estou completamente satisfeito com ela por alguns motivos.” (*id, ibid*, p. 225)

São esses os motivos que deverão sinalizar, definitivamente, as diferenças entre o filósofo de Berkeley e os defensores do CP. Searle (1980) elenca três objeções a essa visão. Complementarei essas três com mais uma, extraída dos breves comentários de Searle (1992; 1995) acerca da literatura contextualista e do seu argumento sobre a impossibilidade de assimilar o Background à semântica. Passemos, pois, enumeradamente, às objeções de Searle à alternativa da vagueza (que doravante chamarei de *contextualismo moderado*).

1º As sentenças 1-5 simplesmente *não determinam condições de verdade* sem o amparo de um Background, isto é, os ajustes contextuais simplesmente *não são opcionais*. Uma maneira de ver isso é imaginar ocorrências do verbo “cortar” em frases para as quais não temos práticas ou conhecimentos de Background previamente consolidados. Contemplemos os exemplos:

12. Maria cortou a areia.
13. Marcelo cortou o sol.
14. Guilherme cortou a montanha.

É este o ponto do argumento de Searle em que se infiltra uma alegação de incompletude (um AI, segundo os termos de Cappelen & Lepore). A estratégia aqui consiste em imaginar uma

⁷⁴ Devido à aplicação ambígua da distinção entre “significado da sentença” e “significado do enunciado” (ou do falante) na obra de Searle, reparada por Recanati (2003), há uma outra possibilidade hermenêutica neste ponto. Essa segunda alternativa pode estar propondo a uma análise dos acréscimos contextuais como *implicaturas*, aos moldes de minimalistas como Grice e Borg. Acho implausível que Searle esteja empregando aqui o termo “significado do enunciado” nesse sentido de sentido “indireto” ou “derivado” – isto é, com a intenção de negar que tais acréscimos façam parte das condições de verdade dos enunciados.

série de sentenças que, do ponto de vista gramatical, são impecáveis⁷⁵, mas que não determinam nenhuma proposição: “embora eu compreenda as palavras, eu não compreendo as sentenças. Eu não sei que condições de verdade são determinadas por esses exemplos.” (SEARLE, 1980, p. 225). Novamente, aqui, o fundamento pretendido para tal afirmação é a intuição: “se alguém me pedisse para cortar a areia, eu não saberia o que fazer” (*id, ibid*, p. 226). É claro que poderíamos inventar Backgrounds diante dos quais cada uma dessas sentenças faça sentido – mas o importante é perceber que elas *só fariam sentido diante de um Background*:

Suponha-se que nós chefiemos uma equipe de construção de estradas e estamos construindo estradas interestaduais. Temos duas maneiras de lidar com as montanhas: ou as aplainamos, ou as cortamos bem no meio. Assim, se digo ao meu funcionário “Vá cortar aquela montanha”, ele cortará uma estrada bem no meio dela. (SEARLE, 2010a, p. 327-328)

Ainda neste ponto, Searle antecipa, de maneira sintética, a resposta de Recanati (2004a) a uma objeção davidsoniana quando afirma que “não ajudaria em nada imaginar que eu tenho uma série de axiomas a partir dos quais eu poderia deduzir, e.g., ‘Maria cortou o sol’ é verdadeira sse Maria cortou o sol, porque eu ainda não sei o que é cortar o sol” (SEARLE, 1980, p. 225)

Pode ser uma tentação, por parte dos minimalistas, afirmar que as condições de verdade de sentenças como 11-13 são dadas simplesmente pelo mecanismo do desapeamento, na forma de um bicondicional tarskiano. Para Recanati, tal estratégia implicaria “um enfraquecimento inaceitável da noção de condição de verdade”, porque “a ideia central da semântica verocondicional [...] é a ideia de que, através da verdade, conectamos as palavras ao mundo” (RECANATI, 2004a, p. 92-93). Isso significa que só sabemos, verdadeiramente, as condições de verdade de uma sentença se soubermos que tipo de fato constituiria um *fazedor de verdade (truth-maker)* para ela, i.e., se soubermos “repartir os mundos possíveis entre aqueles em que as condições relevantes são satisfeitas e aqueles em

⁷⁵ Katz (1981) objetou dizendo que ao menos algumas dessas sentenças – como é o caso de 12 – não são gramaticalmente impecáveis, pois apresentam violações explícitas de restrições de s-seleção: “Uma sentença como ‘Marcelo cortou o sol’ é semanticamente anômala porque há uma restrição seletional no objeto de ‘cortar’ que requer que tal entidade seja sólida.” (KATZ, 1981, p. 224). Searle não oferece uma resposta explícita a isso, mas posso deduzir uma réplica nos seguintes termos: é extremamente enganoso considerar essa anomalia como algo *semântico*, pois isso tornaria a semântica largamente dependente de fatores extralinguísticos como a nossa teoria ingênua sobre como o mundo funciona, as leis da natureza e as descobertas científicas. É mais conveniente relegar tais dependências (e as anomalias que seguem de suas violações) à pragmática, que já dispõe, indiscutivelmente, de um acesso a todos esses tipos de informação.

que elas não são” (*id, ibid*, p. 91). Se o conhecimento das condições de verdade não implicasse tal capacidade de identificação e fosse apenas dado por sentenças-T, então o conhecimento das condições de verdade não implicaria sequer o conhecimento do significado, como ilustra o seguinte exemplo de Wiggins (*apud* Recanati (2004a, p. 93)):

(T) “Estavam mimsicais as pintalouvas” é verdadeira sse estavam mimsicais as pintalouvas.

Essas considerações motivam uma visão segundo a qual as proposições mínimas e as condições de verdade liberais (dadas por sentenças como (T)) simplesmente não existem, pois alguma forma de contribuição de Background é *sempre* necessária. Trata-se, essencialmente, da variedade de contextualismo que chamei de *visão do formato inadequado*. É neste momento do argumento que Searle revela com clareza sua filiação a essa vertente.

Os exemplos 11-13 nos mostram (ao contrário do que prevê a visão da opcionalidade) que a composicionalidade não devolve *jamaiz* um produto minimamente proposicional se for alimentada exclusivamente com os significados linguísticos, ainda que estes estejam bem organizados sintaticamente.

Essa objeção levanta uma série de dúvidas: se as condições de verdade liberais não são condições de verdade genuínas, *o que são* condições de verdade genuínas? Não parece que *quaisquer* condições de verdade que sejamos capazes de imaginar poderiam estar sujeitas a alegações de incompletude? Se as proposições mínimas não existem, como são as proposições de fato existentes? Que tipo de coisa são os conteúdos comunicados pelos enunciados?

Prosseguirei a investigação dessas indagações nas considerações sobre a quarta objeção de Searle.

2º A segunda objeção de Searle é simplesmente dizer que, se a visão da opcionalidade estivesse correta, “várias formas de incompreensões seriam literalmente interpretações corretas da sentença” (SEARLE, 1980, p. 226). O exemplo citado é a o de um jardineiro, que, tendo assinado um contrato para cortar a grama de alguém semanalmente, chega ao jardim e começa a esfaquear a grama com uma faca, ou a fazer incisões nela com as unhas. A intuição nos impele a dizer aí que o jardineiro *desobedeceu* o contrato: que ele *não o interpretou* corretamente.

Penso, entretanto, que essa objeção derive de um mal entendido, da parte de Searle, a respeito da posição que ele está criticando. Em particular, Searle está supondo que um defensor da opcionalidade *teria* que dizer que tais incompreensões seriam interpretações

corretas, porque elas estariam de acordo com o significado literal da sentença e com a proposição mínima que ele determina. Essa suposição é falsa. Defensores da visão da opcionalidade não precisam definir o termo *interpretação* como *derivação da proposição mínima codificada pela sentença*. A interpretação pode ser definida, exatamente como o é para Searle, como a descoberta da forma proposicional *correta* (aquela que é pretendida pelo falante). Nessa versão da opcionalidade, ainda que o jardineiro que esfaqueia a grama não estivesse em desacordo com o significado linguístico do contrato, ele o estaria desobedecendo, isto é, o interpretando mal, pois a interpretação não consistiria em tomar tudo pelo seu sentido mínimo, e sim pelo seu sentido ajustado ao contexto.

3º A terceira objeção apela à uma impressão de *implausibilidade psicológica* inerente à visão da opcionalidade do contexto. Nas palavras de Searle:

[P]arece muito implausível supor que, ao compreender 1-5, partimos, por um processo de inferência inconsciente, de um significado literal comum do verbo “cortar” rumo a diferentes significados do falante, em analogia com os processos pelos quais compreendemos enunciados irônicos ou atos de fala indiretos. (SEARLE, 1980, p. 226)

Novamente aqui, a meu ver, Searle está imputando à visão da opcionalidade certos preceitos que ela não precisa endossar. Searle parece estar supondo aqui que toda contribuição opcional do contexto tem de ser uma inferência, ou até mesmo uma implicatura – haja vista que os únicos exemplos que ele cita (enunciados irônicos e atos de fala indiretos) são, precisamente, casos em que implicaturas são acionadas. Essa é, curiosamente, uma das suposições comumente associadas ao *princípio minimalista*. Isso nos leva a pensar que contextualistas ao molde de Searle não rejeitam, realmente, o princípio minimalista e o princípio do direcionamento linguístico, pois eles não negam que só tenhamos efeitos pragmáticos na proposição quando isso é *absolutamente necessário*. Eles só asseveram, contra os minimalistas mais conservadores (que buscam “minimizar” o âmbito de influência do contexto) que tais efeitos são *sempre* necessários. *Toda* sentença possuiria uma lacuna conceitual ou semântica, e é por isso que o Background se faz sempre indispensável.

O teórico da opcionalidade, por outro lado, não é obrigado a tratar os enriquecimentos contextuais como *inferências* – aliás, já vimos, a partir do exemplo de Recanati, como isso pode ser feito. E mesmo para aqueles que adotam o termo “inferência” para descrever o processo de enriquecimento, como os relevantistas, o sentido pretendido por trás dessa opção terminológica é muito mais amplo. O emprego do termo “inferência”, no sentido usado por

Sperber & Wilson e pelos cientistas cognitivos em geral, não implica a disponibilidade à consciência ou o caráter voluntário da passagem de uma representação conceitual a outra (cf. RECANATI, 2004a, p. 41).

Seria, como bem percebe Searle, realmente artificial afirmar que a atuação do Background é inferencial no sentido usual da palavra “inferência” (i.e. no sentido de que estamos conscientes tanto do *input* e *output*, quanto de que há uma conexão inferencial entre eles). Essa mesma observação é feita por Recanati contra a redução da modulação ao fenômeno das implicaturas. Mas essa objeção simplesmente não se aplica aos defensores do CP porque, ou eles não falam de “inferências”, ou, quando falam, dão a essa palavra um sentido técnico que a torna compatível com o fenômeno em questão. Os opcionalistas concordariam com a afirmação de que “nosso entendimento imediato, normal e instantâneo de um enunciado é sempre possível apenas relativamente a um Background” (SEARLE, 1992, p. 192).

Outro problema aqui, associado ao primeiro, é a presunção de que afirmar a *existência* de proposições mínimas implica afirmar sua *realidade psicológica*. Do fato de que o teórico da opcionalidade afirma que 1-5 codificam proposições mínimas independentemente do Background não se segue que ele tenha que afirmar que tais proposições sejam efetivamente computadas no processo real de interpretação dos enunciados. Já vimos, também no capítulo anterior, exemplos concretos de contextualistas que afirmam o contrário disso.⁷⁶ Nas palavras de Recanati:

[A] proposição mínima não tem nenhuma realidade psicológica. Ela não corresponde a nenhum estágio no processo de compreensão de um enunciado, e ela não precisa ser contemplada ou representada em nenhum momento desse processo. (RECANATI, 2001, p. 89)

4º A quarta e última objeção que eu gostaria de trazer à baila diz respeito à superficialidade que Searle (1992; 1995) atribui aos tipos de influências contextuais mencionadas por teóricos do opcionalismo como Recanati e Carston. Em *The Rediscovery of Mind* (MIT Press, 1992), Searle toma nota, pela primeira vez, dos debates acerca do contextualismo em pragmática, que vinham ocorrendo desde o final dos anos 1980.⁷⁷ Sua avaliação dessas pesquisas, embora positiva, repara que “[os contextualistas] apenas tocam a superfície do problema” (SEARLE, 1992, p. 181). Além de não considerarem a suposta

⁷⁶ Os contextualistas mais moderados só lançam contra o minimalismo aquilo que Cappelen & Lepore (2005a) chamam de *objeção psicológica*, e não aquilo que eles chamam de *objeção metafísica*.

⁷⁷ Ele cita nominalmente os artigos seminais de Recanati (1991) e Carston (1991), ambos compilados no *reader* editado por Steven Davis.

dependência contextual das formas de intencionalidade não-linguística, tais pesquisadores não teriam percebido a *profundidade* da influência do Background, ou, em suas palavras, *radicalidade* da insuficiência do significado para a determinação da proposição:

A sugestão [dos contextualistas], que está certamente correta, é a de que o significado da sentença [...] subdetermina o que o falante diz ao enunciar a sentença. Agora, a alegação que eu estou fazendo é a seguinte: o significado da sentença subdetermina *radicalmente* o conteúdo do que é dito. (*id, ibid*, p. 181)

Searle retoma, então, para ilustrar essa diferença, dois dos exemplos contextualistas clássicos que discuti no capítulo anterior:

(1) *I've had breakfast.* (Eu já tomei café da manhã)⁷⁸

(4) Maria deu a chave para João e ele abriu a porta.

Embora a restrição temporal que inclui o evento de comer no dia da enunciação de (1) realmente seja uma influência contextual não articulada na sentença, Searle percebe ela está longe de ser a única. O filósofo de Berkeley percebe, igualmente, que nada na estrutura semântica dessa sentença nos impede a interpretar o significado do verbo “*to have*” em analogia com como o interpretamos na sentença “*I've had twins*” (“Eu tive gêmeos”), como se o falante tivesse parido o café da manhã. Isto é, em um contexto em que as leis da natureza funcionassem de forma distinta, (1) poderia ser usada para expressar essa ideia extravagante, bem como a sentença sobre os gêmeos poderia ser interpretada como um relato de que o falante *comeu* os gêmeos como comeríamos o café da manhã. Os sentidos distintos de “*have*” nesses contextos, que são reflexos de aspectos profundos do nosso Background cultural e biológico, entram efetivamente nas condições de verdade dos enunciados, do mesmo modo como a limitação temporal.

Do mesmo modo, na proposição expressa por (4) entram, além da conotação temporal da conjunção e da provisão do instrumento para a ação de abrir a porta, todos os nossos pressupostos biológicos e culturais sobre como portas devem e podem ser abertas. Esses pressupostos, bem como os enriquecimentos geralmente reconhecidos, também não estão previstos no significado da sentença:

⁷⁸ Cito aqui o original em inglês porque Searle explora precisamente a interpretação do verbo “*to have*” (ter) que não aparece na construção em português.

Não há absolutamente nada no conteúdo semântico literal da sentença que bloqueie a seguinte interpretação “João abriu a porta demolindo-a com uma chave de seis metros de altura e 90 quilos.” Nada também que bloqueie a interpretação “João abriu a porta engolindo a chave e a porta, e encaixando a chave na fechadura por meio dos movimentos peristálticos do seu intestino.” (SEARLE, 1992, p. 182)

O que parece estar na base do que Searle diz é que figuras como Carston e Recanati (defensores do CP) não estão percebendo a radicalidade a que o raciocínio contextualista necessariamente conduz. Eles não estão percebendo *a potência* que as estratégias contextualistas têm para *alargar* a distância entre o significado da sentença e as condições de verdade. Essa distância não envolve apenas a provisão de contribuições pontuais, como adjuntos instrumentais, restrições temporais e desenvolvimentos de conceitos *ad hoc*. Parece que toda a nossa maneira de ser e de estar no mundo contribui com a interpretação precisa de cada sentença. Os contextualistas mais comportados dão a entender que a lacuna entre o módulo linguístico e a interpretação pode ser *muito facilmente* preenchida, enquanto que, para Searle, esse preenchimento parece sempre inesgotável.

A acusação de Searle à excessiva “amenidade” das formas moderadas de contextualismo pode ser tida como paralela àquela de Cappelen & Lepore:

[Os argumentos contextualistas] envolvem uma *atividade imaginativa complexa*. Eles exigem a elaboração de cenários interessantes, a tentativa de tornar esses cenários vívidos (para você mesmo e para sua audiência), e, de algum modo, uma empatia, no sentido mais literal, com os participantes desses cenários imaginados. Os argumentos contextualistas requerem, em suma, que você se coloque imaginativamente no lugar de um participante desses cenários alternativos. Isso nos leva à seguinte formulação: *os contextualistas moderados são contextualistas radicais sem imaginação*. (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 40)

Qualquer um que se debruce sobre a literatura contextualista reparará em uma diferença sensível entre os argumentos Carston, Sperber & Wilson e Recanati, de um lado, e os de Searle, de outro. Os argumentos dos primeiros parecem ter muito mais “os pés no chão”, e as contribuições contextuais por eles alegadas parecem ser muito mais modestas e restritas. Em contraste, no caso de Searle, os argumentos muitas vezes envolvem cenários surreais, e contribuições proposicionais aparentemente esdrúxulas.⁷⁹

⁷⁹ Essa diferença foi percebida por Carston (2002, p. 66), que buscou justificar, através de postulados relevantistas, sua versão mais “branda” do contextualismo, dizendo que nem todas as informações que Searle alega que entram nas condições de verdade são *relevantes* nos contextos normais.

Todavia, essa diferença é causada apenas por uma falta de imaginação dos contextualistas mais moderados, dado que, como vimos, a estrutura de seus argumentos é idêntica aos de Searle: ambos trabalham apenas AIs e AMCs. Alguém que aceita como válidos os AMCs de Recanati não pode coerentemente rejeitar os AMCs de Searle. Alguém que se convence pelos AIs de Sperber & Wilson teria que se convencer também pelos AIs do filósofo norte-americano. Em suma, não há nada que autorize um contextualista que dispõe de AIs e AMCs a permanecer nesse meio termo “moderado” entre o minimalismo e o contextualismo radical de Searle.⁸⁰ A constatação de que “qualquer argumento em prol do contextualismo moderado desliza inevitavelmente em um argumento em prol do contextualismo radical.” (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 14) é uma das teses centrais do livro *Insensitive Semantics* (2005, Blackwell) de Cappelen & Lepore. Palavras deles:

O contextualismo moderado (CM) não é uma posição estável. Um contextualista moderado consistente (e suficientemente imaginativo) deve endossar o contextualismo radical (CR). O tipo de evidência que sustenta o CM conduz diretamente ao CR. Os tipos de argumentos empregados para estabelecer o CM levam imediatamente ao CR. Alguém que se inicia nos itinerários contextualistas mas que deseja parar antes do CR só o pode fazer arbitrariamente. Essa arbitrariedade [...] é uma forma de inconsistência. (CAPPELEN; LEPORE, 2005a, p. 39)

Acompanhemos, a partir do exemplo (4), como as considerações do contextualismo moderado (e da visão da opcionalidade) conduzem naturalmente ao contextualismo radical de Searle. O raciocínio que desenvolveremos aqui é exercitado por Searle (1979; 1980; 1983; 1992) quando ele disserta sobre a impossibilidade de assimilar os elementos do Background à semântica, e também por Cappelen & Lepore (2005a; 2005b) quando eles ilustram a instabilidade do contextualismo moderado.

Quando contextualistas moderados *descrevem* as condições de verdade ou as interpretações das sentenças para contrastá-las com seu significado linguístico, eles sempre o fazem, obviamente, com outras sentenças. Resgatemos do longínquo capítulo anterior a seguinte enunciação das supostas condições de verdade de (4):

(4*) Maria deu a chave para João e [*depois*]_a, [*João*]_b abriu a porta [*com a chave*]_c.

⁸⁰ É necessário sublinhar aqui que essa acusação só se aplica, verdadeiramente, aos contextualistas que empregam esses *dois* tipos de argumentos.

Ora, o contextualista moderado, por ser um defensor da visão da opcionalidade, não tem problemas em dizer que *algumas* sentenças podem codificar perfeitamente suas condições de verdade. Aparentemente (4*) é uma dessas sentenças, afinal de contas, ela é a descrição que os contextualistas moderados usualmente dão da proposição expressa por (4).

Acontece, no entanto, que podemos construir, para (4*), os mesmos tipos de AIs e AMCs que o próprio contextualista moderado usou para estabelecer que (4) era sensível ao contexto. Sabemos, pelo AI dado por Searle (1992), que essa sentença não afirma, em seu conteúdo semântico, que João abriu a porta *inserindo a chave na fechadura*. Esse elemento das condições de verdade desse enunciado também parece ser algo que o Background contribuiu à interpretação. Pelo jeito, então, (4*) não codificava perfeitamente aquilo que o falante queria dizer por (4) no contexto usual. Acrescentemos, então, essa informação que faltava em (4**):

(4**) Maria deu a chave para João e [*depois*]_a, [*João*]_b abriu a porta [*com a chave*]_c[*inserindo-a na fechadura*]_d.

Será que (4**) finalmente captura as condições de verdade mais comumente associadas à uma enunciação de (4)? Sabemos, novamente pelo AI de Searle (1992), que não. (4**) não diz nada sobre a *maneira* como João inseriu a chave na fechadura. E nenhuma porta pode ser aberta senão por uma *maneira particular*. Parece que (4**) é, portanto, semanticamente incompleta, e é por isso que as condições de verdade da sentença (4**) podem variar contextualmente – i.e. podemos construir AMCs mostrando que (4**) é verdadeira em alguns contextos e falsa em outros: (4**) poderia ser verdadeira em um contexto em que João abriu a porta com os movimentos peristálticos do seu intestino e falsa em um contexto mais “normal”. Devemos, pois, concluir que (4**) não captura plenamente as condições de verdade que geralmente pretenderíamos veicular ao enunciar (4). Talvez o que quiséssemos expressar esteja dado, finalmente, por (4***):

(4***) Maria deu a chave para João e [*depois*]_a, [*João*]_b abriu a porta [*com a chave*]_c[*inserindo-a na fechadura*]_d[*enquanto ambos, porta e fechadura, estavam fora dos limites do seu corpo*]_e.

Qualquer leitor imaginativo poderá, investindo nessa toada, multiplicar alegações de incompletude e de mudança de contexto para (4***) (poderá dizer, por exemplo, que essa sentença poderia ser verdadeira na situação em que João deslaca a porta com os dentes, ou na situação em que João abriu a porta 70 anos depois de Maria ter lhe dado a chave). O fato que se torna evidente a partir desse exemplo é que *nenhuma sentença* parece codificar o tipo de condições de verdade exigido pelos contextualistas. Por isso, segundo a própria compreensão contextualista do que as condições de verdade e as proposições *devem ser*, a visão da opcionalidade não se sustenta. Esta visão afirma, precisamente, serem possíveis casos em que uma sentença codifica totalmente as condições de verdade que ela comunica. O exemplo em torno de (4) nos mostra que isso é ilusório, pois: (i) “de acordo coma maneira mais natural de compreender a ‘completude’, toda *especificação* de condições está aberta a uma alegação de incompletude (haverá sempre uma questão do tipo “S poderia verdadeira se...”)” (CAPPELEN; LEPORE, 2005b, p. 58), e (ii) toda sentença especificando de condições de verdade é, em si mesma, sujeita a alegações de variação contextual.

É isto que Searle quer dizer quando ele afirma que não podemos colocar o Background na semântica das sentenças (SEARLE, 1980, p. 228). Tentar “precisificar” nossa fala, aos moldes de como fizemos com (4), é se deixar enganar pela ilusão de que a codificação semântica completa é possível. A semântica das sentenças não chega jamais ao nível das proposições ou condições de verdade que atribuímos aos enunciados.

Essa conclusão, no entanto, nos deveria deixar um pouco desconfortáveis. O que o contextualista quer dizer por condições de verdade se revela como algo misterioso e fugidio. Fica, na verdade, extremamente difícil de imaginar *que tipo de coisa* poderia satisfazer a exigência rigorosa de completude e de invariação contextual que o contextualista parece estar impondo às condições de verdade e às proposições. Certamente não é o tipo de coisa que pode ser ilustrada por uma sentença-T como:

(A) “A neve é branca” sse a neve é branca.

Isso porque o lado direito do bicondicional, sendo ele próprio uma sentença, não codifica uma proposição completa. Seria somente essa sentença *interpretada diante de um Background* que disporia de condições de verdade definidas. Mas aí todo o propósito de falar em bicondicionais tarskianos como ilustrações das condições de verdade cairia por terra, porque

um dos objetivos de tais “traduções” é precisamente a eliminação das dependências contextuais.

Não me desejo alongar muito nessas divagações metafísicas acerca das proposições e das condições de verdade. Só quero chamar atenção ao fato de que, seja lá o que for, o conteúdo dos enunciados, segundo o contextualista, é algo extremamente bizarro.

Parece que o que acontece é que o contextualista está exigindo das proposições e das condições de verdade um *nível de detalhamento* e de *determinação* só atingível pelos fatos concretos do mundo. O contextualista parece concluir, a partir do uso de AMCs, que todas as condições que podem ser satisfeitas por mais de uma situação não são condições de verdade genuínas. Mas *nenhuma* condição de verdade (em especial, nenhuma condição de verdade representável por mentes limitadas como as nossas) poderia cumprir com essa exigência. Nas palavras de Borg:

Nenhuma proposição (contingente) apreensível pela mente humana poderia ser *maximamente* específica sobre o mundo, logo, toda proposição permite algum suprimento de condições mais específicas. A ideia de que as condições de verdade liberais falham em ser condições de verdade genuínas porque elas não ligam o mundo a um estado de coisas totalmente único parece ser, portanto, infundada. Isso porque esse movimento nos lança em uma ladeira escorregadia que só poderia acabar no requerimento de que o sentido literal de toda sentença fosse tão preciso quanto as condições particulares do mundo que usaríamos para verificá-la em uma dada ocasião de enunciação. (BORG, 2004, p. 233)

O que está se desenhando é uma peculiar inversão da tese contextualista radical de Searle que procede de seus próprios argumentos. Parece que podemos interpretar suas conclusões como uma *reductio ad absurdum* dos pressupostos de que ela parte, em especial, das exigências que ela impõe às condições de verdade.⁸¹ O que parece ser inexistente, de fato, não são as condições de verdade liberais dadas por sentenças-T, mas sim as condições maximamente específicas sobre o mundo que o filósofo de Berkeley requer. Sabemos, pelo menos, que essas condições não poderiam ser as proposições que nossa mente representa, pois elas teriam que conter, para cada enunciado que as expressa, um número virtualmente infinito de informações haja vista que “o número de interpretações errôneas possíveis [do conteúdo semântico] é estritamente ilimitado” (SEARLE, 1992, p. 180).

⁸¹ Vale lembrar que a estratégia de interpretar conclusões extravagantes como *reductiones* de teorias é frequentemente empregada pelo próprio Searle. É isso que ele faz, explicitamente, com a tese da indeterminação da tradução de Quine em Searle (1987).

3.8 CONCLUSÃO: AS ALTERNATIVAS

O que Searle poderia fazer diante desse impasse?

Ele poderia, primeiro, insistir na HB tentando afrouxar suas exigências a respeito das proposições. Antes de tudo ele teria que esclarecer que as condições de verdade *não precisam* determinar *unicamente* um estado de coisas no mundo para serem condições de verdade *genuínas*. Mas que novas exigências ele poderia impor para continuar a desqualificar condições liberais como aquelas dadas em (A)? Borg (2004, p. 231-246) elenca várias possibilidades e descarta cada uma delas, argumentando que quaisquer exigências que possamos firmar para reprovar as condições de verdade liberais reprovam, igualmente, as condições de verdade pretendidas pelo contextualista. Parece que *todas as condições de verdade são condições de verdade “liberais”*. Isto é, não há nenhum critério conhecido que trace uma fronteira nítida entre condições de verdade liberais e condições de verdade genuínas para que possamos dizer que aquelas não existem e estas existem. Qualquer critério que possamos propor falhará em distingui-las, e, em geral, tenderá a excluir ambas.⁸² A “incompletude” parece ser uma característica comum a *todas* as condições. Searle só estaria justificado a perseverar com a HB do modo como ele a apresenta hoje se ele conseguisse provar que esse raciocínio está equivocado.

Todavia Searle poderia, simplesmente, afastar-se da ideia de que “toda teoria na filosofia da linguagem tem de ficar o mais perto possível da psicologia dos falantes humanos reais” (SEARLE, 2014, s.p.) e abraçar o minimalismo, eliminando assim, de uma vez por todas, a HB, que ele próprio reconhece ser uma das facetas mais problemáticas do seu projeto filosófico. Talvez isso o obrigasse, contudo, a reajustar outros pontos do seu edifício teórico. Descrever quais pontos da sua filosofia como um todo ficariam abalados por um abandono à HB fica como um objetivo para inquirições vindouras.

⁸² Para citar apenas um exemplo, entre aqueles discutidos por Borg (2004): Recanati (2004a) propõe, putativamente, que só são genuínas as condições de verdade que nos habilitam a “repartir os mundos possíveis entre aqueles em que as condições relevantes são satisfeitas e aqueles em que elas não são” (p. 91) Novamente, temos aqui um restrição dura demais, que exclui, junto com as condições de verdade liberais, as condições de verdade imaginadas pelos contextualistas. Será que a proposição expressa por uma a sentença como “Maria cortou o bolo” precisa especificar exatamente quantos milímetros a faca precisa percorrer para que Maria tenha efetivamente *cortado* o bolo, e não apenas danificado a sua superfície? Será que diríamos que nós *não compreendemos* essa sentença a menos que representemos mentalmente quantos milímetros do bolo a Maria cortou? Esse critério parece excluir casos, como este, em que temos certa *vagueza* inerente às condições de verdade. Nem mesmo contextualistas radicais como Searle (1979, p. 121-122) exigem que as condições de verdade sejam *absolutamente determinadas* no sentido de *excluir todo o tipo de vagueza* ou de incerteza a respeito de suas satisfações ou não em *todos os casos*. Mas é precisamente isso que o critério elaborado por Recanati faz.

Mas o filósofo de Berkeley também poderia, em sentido contrário, abraçar uma posição wittgensteiniana radical como a de Travis (1996), que simplesmente nega que os enunciados veiculem conteúdos definidos. Tratar-se-ia, aí de adotar um ceticismo generalizado a respeito das *representações*. Essa perspectiva não sustenta que a semântica seja sempre insuficiente para determinar as condições de verdade ou a proposição (postura que conduz aos problemas mencionados acima), mas sim que *não existem proposições e condições de verdade*. Esses conceitos mesmos seriam incoerentes ou inúteis para uma descrição correta dos fenômenos linguísticos. Nesse caso, todo o empenho para construir uma teoria sobre como interpretamos os enunciados com base em tais noções estaria fadada ao fracasso.

Por fim, Searle tem também a opção de rejeitar sua generalização artificial da dependência no Background a todos os estados intencionais e de associar-se ao contextualismo meramente *psicológico* de Recanati e de alguns relevantistas. Esses contextualistas não nutrem quaisquer preconceitos metafísicos a respeito do que devam ser as proposições. Eles apenas defendem que uma teoria da interpretação linguística tem de se preocupar com o que está efetivamente se passando na cabeça do falante e que as proposições que o falante quer comunicar são aquelas que ele representa para si mentalmente. Se Searle aceitasse isso ele teria que se privar de usar AIs, pois ele não poderia mais alegar que as proposições mínimas *não existem*, mas apenas que elas *não são psicologicamente realizadas*. As proposições que seriam efetivamente comunicadas, nessa visão, também estariam sujeitas às alegações de incompletude mobilizadas por Searle. Toda representação poderia ser dotada de certo grau de incompletude sem que, com isso, ficasse comprometida sua conexão com o mundo. Por isso, Searle teria que afirmar que a incompletude, nesse sentido, não é incompatível com a proposicionalidade. Em outras palavras: algo não precisaria ser totalmente completo e imune à variação contextual para ser uma proposição genuína. A única diferença entre as proposições minimalistas e as proposições contextualistas passaria a ser que estas, ao contrário daquelas, seriam psicologicamente mais plausíveis.

Se adotasse esse quadro, Searle também teria que explicar *com base em que* selecionamos um subconjunto relevante das nossas suposições de Background para interpretar um enunciado. Não pode ser o caso que precisemos processar, antes de entender a mais simples das sentenças, um número ilimitado de suposições manifestas. Precisamos dispor, cognitivamente, de algum *princípio operacional* que nos predisponha a selecionar algumas

suposições e não outras. O Princípio Comunicativo da Relevância parece ser um bom candidato para executar essa tarefa.

Antes de passar, enfim, às considerações finais deste trabalho, cabem algumas qualificações sobre o alcance pretendido por este último capítulo:

Em primeiro lugar, não foi minha intenção primária aqui comentar o desenvolvimento da HB dentro da obra de Searle. Isso seria um tema interessante, haja vista que há, claramente, uma evolução entre a proposta inicial no artigo *Literal Meaning*, de 1978, a consolidação da hipótese em *The Background of Meaning*, de 1980 e a sua apresentação (até o momento) definitiva no oitavo capítulo de *The Rediscovery of Mind*, de 1992. Suspeito que essa evolução revele, também, uma maior autoconsciência e uma maior exigência de precisão, da parte de Searle, a respeito da sua tese. O primeiro artigo, de 1978, é ainda bastante obscuro e terminologicamente confuso, enquanto que o capítulo de 1992 apresenta argumentos mais bem formulados e responde às objeções de críticos como o próprio Recanati. Neste capítulo trabalhei, exceto quando indiquei o contrário, com a formulação mais recente da HB.

Tampouco foi minha intenção discutir em detalhes as aplicações da HB às formas de intencionalidade não-linguísticas como as crenças, os desejos e as percepções. Entrei nessas questões, que se inscrevem com mais propriedade no campo da filosofia da mente, apenas quando isso foi importante para discutir as implicações linguísticas da hipótese, como, por exemplo, a problemática em torno do Princípio da Expressabilidade.

E, finalmente, não utilizei a distinção entre Background e Rede, estabelecida em *Intentionality* (Cambridge University Press, 1983) porque ela foi descartada por Searle (1992). Os argumentos dispostos para fundamentar esse movimento também não foram tratados aqui. Meu objetivo foi, estritamente, explorar as consequências linguísticas da HB.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação retrospectiva das elucubrações de Searle sobre o Background é, em um momento em que o contextualismo está nas pautas de vários filósofos e linguistas importantes, razoavelmente oportuna. Searle foi um dos primeiros estudiosos a promover, com alguma sistematicidade e diligência, as premissas fundamentais que são, hoje, associadas ao contextualismo linguístico. Digo que isso é assim *hoje* porque quando Searle iniciara suas pesquisas sobre o tema ainda não se havia configurado com clareza uma corrente de pensamento sobre a linguagem que atendesse ao nome de “contextualista”. É certo que havia outros autores que aventavam propostas semelhantes, mas lhes faltava o senso de “unidade” e de “comunhão” de princípios que hoje permeia aqueles que clamam por um papel mais robusto do contexto na interpretação.

Talvez o atual isolamento de Searle no debate seja efeito dessa configuração inicial, em que ele era uma figura solitária militando contra uma tradição secular de estudos da linguagem. Contudo, independentemente de qual seja a real explicação para aparente falta de interesse do filósofo americano em integrar as discussões prolíficas que hoje se desenrolam entre minimalistas e contextualistas, o fato é que suas reflexões são ainda pertinentes. Foi isso que pretendi mostrar aqui. As reflexões de Searle são valiosas para os minimalistas porque incitam uma reavaliação das pretensões da teoria semântica. Mas, acima de tudo, são valiosas aos contextualistas porque elas lhes revelam as consequências *radicais* a que seus argumentos *realmente* conduzem.

Essa radicalidade inerente à hipótese do Background contrasta fortemente com as opiniões disseminadas a respeito de Searle no Brasil. Ao cabo deste trabalho, creio ter deixado claro que quaisquer rotulações pejorativas ficam devendo muito à complexidade do pensamento do filósofo. Não basta, tampouco, apegar-se à leitura de *Speech Acts* e dos textos que compõem a polêmica que Searle travou com Derrida para atingir o cerne da filosofia da linguagem construída pelo autor. É necessário levar em consideração, entre outras coisas, o papel fundamental que Searle delega ao Background na compreensão linguística.

Há ainda muito a se considerar em torno da hipótese do Background na obra de Searle. Meu propósito aqui foi explorar as implicações dessa hipótese para a linguagem, e, mais especificamente, para o estudo da *interpretação* linguística. Mas Searle recorre, igualmente, ao conceito de Background em suas discussões sobre as habilidades físicas, sobre as instituições sociais e sobre o realismo ontológico e epistemológico. A hipótese do

Background é, portanto, algo que atravessa a obra heterogênea construída por Searle. E não é somente um ponto acessório, porque, por sua própria natureza, em todos os domínios em que é invocado, o Background tende a cumprir um papel basilar. A razão que prioriza essa investigação no campo da linguagem é que, conforme vimos, os argumentos mais fortes e evidentes para o Background são argumentos linguísticos. Tentei mostrar, ao final, que tais argumentos podem conduzir a *três* posições, nenhuma das quais é efetivamente adotada por Searle. Essa conclusão revela uma incoerência que deve afetar, não somente a filosofia da linguagem de Searle, mas todos os outros âmbitos que suas reflexões buscam atingir.

Aos linguistas – a quem dirijo prioritariamente esta monografia – resta o apelo ao envolvimento em questões teóricas mais profundas, cujos desenlaces, se desfavoráveis, podem comprometer a própria legitimidade da área em que atuam. Não nos podemos dar ao luxo de dispensar as proposições levantadas pelos filósofos, especialmente se tais proposições *partem* de observações empíricas sobre a linguagem e *incidem* sobre o objeto da linguística – como é o caso da hipótese do Background.

Devemos nutrir uma autoconfiança suficiente para saber que estamos autorizados a nos envolver em questões de maior alçada, e que essa autorização se transforma em *responsabilidade* se tais questões afetam diretamente a área em que nos especializamos. Não basta que sejamos operários construindo mecanicamente um edifício teórico comandado por outrem. Operários, até os podemos ser, desde que tenhamos à mão, além de nossas ferramentas técnicas de trabalho, uma boa justificativa e uma visão do todo que estamos edificando.

5. REFERÊNCIAS:⁸³

ALENCAR, C. N. Searle interpretando Austin: a retórica do “medo da morte” nos estudos da linguagem. *Sínteses*, Campinas, v. 11, n. 1, p. 37-47, 2006.

AUSITN, J. L. *Philosophical Papers*. Oxford: Oxford University Press, 1970.

BACH, K. Context ex machina. In: SZABÓ, G. *Semantics versus Pragmatics*. New York: Oxford University Press, 2005.

_____. Conversational Implicature. *Mind & Language*, Oxford, v. 9, n. 2, p. 124-162, 1994.

_____. *Thought and Reference*. Oxford: Clarendon Press, 1987.

BAR-LEV, Z; PACLAS, A. Semantic command over pragmatic priority. *Lingua*, v. 51, n. 1, p. 137-146, 1980.

BARTSCH, R. The Myth of Literal Meaning. In: WEINGAND, E.; HUNDSNURSCHER, F. (eds.). *Language structure and language use: Proceedings of the international conference on lexicology and lexical semantics*. Tübingen: Niermeyer, 1994.

BEZUIDENHOUT, A. Contextualism and the Role of Contextual Frames. *Manuscrito*, Campinas, v. 32, n. 1, p. 59-84, jan-jun 2009.

_____. Truth-Conditional Pragmatics. *Philosophical Perspectives*, (s.l.), v. 16, n. 1, p. 105-134, 2002.

BORG, E. *Minimal Semantics*. New York: Oxford University Press, 2004.

BORRADORI, G. *A Filosofia Americana: Conversações*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

⁸³ Todas as traduções do inglês foram feitas por mim.

BOURGET, D.; CHALMERS, D. J. What do Philosophers Believe? *Philosophical Studies*, Berlin, v. 170, n. 3, p. 465-500, 2014.

BURGE, T. Philosophy of Language: 1950-2000. In: BOUNDAS, C.V. *Twentieth-century Philosophies*. Edinburgh: Edimburgh University Press, 2007.

BURKHARDT, A. (ed.) *Speech Acts, Meaning and Intentions: critical approaches to the philosophy of John R. Searle*. Nova York: Der Guyter, 1990.

CAPPELEN, H.; LEPORE, E. *Insensitive Semantics: A Defense of Semantic Minimalism and Speech Act Pluralism*. Malden: Blackwell Publishing, 2005a.

_____. Radical and Moderate Pragmatics. In: SZABÓ, G. *Semantics versus Pragmatics*. New York: Oxford University Press, 2005b.

CARSTON, R. Conjunction, Explanation and Relevance. *UCL Working Papers in Linguistics*, v. 4, n. 1, p. 151-165, 1992.

_____. *Explicature and Semantics*. Disponível em: <<http://www.phon.ucl.ac.uk/home/robyn/pdf/explicaturesem.pdf>>. Acesso em: 31 de agosto de 2014.

_____. Implicature, Explicature and Truth-Theoretic Semantics. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

_____. *Thoughts and Utterances: The Pragmatics of Explicit Communication*. Malden: Blackwell Publishing, 2002.

CHOMSKY, N. *Language in a Psychological Setting*. Chiyoda: Sophia University, 1987.

_____. *Language & Thought*. London: Moyer Bell, 1993.

_____. *New Horizons in the Study of Language and the Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

COHEN, J. How Is Conceptual Innovation Possible? *Erkenntnis*, v. 25, n.2, p. 221-238, 1986.

_____. Some remarks on Grice's views about the logical particles of natural language. In: BAR-HILLEL (ed.) *Pragmatics of Natural Languages*. Dordrecht: Reidel, 1971.

DASCAL, M. *Pragmática e Filosofia da Mente I: O pensamento na linguagem*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

_____. (org.) *Problemas, Críticas, Perspectivas da Linguística: Volume IV Pragmática*. Campinas: IEL, 1982.

DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DENNETT, D. An Exchange with Daniel Dennett. In: SEARLE, J. R. *The Mystery of Consciousness*. New York: New York Review of Books, 1997.

DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FAIGENBAUM, G. *Conversations with John Searle*. s.l.: Libros en Red, 2003.

FALCATO, A. *O Contextualismo na Filosofia da Linguagem Contemporânea*. 2011. 146 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

FODOR, J. *The Language of Thought*. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

_____. *The Modularity of Mind*. Cambridge: MIT Press, 1980.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.

FREGE, G. The Thought: A Logical Inquiry. *Mind*, Oxford, v. 65, n. 259, p. 289-311, 1956.

GRICE, P. Presupposition and Conversational Implicature. In: COLE, Peter. *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981.

_____. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

HUANG, Yan. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

JACKENDOFF, R. *The Architecture of the Language Faculty*. Cambridge: MIT Press, 1997.

KAMP, H. Discourse Representation Theory. In: J. VERSCHUREN, J. et al. *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

KAPLAN, D. On the Logic of Demonstratives. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

KATZ, J. Literal Meaning and Logical Theory. *The Journal of Philosophy*, New York, v. 78, n. 4, p. 203-233, 1981.

KISSINE, M. Misleading Appearances: Searle on Assertion and Meaning. *Erkenntnis*, Amsterdam, v. 74, n. 1, p. 115-129, 2011.

KRAJEWSKI, B. Interview with John Searle. *Iowa Journal of Literary Studies*, Iowa City, v. 8, n. 1, p. 71-83, 1987.

LECLERC, A. Meanings, Actions and Agreements. *Manuscrito*, Campinas, v. 32, n. 1, p. 249-282, jan-jun 2009.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*. Chicago: Chicago University Press, 2003.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. New York: Cambridge University Press, 1983.

_____. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge: MIT Press, 2000.

MOORE, G. E. *Some Main Problems of Philosophy*. London: Unwin, 1953.

MORTARI, C. *Introdução à lógica*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MOURA, H.; VARASCHIN, G. F. C. O Significado em Quine e Searle. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 320-327, 2013.

MOURA, H. *Significação e Contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. Florianópolis: Insular, 2013.

MULLIGAN, K. Searle, Derrida and the Ends of Phenomenology. In: SMITH, B. *John Searle*. New York: Cambridge University Press, 2003.

NUNBERG, G. Transfers of Meaning. *Journal of Semantics*, Oxford, v. 12, n. 2, p. 109-132, 1995.

PERRY, J. *The Problem of the Essential Indexical and Other Essays*. (s.l.): CSLI Publications, 2000.

RAJAGOPALAN, K.; ARROJO, R. Searle e a noção de literalidade. In: _____. *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992. p. 113-121.

RAJAGOPALAN, K. *Nova Pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola, 2010.

RECANATI, F. Contextualism and anti-contextualism in the philosophy of language. In: Tsohatzidis, Savas (ed.) *Foundations of Speech Act Theory*. London: Routledge, 1994.

_____. *Literal Meaning*. New York: Cambridge University Press, 2004a.

_____. *Pragmatic Enrichment*. Disponível em:
<http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/50/39/59/PDF/Pragmatic_enrichmentFINAL.pdf>.

Acesso em: 13 de setembro de 2014.

_____. Pragmatics and Semantics. In: HORN, L. R.; WARD, G. (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 2006.

_____. Pela Filosofia Analítica, *Crítica*, n. 10, v. 1, 2004b.

_____. The Limits of Expressibility. In: SMITH, B. *John Searle*. New York: Cambridge University Press, 2003.

_____. The Pragmatics of What Is Said. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

_____. *Truth-conditional pragmatics*. New York: Oxford University Press, 2010.

_____. Unarticulated Constituents. *Linguistics and Philosophy*, Amsterdam, v. 25, n. 3, p. 299-345, 2002.

_____. What Is Said. *Synthese*, v. 128, n. 1-2, p. 75-91, 2001.

ROSS, P. D. *The Background of Searle's "Background": motives, anticipations and problems*. 2005. 93 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de Saskatchewan, Saskatoon, 2005.

SANTOS, K. C. *Do cientificismo à desconstrução: o(a)s herdeiro(a)s de J. L. Austin e a problemática da teorização sobre a linguagem*. 2007. 126 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SEARLE, J. R. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. *The Philosophical Review*, Durham, v. 77, n. 4, p. 405-424, 1968.

_____. Chomsky's Revolution in Linguistics. *The New York Review of Books*, Nova York, 1972. p. 16-24, 19 de junho.

_____. *Consciência e Linguagem*. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2010a.

_____. End of the Revolution. *The New York Review of Books*. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/articles/archives/2002/feb/28/end-of-the-revolution/>>. Acesso em: 5 de abril de 2014.

_____. *Expressão e Significado: estudos da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Expression and Meaning: studies in the theory of speech acts*. London: Cambridge University Press, 1979.

_____. "Indeterminacy, Empiricism, and the First Person". *The Journal of Philosophy*. Vol. 84, No. 3, p. 123-146, 1987.

_____. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. *Intentionality*. New York: Cambridge University Press, 1983.

_____. John Searle: The Philosopher in the World, 2014. Entrevista publicada no blog do periódico New York Review of Books. Disponível em: <<http://www.nybooks.com/blogs/nyrblog/2014/jun/20/john-searle-philosopher-world/>> Acesso em: 20 de outubro de 2014.

_____. Literary Theory and Its Discontents. *New Literary History*, Baltimore, v. 25, n. 3, p. 637-667, 1994.

_____. *Making the Social World: The Structure of Human Civilization*. New York: Oxford University Press, 2010b.

_____. *Mind: A Brief Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. *Mind Language and Society: philosophy in the real world*. New York: Masterminds, 1998.

_____. *Minds, Brains and Science*. London: Penguin Books, 1991.

_____. Proper Names. *Mind*, Oxford, v. 67, n. 1, p. 167-173, 1958.

_____. Reiterating the differences: a reply to Derrida. *Glyph*, Baltimore, v. 1, n. 1, p. 198-208, 1977.

_____. Response: The Background of Intentionality and Action. In: LEPORE, E.; VAN GULICK, R. (eds.). *John Searle and his Critics*. Cambridge: Blackwell, 1991.

_____. *Speech Acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *The Construction of Social Reality*. New York: Free Press, 1995.

_____. *The Mystery of Consciousness*. New York: New York Review of Books, 1997.

_____. *The Rediscovery of Mind*. Cambridge: MIT Press, 1992.

_____. The Unity of the Proposition. In: SEARLE, J. R. *Philosophy in a New Century: Selected Essays*. New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. O que é a Linguagem: algumas observações preliminares. In: TSOHATZIDIS, S. L. (org.). *A Filosofia da Linguagem de John Searle*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

SMITH, B. John Searle: From Speech Acts to Social Reality. In: SMITH, B. *John Searle*. New York: Cambridge University Press, 2003.

SOAMES, S. Incomplete Definite Descriptions. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, Notre Dame, v. 27, n. 3, p. 349-375, 1986.

SOUZA, R. T. *Razões Plurais: Itinerários da Racionalidade Ética no Século XX*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2004.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Meaning and Relevance*. New York: Cambridge University Press, 2012.

_____. Pragmatics and Modularity. In: DAVIS, Steven (ed.). *Pragmatics: a reader*. New York: Oxford University Press, 1991.

_____. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge: Blackwell, 1995.

_____. Teoria da Relevância. *Linguagem em Discurso*, Tubarão, v.4, n.1, p. 221-268, 2005.

STANLEY, J. Making it Articulated, *Mind & Language*, Oxford, v. 17, n. 1 & 2, p. 149-168, 2002.

_____. Review of François Recanati's Literal Meaning. *Notre Dame Philosophical Reviews*. Disponível em: <<https://ndpr.nd.edu/news/24857-literal-meaning/>> Acesso em: 31 de agosto de 2014.

STANLEY, J.; SZABO, S. Quantifier Domain Restriction. *Mind & Language*, Oxford, v. 15, n. 2-3, p. 219-261, 2000.

STRAWSON, P. *Introduction to Logical Theory*. New York: Routledge, 2011.

STROUD, B. The Background of Thought. In: LEPORE, E.; VAN GULICK, R. (eds.). *John Searle and his Critics*. Cambridge: Blackwell, 1991.

SUGUIMATI, L. N. *Elementos para uma crítica aos fundamentos da Teoria dos Atos de Fala*. 1989. 86 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística de Língua Portuguesa) – Setor de Ciência Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

TRAVIS, C. Meaning's Role in Truth. *Mind*, Oxford, v. 105, n. 419, p. 451-466, 1996.

_____. *The Uses of Sense*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

VARASCHIN, G.F.C. Searle Contra Chomsky: o papel da noção de regra nas teorias de aquisição da linguagem. *Inquietude*, Goiás, v. 5, n. 2, s.p., 2014. (no prelo)

WITTGENSTEIN, L. *Da Certeza*. Lisboa: Edições 70, 2012.